

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

SEVERINO GOMES DE OLIVEIRA

A CATEGORIA MARXISTA “REVOLUÇÃO” NA SOCIOLOGIA POLÍTICA DE  
FLORESTAN FERNANDES

MACEIÓ  
2012

SEVERINO GOMES DE OLIVEIRA

A CATEGORIA MARXISTA “REVOLUÇÃO” NA SOCIOLOGIA POLÍTICA DE  
FLORESTAN FERNANDES

Dissertação de Mestrado apresentada à banca  
examinadora do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia da Universidade Federal de Alagoas,  
como exigência parcial para obtenção do título de  
Mestre em Sociologia

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alice Anabuki Plancherel.

Maceió  
2012

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

- O48 Oliveira, Severino Gomes de.  
A categoria marxista “revolução” na sociologia política de Florestan Fernandes / Severino Gomes de Oliveira. – 2012.  
131 f. : il.
- Orientadora: Alice Anabuki Plancherel.  
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2012.
- Bibliografia: f. 118-121.  
Anexos: f. 122-131.
1. Fernandes, Florestan, 1920-1995 – Crítica e interpretação. 2. Marx, Karl, 1818-1883 – Crítica e interpretação. 3. Revolução. 4. Cuba.  
5. Partido dos trabalhadores (PT) – Brasil. I. Título.

CDU: 316.334.23



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS



## TERMO DE APROVAÇÃO

### SEVERINO GOMES DE OLIVEIRA

Título do Trabalho: A CATEGORIA MARXISTA "REVOLUÇÃO" NA SOCIOLOGIA POLÍTICA DE FLORESTAN FERNANDES

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof.ª Dr.ª Alice Anabuki Plancherel (PPGS/UFAL)

Examinadores:

Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves (PPGS/UFAL)

Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel (ICHCA/UFAL)

Maceió, 18 de Abril de 2012.

Á Eliana, minha mãe

## AGRADECIMENTOS

Agradeço as seguintes pessoas e instituições, que contribuíram de alguma forma para a realização desta dissertação:

- Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, pela oportunidade de realizar este estudo, e a CAPES, por conceder-me uma bolsa de estudos de dois anos.

- Aos professores, com os quais tive a oportunidade de me aprofundar ainda mais no conhecimento das Ciências Sociais: Arim Soares do Bem, Walter Matias Lima, Ricardo Mayer, Belmira Magalhães; ao Prof. Elder Patrick Maia Alves, que supervisionando meu período de estágio em docência me ofereceu a oportunidade de dividir com ele o ensino da disciplina de “Sociologia V – Licenciatura”; a Prof.<sup>a</sup> Alice Anabuki Plancherel por aceitar a tarefa de ser minha orientadora no desenvolvimento deste estudo, contribuindo com suas críticas e observações pertinentes.

- Ao sempre prestativo pessoal da Secretaria da Pós: Gilnison, Liliane, e Marcos.

- Aos meus colegas de turma: Marcos Antônio, Marco Aurélio, Givaldo, Cicero, Fabiano, James, Ariana, Luana, Eleclezia, Mônica, e Ivo. Sou grato a todos, por compartilharem comigo esse momento de aprendizado.

- Agradeço em particular a Mona, por ter me incentivado a participar do processo de seleção do Programa, e ao Araken, por ter me oferecido parte importante da literatura usada na pesquisa. Muito obrigado.

- Aos meus pais e irmã, por seu apoio integral, sem o qual não poderia concluir este trabalho.

“A revitalização dos ideais revolucionários contidos no *Manifesto*, não obstante, não pode ocorrer “como se estivéssemos” no século XIX. Isso é óbvio, e os marxistas que lograram vencer várias revoluções comprovaram que a luta de classes é suscetível de várias adaptações. O essencial é que ela não seja extinta ou paralisada, em nome de mistificações, como a que a encerra no universo *legal e pacífico* de defesa da forma burguesa de democracia. A *via democrática* com a luta de classes é a que se cria graças ao enfrentamento das classes subalternas e oprimidas com as classes dirigentes e opressoras. De fato, seria ilusório pensar-se ou supor-se que as classes subalternas e oprimidas pudessem organizar-se para levar a luta de classes a um patamar revolucionário, seja seguindo à risca o modelo burguês de democracia, seja prescindindo de uma forma concreta de democracia real interna em seu movimento histórico. A democracia não é só um valor supremo ou um fim maior. Ela também é um meio essencial; e, no caso das rebeliões dos destituídos e oprimidos sob o capitalismo, um meio essencial *sine qua non*: a ordem capitalista não é negada somente *depois* da conquista do poder. O deslocamento da supremacia burguesia e a necessidade da conquista do poder exigem uma democratização prévia extensa e profunda, *de natureza proletária*, das organizações operárias de autodefesa e de ataque. O que entra em jogo, portanto, não é ou democracia ou revolução proletária. Essa alternativa é falsa, e desde que o proletariado tenha condições para lançar-se ativamente à dinamização da luta de classes, ele põe em equação histórica uma forma política de democracia que as classes burguesas não podem endossar e realizar (e não poderiam mesmo que não estivessem vivendo uma época de contra-revolução prolongada).”

## RESUMO

O presente estudo procura desenvolver uma investigação sobre a presença da teoria revolucionária de Karl Marx na sociologia política do sociólogo Florestan Fernandes. Orientado por esse objetivo geral, põe como foco central da análise a categoria “revolução” do pensamento marxiano e a forma como o sociólogo brasileiro promove uma recuperação do conceito, a fim de elaborar explicações a respeito dos processos sócio-políticos que ocorreram no Brasil governado pela ditadura militar e no período que ficou conhecido como “redemocratização”. Ainda, conduzido por essa perspectiva geral busca construir uma argumentação que identifique possíveis nexos de continuidade coerente, entre o que Marx descreveu como “comunista”, intelectual que se alia no plano ideológico-político à classe trabalhadora, e a defesa e apoio oferecido por Florestan à “Revolução Cubana”, a luta pela democracia “social” e contra o tradicional conservadorismo da política brasileira, e o seu ingresso no Partido dos Trabalhadores (PT) como parlamentar constituinte. Ao sugerir uma discussão sobre como um marxista brasileiro articula em sua obra e ação política as principais idéias políticas que envolvem a concepção revolucionária de Marx, a proposta da pesquisa aqui desenvolvida intenta responder, dentro de suas possibilidades e limites, o que significou para Florestan ser um “revolucionário” no Brasil e a relação que essa posição tem com o sentido dado por Marx ao termo.

**Palavras-chave:** Revolução. Florestan Fernandes. Marx. Cuba. Partido dos Trabalhadores.



## ABSTRACT

This study seeks to develop an investigation into the presence of revolutionary theory of Karl Marx in political sociology of sociologist Florestan Fernandes. With that overall goal, put as the central focus of the analysis the category “revolution” of Marxian thought and the way the Brazilian sociologist promotes a recovery of the concept in order to develop explanations about the socio-political processes that occurred in Brazil governed by military dictatorship and the period known as “democratization”. Still, led by this overview seeks to build an argument that identifies possible connections consistent continuity between what Marx described as “Communist” intellectual allies in the ideological-political to the working class, and advocacy and support offered by the Florestan “Cuban Revolution”, the struggle for democracy “social” and against the traditional conservatism of Brazilian politics, and his admission to the Workers’ Party (PT) and a parliamentary constituency. In suggesting a discussion of how a Brazilian Marxist articulates in his political action and the main political ideas that involve the revolutionary conception of Marx, the research proposal developed here attempts to answer, within its possibilities and limitations, what it meant to be Florestan a “revolutionary” in Brazil and the relationship that this position has the meaning given the term by Marx.

**Keywords:** Revolution. Florestan Fernandes. Marx. Cuba. Workers’ Party.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O INSTRUMENTAL TEÓRICO- METODOLÓGICO MARXISTA E O OBJETO.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 O pensamento de Florestan e a totalidade.....</b>	<b>19</b>
<b>2 COMO UM SOCIÓLOGO MARXISTA PENSA A POLÍTICA BRASILEIRA?.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 A permanente “contra-revolução” da burguesia brasileira.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Interpretando a ditadura no Brasil.....</b>	<b>39</b>
<b>2.3 Revolução e democracia.....</b>	<b>50</b>
<b>3 UM HORIZONTE HISTÓRICO REVOLUCIONÁRIO: CUBA.....</b>	<b>64</b>
<b>4 FLORESTAN FERNANDES E O PT.....</b>	<b>82</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO A – Imagens.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO B - Resultados eleitorais das candidaturas de Florestan Fernandes (1986 e 1990).....</b>	<b>126</b>

## INTRODUÇÃO

Sabemos que a biografia e o pensamento de Florestan Fernandes foi e continua sendo objeto de uma série de trabalhos que buscam aprofundar certos aspectos de sua trajetória como intelectual e político. Por ter produzido uma vasta obra, sem igual na história das ciências sociais brasileiras, contando com mais de 40 publicações<sup>1</sup>, as interpretações a respeito do seu legado assumem diferentes perspectivas.

Assim, justamente por se tratar de um intelectual que pertence ao incomum grupo daqueles que dirigem as suas análises aos mais variados objetos sociais, sem perder de vista a objetividade e o rigor que a explicação científica requer, capazes de desenvolver explicações a respeito de temas tão díspares como o folclore, uma determinada sociedade tribal, e o fenômeno político ditatorial, é que compreendemos a tendência de estabelecer uma divisão da obra de Florestan em “períodos”, “momentos”, ou em “fases”<sup>2</sup>.

Essa perspectiva de qualquer forma acaba por revelar a grandeza de um autor como Florestan, ao mesmo tempo em que se mostra útil, por fornecer uma orientação básica, inicial, para estudos que se colocam a tarefa de interpretar determinado aspecto de sua produção, seja ele qual for. A observação a seguir, de Maria Arminda do Nascimento Arruda, uma estudiosa da trajetória de Florestan, condensa essa compreensível e natural “periodicização”.

Para além dos componentes da sua formação, sobreleva sua **obra vultosa e variada do ponto de vista temático**, onde pode-se destacar, pelo menos, **quatro momentos nítidos**. O **primeiro**, quando inicia a carreira e escreve os **trabalhos sobre folclore**. Ainda nessa fase, inclui-se a tese de mestrado sobre *A organização social dos Tupinambá*. O **segundo**, à etapa do **florescimento do scholar**. Iniciado com a pesquisa *Branços e negros em São Paulo*, contém, ainda, *A função social da guerra na sociedade tupinambá* e a obra teórica *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. O **terceiro** é uma **fase de transição**, quando produz *A Sociologia numa era de revolução social*, *A integração do negro na sociedade de classes e subdesenvolvimento*. O **quarto**, finalmente, diz respeito aos **últimos trabalhos, quando apresenta um conjunto de livros de análise mais militante, radicalizando a sua perspectiva sociológica e abandonando parte das preocupações teórico-metodológicas. É a fase em que Florestan Fernandes põe,**

<sup>1</sup> Estamos excluindo desse número publicações que reúnem artigos de Florestan publicados em jornais. Sobre essa produção paralela de textos que compõem sua atividade “jornalística” iniciada já em 1943, quando foi encaminhado pelo professor Roger Bastide e convidado por Sérgio Milliet, a ser colaborador do jornal *O Estado de São Paulo*, ver: *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político* (1989), *Florestan Fernandes: a força do argumento* (1998), e *Tensões na educação* (1995).

<sup>2</sup> Cf. AZEVEDO COSTA, Diogo Valença de. *Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia*, Dissertação de mestrado, UFPE, Recife, 2004.

**mais claramente, os seus livros a serviço da crítica acerba ao regime autoritário.** (1995, p. 174-175, grifo nosso).

Tendo como parâmetro o comentário acima, é que podemos entender o viés interpretativo de certas análises preocupadas em discutir um Florestan “acadêmico”, esforçado em constituir a USP como pólo central das ciências sociais no Brasil<sup>3</sup>. Entre as referências feitas a Florestan nesse período, principalmente no que se refere à década de 1950<sup>4</sup>, destaca-se a qualificação de “funcionalista”, já que seus escritos do momento considerado são marcados por uma perspectiva de ciência social influenciada fortemente pelo estrutural-funcionalismo, que naquele período de amadurecimento intelectual de Florestan, foi uma corrente de análise social que marcou profundamente a sociologia<sup>5</sup>.

Não negamos esse aspecto “funcionalista” presente nas obras iniciais do “acadêmico” Florestan<sup>6</sup>, mas por entendermos que esse momento de sua biografia já conta com um

<sup>3</sup> Cf. GUEDES, André Teles. *Florestan Fernandes e o lugar da USP na história da sociologia do Brasil*, Dissertação de mestrado, UnB, Brasília, 2007.

<sup>4</sup> Sobre esse período inicial da carreira de Florestan consultar: GARCIA, Sylvia G. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2002. Trata-se de um excelente trabalho em que a autora constrói uma biografia intelectual do indivíduo Florestan, a partir de uma análise histórica que combina a sua trajetória particular com as condicionantes sociais da São Paulo dos anos 40 e 50 do século XX. Buscando contextualizar os seus primeiros escritos sobre folclore, as reflexões acerca do método sociológico, e a preocupação com a constituição da sociologia como ciência autônoma no Brasil, a autora realiza “... um estudo exploratório acerca da formação da concepção de ciência em Florestan Fernandes, pautado pela interrogação acerca dos condicionantes psicossociais, culturais e políticos de sua adesão ao racionalismo.” (2002, p.11)

<sup>5</sup> Cf. Florestan Fernandes, *Organização social dos Tupinambá*, 2ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963 e *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, 2ª ed. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1970.

<sup>6</sup> É interessante destacar que além das interpretações de seus pares a respeito desse período, o próprio Florestan nos fornece a sua avaliação acerca de estudos seus, que foram identificados com a corrente de análise social “funcionalista”. No livro *A condição de sociólogo* (1978), encontramos uma rica explicação de Florestan a respeito de como combinar de forma criteriosa e criativa a abordagem funcional com a dialética, ao mesmo tempo em que aponta a superficialidade da crítica que qualifica sem maiores cuidados o funcionalismo de maneira negativa, revelando-se, segundo Florestan, deficiente por não perceber a utilidade objetiva que o método funcional tem para o cientista social que lida com determinados tipos de objetos. De acordo com Florestan, “Muitas das críticas, que se fazem ao uso da análise estrutural-funcional, estão ligadas à formalização, à construção de conceitos e, principalmente, à análise axiomática no campo da sociologia sistemática. O que se critica são autores como Parsons e outros – que, realmente lidam com o sistema social concebido no plano a-histórico. É um tipo de construção possível e eu nunca trabalhei nesta área. [ ] Nos estudos sobre folclore, sobre os tupinambás e, um pouco menos, sobre o negro, trabalhei no campo da sociologia descritiva. Lidei também com uniformidades de seqüência mas sem procurar construir o que chamo, a partir de Marx, de tipos extremos. Por isso, não usei o método dialético da mesma maneira que Marx. [ ] Em um plano mais amplo, autores que fazem análises de tipo dialético, muitas vezes são obrigados a fazer caracterizações estruturais-funcionais para determinados fins. Por exemplo, quando Marx em *O Capital*, elabora um esquema no qual projeta o tempo de trabalho necessário para a reprodução do trabalhador e o produto produzido, o que está em jogo não é uma análise dialética, porém uma análise estrutural-funcional. [ ] Não devemos exorcizar nem a palavra *função*, nem a análise causal resultantes de elaborações estruturais-funcionais. Elas são instrumentais. O que se deve exorcizar é uma concepção naturalista de ciências sociais:

respeitável número de abordagens, pretendemos situar o nosso estudo sobre o “socialista revolucionário”, termo com o qual o próprio se identificou e fazia questão de se declarar, ou concordando com os critérios de separação analítica proposto por Arruda (1995), o trabalho, pela própria natureza do objeto em questão, se aproxima da “quarta” fase já apontada pela autora.

É claro que não ignoramos que a radicalização política do sociólogo brasileiro também já foi discutida em outros estudos, mas reivindicamos para nossa abordagem uma problemática específica que acreditamos não ter recebido um tratamento mais aprofundado. Trata-se da categoria marxista “revolução”, explicitada e desenvolvida por Florestan em suas análises a partir de um determinado contexto histórico que condicionou particularmente de maneira decisiva o pensamento e posteriormente a ação de Florestan como homem político.

Em que medida uma teoria da revolução social pensada pelo sociólogo se articula com as condicionantes sociais vividas pelo homem Florestan; quais os nexos que essa noção central para o marxismo apresenta com outras temáticas não menos fundamentais para se pensar a política num país como o Brasil, temas como democracia, ditadura, e partido; porque Florestan destaca nitidamente dentro da sua pauta revolucionária, a “Revolução Cubana”; há verdadeiramente uma *práxis*<sup>7</sup> coerente entre o marxista e o parlamentar Florestan; ao pensar e participar efetivamente da “arena” política, suas iniciativas ainda são balizadas por uma perspectiva de “democracia social” nos moldes apontados por Karl Marx; enfim, é possível perceber na trajetória do “político” a marca de uma intelectual anticapitalista que tem como horizonte orientador a revolução dos “de baixo”, da “maioria” como apontava Marx e Engels no “Manifesto”?

---

esse é o busílis da questão. [ ] A análise funcional, repito, é instrumental. Pode-se usá-la numa direção ou em outra. [ ] As pessoas que atacam, a partir de uma perspectiva ideológica (por causa de uma suposta posição revolucionária), a análise estrutural-funcional, esquecem-se de que a análise estrutural-funcional é muito importante para lidar com problemas humanos a curto prazo – períodos de cinco, dez ou quinze anos. [...] devemos evitar as confusões inúteis e as polêmicas estéreis. **Muitas das reflexões que caem nesta área da utilização da análise funcional são reflexões desse tipo: confundem o ataque à sociologia positivista aos recursos e aos instrumentais de investigação da sociologia empírico-indutiva.**” (1978, p. 102-109, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

<sup>7</sup> A noção de *práxis* a ser utilizada no estudo tem como base a premissa epistemológica construída pelo materialismo de Karl Marx. De acordo com Kosik, “A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que *cria* a realidade (humano-social) e que, *portanto*, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade.” (2011, p.222, grifo do autor).

Essas são as problemáticas fundamentais que compõem o objetivo deste trabalho, questões que expressam de forma geral a relação, por vezes tensa, entre o intelectual<sup>8</sup> e a política. Na trajetória de Florestan além de encontramos de forma pronunciada um vínculo com a atividade política típico do “intelectual orgânico”<sup>9</sup> gramsciano, é nítido o seu radicalismo anticapitalista<sup>10</sup> fundado no materialismo de Karl Marx, que dá base as suas tomadas de decisões estratégicas no campo político.

E o uso permanente e central feito por ele da categoria revolução baseada na herança marxista, para explicar as contradições da estrutura social brasileira, é a mais definida e exemplar tradução no plano conceitual desse anticapitalismo socialista.

---

<sup>8</sup> Compartilhamos aqui, no presente estudo, a seguinte definição do termo dada por Löwy: “[...] os intelectuais não são uma classe, mas uma *categoria social*; não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extra-econômicas da estrutura social; do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com a superestrutura ideológica. Quer dizer: **os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico; eles são os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais**. Ocupam, então, um lugar específico naquilo que se poderia chamar de processo de produção ideológica, o lugar do produtor imediato, que se distingue daquele do empresário, do administrador ou do distribuidor de bens culturais. Os intelectuais assim definidos compreendem grupos como os de escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc. Eles constituem o setor ‘criador’ de uma massa mais ampla de ‘trabalhadores intelectuais’ (por oposição aos ‘trabalhadores manuais’) que inclui as profissões liberais, os empregados, os técnicos etc. São também o setor desta massa mais distante da produção econômica.” (1979, p. 1, grifos do autor em itálico e nosso em negrito). Acrescentamos ainda que acerca da definição dessa específica categoria social, Löwy recusa a conhecida concepção de Karl Mannheim quando diz: “Entretanto, contrariamente ao que permite deduzir Mannheim, que tende a absolutizar esta autonomia, não há *intelligentsia* verdadeiramente ‘neutra’ e acima das classes. A flutuação dos intelectuais, como aquela dos balões de ar quente na noite de São João, é um estado provisório: eles terminam, geralmente, cedendo à lei da gravidade, sendo atraídos por uma das grandes classes sociais em luta (burguesia, proletariado, às vezes, campesinato) ou então pela classe que lhes é mais próxima: a *pequena burguesia*.” (1979, p. 2, grifo do autor). Sobre as dificuldades presentes no estudo do “intelectual” e a definição de Mannheim criticada por Löwy consultar respectivamente: Leclerc (2005) e Mannheim (1968).

<sup>9</sup> “O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ‘dirigente’ (especialista mais político).” (GRAMSCI, 1979, p. 8).

<sup>10</sup> Sobre o radicalismo anticapitalista assumido como posição política por alguns intelectuais Löwy observa o seguinte: “Dada a profunda afinidade que existe entre pequena burguesia e *intelligentsia*, os ‘mecanismos’ de radicalização entre a primeira repercutem necessariamente no seio da segunda. As causas do espírito anticapitalista no seio da pequena burguesia são, então, em larga medida válidas para os intelectuais; com a circunstância adicional de que **as tendências diluídas no seio da classe assumem uma forma muito mais concentrada e intensa na categoria social**, da qual a função é precisamente a elaboração ideológica. [ ] Em nome de certos princípios humanistas, a *intelligentsia* volta-se então, contra a burguesia e o capitalismo, e descobre eventualmente no proletariado a classe capaz de realizar verdadeiramente os ideais de liberdade, igualdade, fraternidade. Para os intelectuais, o humanismo marxista torna-se, assim, o herdeiro das aquisições mais acabadas dos pensadores burgueses e o movimento operário deve tornar-se o executor prático destas idéias defendidas até o presente apenas em teoria.” (1979, p. 4-7, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

Assim o presente trabalho tem como objetivo destacar e desenvolver uma explicação marxista acerca da recuperação da categoria revolução na perspectiva de Marx presente no pensamento do intelectual Florestan Fernandes, por meio da qual o sociólogo brasileiro busca apreender em sua totalidade histórica os acontecimentos políticos que ocorrem no Brasil a partir da década de 60 do século passado.

Sendo ele mesmo vítima da ditadura militar instalada no país, Florestan assume como instrumental de análise sócio-política a herança teórico-metodológica deixada por Marx e Engels, a fim de obter uma resposta científica consistente a respeito da “reação” burguesa frente a uma visível e até então inédita mobilização das camadas populares da sociedade brasileira. Ao fazer isso, Florestan constrói como resposta sociológica revolucionária ao regime instaurado pelo governo militar, análises fundadas no método marxista, desenvolvidas a partir de uma criativa conjugação entre o esquema teórico de Marx e o real fluxo de eventos que configuraram a realidade social brasileira a partir da segunda metade do século XX.

Sendo o material utilizado na pesquisa constituído basicamente de escritos, colocamos que esse estudo tenciona encontrar e demonstrar uma linha fundamental de coerência explicativa entre a tese revolucionária de Florestan presente em diversos trabalhos, os quais adiantamos os seguintes: *A revolução burguesa no Brasil* (1976), *O que é revolução?* (1981), *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (1979), *A ditadura em questão* (1982), e *Apontamentos sobre a “Teoria do autoritarismo”* (1979), e as análises propriamente políticas de Marx e Engels contidas em textos nos quais a temática revolucionária está presente. Entre os escritos marxianos em que nos apoiaremos citamos alguns: *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2009), *As lutas de classes na França – de 1848 a 1850* (2009), *A guerra civil na França* (2009), *As guerras camponesas na Alemanha* (2010), *Revolução e contra-revolução na Alemanha* (2010), e *O Manifesto do partido comunista* (2001)<sup>11</sup>.

Tomando como objeto central a categoria revolução sob o ponto de vista marxiano e como ela se articula ao olhar de Florestan sobre a história política brasileira, é intenção desse estudo desenvolver em linhas gerais uma resposta à seguinte questão: Como um sociólogo marxista pensa a política brasileira?

---

<sup>11</sup> O critério de seleção dos escritos está baseado na aproximação direta ou indireta que os mesmos tenham com o tema central, ou outras questões secundárias ligadas a ele.

Identificar um eixo de coerência analítica nas respostas dadas pelo “sociólogo-socialista” Florestan Fernandes às questões políticas de seu tempo sob o legado marxista, por meio da categoria “revolução”, é a proposta que norteia este trabalho.

Entendemos que o interesse pelo estudo do referido tema mostra-se pertinente basicamente porque a convicção de que o “marxismo revolucionário” é o horizonte norteador mais justo e realista para se pensar os problemas que envolvem as desigualdades sociais humanas, foi uma marca definidora e definitiva do percurso intelectual de Florestan Fernandes. É notório seu esforço e persistência em pensar os rumos da sociedade e da política brasileira a partir da tese revolucionária de Marx (nos arriscamos a dizer que entre os intelectuais brasileiros de vulto ninguém se preocupou e se dedicou tanto a este tema)<sup>12</sup>, e a “revolução” é uma constante que representa isso, usada como categoria central que orienta as análises de Florestan sobre diversos temas de natureza política.

Já em sua juventude, no início de sua carreira universitária, Florestan entrou em contato com a obra de Marx, mas sublinhamos que este encontro com o marxismo foi proporcionado, sobretudo por sua atividade de militância política realizada “fora da academia”. Florestan explica essa aproximação com o legado de Marx, através do movimento clandestino trotskista de São Paulo<sup>13</sup>.

Paralelamente ao trabalho na universidade, eu estava envolvido também nas lutas clandestinas contra o Estado Novo e no movimento trotskista, de extrema esquerda. Por aí, **eu tinha um contato mais profundo com o marxismo do que seria possível dentro da USP**. O ensino dos professores franceses nunca foi um ensino

<sup>12</sup> É claro que Florestan não foi o único a pensar as possibilidades de um acontecimento revolucionário no Brasil a partir da Marx. Entre os marxistas que se debruçaram sobre a questão temos o caso exemplar de Caio Prado Júnior. Nesse sentido ver o seu *A revolução brasileira*, publicado pela primeira vez em 1966. Essa obra pode ser inserida nos quadros intelectuais de uma esquerda marxista que se esforçou, assim como Florestan, desde a segunda metade do século XX, notadamente a partir da década de 60, em construir uma original teoria revolucionária brasileira que conjugasse criativamente os pressupostos analíticos do marxismo com as especificidades da realidade social do Brasil. A seguinte consideração de Prado Júnior nos diz muito a respeito dessa preocupação: “No Brasil, talvez mais que em outro lugar qualquer (porque o mesmo mal também existiu e ainda existe em outras partes), a teoria marxista da revolução, na qual direta ou indiretamente, deliberada ou inadvertidamente se inspira todo pensamento brasileiro de esquerda, e que forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, a teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isso é, de conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim – o que é o mais grave – encaixar nesses conceitos a realidade concreta. Ou melhor, adaptando-se aos conceitos aprioristicamente estabelecidos e de maneira mais ou menos forçada, os fatos reais.” (1978, p. 29, grifo do autor).

<sup>13</sup> Em seu estudo sobre a relação histórica das camadas intelectuais brasileiras com a política do país, Daniel Pécaut ao considerar os intelectuais dissidentes do PCB, reconhece e ressalta a “exceção” Florestan no que se refere à origem social dos que participaram do movimento trotskista de 1940: “Nos primeiros anos do decênio de 40, numerosos intelectuais socializaram-se politicamente através do trotskismo, entre os quais Florestan Fernandes que, cabe lembrar, provinha de família muito pobre.” (1990, p. 86).



faccioso. Nenhum professor que nos ensinou sociologia ou economia incluiu Marx ou Engels, ou qualquer figura importante da história do socialismo. O professor Willems, na antropologia, não tinha necessidade de incluir certos autores. De qualquer modo, **minha militância política me permitiu ir um pouco além no estudo de Marx**. Inclusive me levou a traduzir *A Crítica da Economia Política* que saiu, se não me engano, em 1946. Escrevi um prefácio um tanto arrojado para este livro, porque naturalmente com apenas vinte e quatro anos, o meu preparo para enfrentar a tarefa era demasiado precário. Como atividade intelectual, porém, isso significa alguma coisa. Não se tratava de um trabalho da Universidade; mas, o da atividade intelectual dos socialistas na cidade de São Paulo. A Editora Flama estava ligada ao movimento trotskista e os autores que ela publicou eram todos socialistas: Marx, Engels, Luxemburgo, etc. (1978, p. 14, grifo nosso).

É nesse período de combate clandestino à ditadura Vargas na década de 1940 que a amizade com o jornalista Hermínio Sacchetta torna-se decisiva para que Florestan incorpore o marxismo, não só ao seu aprendizado teórico-metodológico das ciências sociais, mas o assuma definitivamente como base de um projeto que orientará daí em diante suas intervenções políticas focalizadas, sobre o que ele considerava uma real revolução da base social brasileira.

Como consequência desse contato com o movimento trotskista paulista, Florestan acaba integrando os quadros do Partido Socialista Revolucionário (PSR)<sup>14</sup>, primeira organização partidária que participa cuja atuação se pautava a partir das posições da IV Internacional<sup>15</sup>. Trata-se de um partido fundado em 1939 por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e entre os que romperam com a linha política adotada pelo PCB, encontrava-se Sacchetta, que como já frisamos foi uma figura decisiva para o encontro “mais profundo” de Florestan com Marx.

Como companheiro de universidade, mas também de militância socialista, Antonio Candido nos oferece seu depoimento sobre esse período inicial de convívio entre Florestan e Sacchetta.

---

<sup>14</sup> Cf. KAREPOVS, Dainis; NETO, José Castilho M. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966), in Marcelo Ridenti e Daniel A. Reis Filho (orgs.), **História do marxismo no Brasil V - Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. Sobre esse período trotskista, ver o “Anteprojeto de programa técnico-eleitoral” de 1945, elaborado por Florestan e outros companheiros de militância que compunham a “Coligação Democrática Radical”, em: MARTINEZ, Paulo H. (Org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

<sup>15</sup> “Diante da iminência de uma nova guerra mundial, Trótski e seus seguidores julgaram necessário fundar (setembro de 1938) a nova organização, mesmo que numericamente fraca, para preservar e tornar coeso um núcleo revolucionário capaz de dar respostas às situações que dali para diante iriam se colocar.” (KAREPOVS; NETO, 2002, p. 132).

Tenho a impressão de que a convivência de Florestan com Hermínio Sacchetta deve ter sido decisiva para ele adquirir uma consciência política definida e passar à ação. Em 1944, por exemplo, Sacchetta imaginou e dirigiu uma coleção muito interessante de estudos marxistas numa editora que infelizmente durou pouco, a Editora Flama. Essa coleção publicou livros como *A miséria da filosofia e Crítica da economia política*, de Marx, *A questão agrária*, de Karl Kautski, *Reforma ou revolução*, de Rosa Luxemburgo, e coisas assim. Sacchetta encarregou Florestan de traduzir e prefaciá-lo *Crítica da economia política*. Sempre dentro dos limites da memória e das impressões, creio que esse foi o **primeiro grande ato político de Florestan**. Apesar de ser um rapaz de 24 anos, fez uma introdução erudita e penetrante, com grande conhecimento da matéria, denotando iniciação segura nesses temas, o que leva a crer que já possuía alguma formação marxista anterior, embora com certeza recente. É uma suposição. (1998, p. 38-39, grifo nosso).

Lembramos aqui, que a tradução e a “introdução” de Florestan desse texto de Marx constam como o primeiro trabalho de destaque em sua bibliografia, excetuando os artigos e ensaios já publicados anteriormente em jornais e revistas especializadas na primeira metade dos anos de 1940.

Desde esse período de formação do “jovem” Florestan o marxismo torna-se o horizonte objetivo e definitivo, para pensar e propor uma transformação da sociedade brasileira. Temos como exemplo claro dessa tenaz e objetiva confiança na herança marxista, as seguintes declarações dadas por Florestan no programa de entrevista “Roda Viva” exibido pelo canal TV Cultura em 5 de dezembro de 1994. Ao ser questionado sobre as diversas correntes do PT, Florestan diz: “Eu não estou entre ‘xiitas’, eu estou entre os que mantêm a fidelidade ao socialismo revolucionário [...]”<sup>16</sup>. Posteriormente em resposta a outro questionamento naquela mesma entrevista esclarece o seguinte:

Eu sempre estive dentro de uma perspectiva que parte do socialismo clássico: [Karl] Marx, [Friedrich] Engels [(1820-1895), co-fundador, com Karl Marx, do marxismo], [Pierre-Joseph] Proudhon [(1809-1865), principal teórico do anarquismo], uma série de autores que construíram um pensamento; alguns reformistas, outros revolucionários.<sup>17</sup>

Assim, tendo em conta essa auto-declarada postura intelectual, entendemos que ao propormos aqui uma análise mais apurada sobre a noção de “revolução social” preconizada por Karl Marx, presente em parte da obra de Florestan, estamos justamente interessados em

---

<sup>16</sup> Disponível em:

[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia\\_busca/335/florestan/entrevistados/florestan\\_fernandes\\_1994.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/335/florestan/entrevistados/florestan_fernandes_1994.htm). Acesso em: 26 mai. 2011.

<sup>17</sup> Ibid.

apreender o “marxismo” desse intelectual, reconhecido como o “fundador da sociologia crítica no Brasil”<sup>18</sup>.

Acrescentamos ainda que a escolha do ano de 1968 como ponto de corte analítico tem como referência as teses de José Paulo Netto<sup>19</sup> e Bárbara Freitag<sup>20</sup> que sublinham o livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* lançado nesse mesmo ano, como marco indicador de uma transição rumo ao marxismo revolucionário.

---

<sup>18</sup> Cf. Octavio Ianni (Org.) Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira, in **Florestan Fernandes**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 15.

<sup>19</sup> Cf. José Paulo Netto, Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria *revolução*, in **Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

<sup>20</sup> Cf. FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. In: D’INCAO, Maria Angela. (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987. p. 163-180.

# 1 SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O INSTRUMENTAL TEÓRICO-METODOLÓGICO MARXISTA E O OBJETO

## 1.1 O pensamento de Florestan e a totalidade

Entendemos que para realizar os objetivos deste trabalho a orientação marxista nos favorece, enquanto método, na busca para estabelecer um nexos explicativo coerente entre a evolução da categoria revolução no pensamento de Florestan e os acontecimentos que contribuíram para configurar um determinado *quadro social*<sup>21</sup> que orientou a “ótica comunista” de Florestan.

Nesse sentido a nossa explicação sociológica está centrada no chamado *materialismo histórico*, concepção teórico-metodológica fundada por Marx e Engels, que inaugura nas ciências sociais uma perspectiva de análise calcada no estudo da *totalidade* concreta e histórica a que correspondem às formas de pensamento dos sujeitos sociais.

Para uma melhor definição da noção marxista de totalidade, que estabelece uma distinção em relação a outras abordagens não só de ordem teórico-metodológica, mas também e essencialmente epistemológica, recorreremos ao auxílio das palavras de um estudioso dessa categoria construída por Marx.

Na realidade, totalidade não significa *todos os fatos*. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos - o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si. A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer *todos* os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como

---

<sup>21</sup> Fazemos referência aqui ao conceito de “quadro social” apresentado pelo sociólogo Michael Löwy, em seu livro a respeito de parte da obra do “jovem Marx”, e sobre o qual nos apoiaremos ao longo deste trabalho. Sobre a noção conceitual Löwy nos diz o seguinte: “Em nosso entender, as relações entre os quadros assim definidos e as idéias não são apreensíveis senão mediante o conceito de *condicionamento*, utilizado não como uma fórmula vaga, mas em seu sentido estrito e rigoroso: os quadros constituem as *condições*, por vezes necessárias porém nunca suficientes (se tomados isoladamente), para a emergência de uma doutrina.” Löwy, M. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 29-30. (grifo do autor).

realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir *todos* os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. [ ] Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. (KOSIK, 2011, p. 43-49, grifo do autor).

Concordando com as esclarecedoras observações de Kosik a respeito dos mal-entendidos em torno da categoria “totalidade” elaborada por Marx, que envolve ao mesmo tempo uma radical mudança de natureza método-epistemológica na história das ciências sociais, e do que essa noção realmente significa, é que a propomos como categoria-chave do método a ser operacionalizado aqui como base para uma investigação que acompanhe a evolução da perspectiva revolucionária no pensamento de Florestan como “momento do todo”. (KOSIK, 2011, p. 49).

Partindo dessa premissa teórico-epistemológica é que compreendemos como o marxismo contribuiu de maneira decisiva no estabelecimento das bases de uma “sociologia do conhecimento” que ultrapassa um formalismo presente em explicações meramente descritivas a respeito das “idéias”, que se restringem em apresentá-las a partir de um campo totalmente independente, separado do real movimento histórico<sup>22</sup>.

A escolha da abordagem marxista deve-se a natureza peculiar do objeto. Por se tratar de uma categoria herdada por Florestan do próprio pensamento marxiano, é preciso que se tenha o necessário cuidado em acompanhar sua evolução nos escritos de Florestan sem cair no “abstracionismo”.

Ao avaliar a posição do método marxista na história do pensamento social moderno e a significativa ruptura provocada por ele, o próprio Florestan ao comentar o que significou o marxismo em sua formação como sociólogo, nos oferece uma esclarecedora e definitiva observação.

Nas ciências sociais ainda hoje para mim o padrão de rigor é o Marx. Até na Crítica do Programa de Gotha, o rigor com que ele trabalha com categorias, com realidades, com conceitos abstratos, é característico do método científico; onde existe ciência existe rigor. [ ] Agora, eu lutei muito para não ser sociologista e principalmente para não excluir psicologia, economia, história, porque na verdade nós temos que voltar a um texto que para mim é muito fundamental, o posfácio d’A *crítica da economia política*, aquela idéia da **totalidade**. (2008, p. 115-117, grifo nosso).

---

<sup>22</sup> Sobre a contribuição do marxismo para a sociologia do conhecimento consultar: Löwy (1999 e 2009).

Acreditamos que o marxismo como premissa metodológica nos auxiliará nessa tarefa de não perdermos de vista a historicidade da categoria revolução no pensamento do sociólogo brasileiro, já que segundo Marx,

[...] até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas. (1974, p.126).

Assim o estudo dessa categoria deve ser norteado por essa perspectiva analítica elaborada por Marx, que busca construir uma explicação para o objeto a partir da investigação de sua interação concreta com uma determinada *totalidade* de condições históricas que o afetam enquanto produto da realidade social.

Quando optamos pelo *materialismo histórico* como referência mais adequada aos propósitos do trabalho é porque temos como base de empreendimento metodológico as seguintes assertivas:

Os homens são os produtores de suas representações, idéias, e assim por diante, mas apenas os homens reais e ativos, conforme são condicionados através de um desenvolvimento determinado de suas forças de produção e pela circulação correspondente às mesmas, até chegar a suas formações mais distantes. A consciência (*Bewusstsein*) não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente (*bewusstes Sein*), e o ser dos homens é um processo de vida real. [ ] parte-se dos homens realmente ativos e de seu processo de vida real para daí chegar ao desenvolvimento dos reflexos ideológicos e aos ecos desse processo de vida. [ ] Não é a consciência quem determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Já no primeiro ponto de vista, parte-se da consciência como se esta fosse um indivíduo vivo; a partir do segundo ponto de vista, que é o correspondente à vida real, parte-se do mesmo indivíduo real e vivo e se considera a consciência como sendo somente *sua* consciência. (ENGELS, F. MARX, K. 2007, p.48-49).

Um estudo sociológico de uma categoria recorrente na obra de um intelectual deve levar em consideração os fundamentos analíticos descritos acima, procurar demonstrar da forma mais objetiva possível como pensamento e vida real não são duas realidades distintas, mas momentos de uma mesma *práxis*.

No nosso caso a matriz teórica marxista será útil na tarefa de acompanhar o esforço de Florestan em (re) interpretar de forma original a teoria da revolução socialista preconizada por Marx e Engels, tendo como foco a realidade histórica do Brasil, como parte que expressa no campo das ‘idéias’ um projeto que integra em seu núcleo uma autêntica *práxis revolucionária* assumida pelo intelectual brasileiro.

É preciso ainda acrescentar que além dos fundadores do *materialismo histórico*, o trabalho também se inspira metodologicamente em estudos do sociólogo marxista Michael Löwy, onde o mesmo constrói análises fundadas em premissas próprias ao marxismo, sobre momentos específicos das trajetórias do próprio Marx e o do filósofo marxista Georgy Lukács.<sup>23</sup>

Justificamos essa inclusão mais específica de Löwy para nos auxiliar em um corpo teórico-metodológico de base, porque avaliamos que a forma em que procede na construção das suas pesquisas sobre Marx e Lukács, enriquece e amplia o alcance do *materialismo histórico* em um campo das ciências sociais conhecido como “sociologia dos intelectuais”.

O nosso interesse no procedimento metodológico elaborado por Löwy encontra-se justamente nessa criativa aproximação feita entre a perspectiva de análise preconizada pelo marxismo e o acompanhamento de um determinado período histórico vivido pelo intelectual, que como indivíduo se relaciona com a totalidade a partir do que Löwy chama de “quadros” sociais, que funcionam como referenciais ideológicos concretos na evolução da trajetória individual de intelectuais como Marx e Lukács.

Ao comentar o referido conceito metodológico Michael Löwy esclarece o seguinte:

Aplicar esse método à história das idéias marxistas não significa, evidentemente, querer apreender *toda* a realidade (o que manifestamente é impossível), mas apreender essa realidade mediante a *categoria metodológica* da totalidade, pela qual infra-estrutura e superestrutura, pensamento e quadros sociais, teoria e prática, “consciência” e “ser” não estão separados em compartimentos estanques, petrificados em oposições abstratas, mas (ao mesmo tempo reconhecendo plenamente sua autonomia relativa) estão dialeticamente ligados uns aos outros e integrados no processo histórico. (2002, p.28, grifo do autor).

Como podemos observar em seu comentário Löwy propõe que se apreenda a articulação entre a “consciência” individual e a estrutura social, através da noção conceitual de “quadro” que permite ao pesquisador um alcance real da *totalidade*. O “quadro” enquanto ferramenta metodológica contribui na explicação das mediações sócio-históricas que funcionam na composição da *Weltanschauung*<sup>24</sup> de determinadas classes e grupos sociais aos quais os indivíduos estão integrados.

<sup>23</sup> Cf. Michael Löwy, **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002; **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**: a evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo: LECH, 1979.

<sup>24</sup> A expressão pode ser traduzida como “visão de mundo”, e foi elaborada como conceito pelo sociólogo Karl Mannheim podendo ser definida como uma “... *ideologia total*: não tal ou qual ‘idéia’ ou representação, mas o

Entendemos que os estudos de Löwy nos servem de auxílio metodológico básico, porque abordam centralmente a problemática com a qual está envolvido de forma geral este trabalho, a relação entre intelectuais, conhecimento, e ideologia<sup>25</sup>.

Ao propor uma abordagem acerca dos intelectuais, entendidos como produtores de ideologia, e que seja condizente com o marxismo, é preciso estabelecer certas exigências e condições metodológicas para um estudo objetivo do campo ideológico. Para Löwy um método sociológico marxista que problematiza como objeto o intelectual precisa levar em conta o seguinte:

A esfera ideológica desfruta de uma *autonomia relativa* que deve ser levada em consideração em toda a análise concreta: é bem evidente que o desenvolvimento do pensamento obedece a um conjunto de exigências internas de sistematização, de coerência, de racionalidade etc. Nada seria mais estéril do que procurar as “bases econômicas” de todo o conteúdo de uma obra literária, filosófica ou política, ignorando as regras específicas de continuidade da história das ideologias, as particularidades de uma esfera ideológica determinada (arte, moral etc), ou as exigências de lógica interna da obra (ou mesmo os traços pessoais de um autor como individualidade psicológica determinada). **Esse conceito de autonomia relativa (no sentido etimológico grego, *auto-nomos*: “regras próprias”) nos permite superar a eterna polêmica entre a história idealista do pensamento, na qual os sistemas ideológicos estão completamente separados das “contingências” histórico-sociais e flutuam livremente no céu puro do absoluto, e o economicismo vulgar, pseudomarxista, que reduz todo o universo do pensamento a um reflexo imediato da “infra-estrutura”.** (1979, p. XIII, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

Ao propormos com nosso estudo um acompanhamento da categoria revolução na obra de Florestan Fernandes consideraremos as pressuposições metodológicas acima apontadas por

---

conjunto da *estrutura de consciência (Bewusstseinstruktur)* de uma classe ou categoria social, seu estilo de pensamento socialmente condicionado.” M. Löwy, **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009, p.94. (grifo do autor).

<sup>25</sup> Sobre esse debatido conceito da análise marxista nos apoiamos na explicação oferecida por Löwy, que se distancia das mais óbvias e simplistas referências, que o identificam diretamente como “mistificação”, “falseamento”, ou “inversão” da realidade. Löwy propõe abordar em toda sua complexidade a questão da ideologia em Marx da seguinte forma: “Considero mais rico o conceito de superestrutura ideológica, tal como aparece no *18 Brumário de Luis Bonaparte* (1851). Nesse livro, Marx faz uma análise das visões de mundo da pequena burguesia. Ele tem um parágrafo muito conhecido no qual examina como aparece a visão de mundo, a superestrutura ideológica, da pequena burguesia. É aí que temos um conceito de visão de mundo, de ideologia, que é mais rico, mais significativo, para enfrentarmos a questão da dialética entre a ideológica e a ciência. O que Marx escreve se refere à pequena burguesia, mas considero que tem um significado metodológico mais geral. Ele observa que quem cria as ideologias são as classes sociais: **o processo de produção da ideologia não se faz ao nível dos indivíduos, mas das classes sociais.** Os criadores das visões de mundo, das superestruturas, são as classes sociais, mas quem as sistematiza, desenvolve, dá-lhes forma de teoria, de doutrina, de pensamento elaborado, são os representantes políticos ou literários da classe: os escritores, os líderes políticos, etc.; são eles que formulam sistematicamente essa visão de mundo, ou ideologia, em função dos interesses da classe.” (1999, p. 95, grifo nosso).



Löwy, que ao esclarecer a importância do conceito metodológico “autonomia relativa” para uma possível abordagem materialista do campo intelectual-ideológico ainda explica:

Este conceito de autonomia parcial também nos permite aprofundar a análise do caráter *dialético* da **relação quadros-idéias**. **Tal relação é dialética porque as ideologias reagem sobre as condições sociais, estabelecendo uma relação de reciprocidade em que, como notava Engels, as noções de “causa” e “efeito” não têm mais nenhuma significação.** (Por exemplo, a relação entre a teoria de Marx e a Liga dos Comunistas durante os anos 1846-1847). Porém ela aparece ainda como dialética porque, de certa maneira, o sistema doutrinário “seleciona” e interpreta os quadros, acontecimentos e idéias que condicionarão seu desenvolvimento: **a importância de um acontecimento para a evolução de uma teoria não depende somente de sua importância objetiva, mas de sua significação em relação à teoria (em relação aos seus temas, à sua estrutura significativa).** Por exemplo, a sublevação dos tecelões silesianos de 1844 foi completamente ignorada pela maioria dos neo-hegelianos alemães, foi levada em consideração por diversas doutrinas sem provocar nenhuma mudança em suas posições (Ruge, Weitling, etc.). Em compensação, influenciou decisivamente as concepções revolucionárias de Marx. Assim, vê-se que, muito freqüentemente, não é um acontecimento histórico ou uma teoria filosófica, política, etc. “em si” que influencia o desenvolvimento de uma doutrina, mas o acontecimento e a teoria tais como são apreendidos por essa doutrina. (2002, p. 31, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

Assim a escolha pela abordagem metodológica estabelecida por Löwy justifica-se sobretudo, em nosso entendimento, por ser uma das mais vantajosas e produtivas quando se trata de problematizar o envolvimento do intelectual com a classe dominada, com aqueles que historicamente são marginalizados do processo político propriamente dito. Sobre o tema em questão Löwy afirma: “O problema dos intelectuais que se unem à luta do proletariado é tão velho quanto o próprio movimento operário.” (1979, p. IX).

Dito isto e apoiado nas bases teóricas já mencionadas o trabalho será desenvolvido no intuito de assumir a objetividade analítica presente no método indicado por Marx (1974, p.122) como o “método cientificamente exato”, justamente porque no estudo das categorias abstratas entende que estas pressupõem determinadas relações sociais concretas<sup>26</sup>. Sobre esse método Florestan ainda afirma:

---

<sup>26</sup> Ao expor os princípios do seu método, que põe em relevo a historicidade do pensamento, Marx explica o seguinte: “A mais simples categoria econômica, suponhamos por exemplo o valor de troca, pressupõe a população, uma população que produz em determinadas condições e também certo tipo de famílias, de comunidades ou Estados. Tal valor nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral-abstrata de um todo concreto e vivo já determinado. [ ] O dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que existisse o capital, antes que existissem os Bancos, antes que existisse o trabalho assalariado. Deste ponto de vista pode-se dizer que a categoria simples pode exprimir relações dominantes de um todo pouco desenvolvido ainda, relações que já existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido na direção que é expressa em uma categoria mais completa. Neste sentido, **as leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo, correspondem ao processo histórico real.**” (1946, p. 220-222, grifo nosso).

O método explicativo apontado procura, portanto, ajustar a inteligência aos fatos de maneira a permitir a compreensão deles em sua complexidade, totalidade e instabilidade. Os fatos precisam ser percebidos e representados, ao mesmo tempo, em sua unidade e em sua diversidade. A semelhante método corresponde, naturalmente, um processo de construção de conceitos que pretende apanhar a realidade em sua unidade e em sua diversidade – os conceitos se tornariam, então, categorias do pensamento plenamente saturadas da realidade empírica ou melhor passariam a desempenhar a função de reproduzi-la como algo concreto. Em outras palavras, diante das condições lógicas e históricas, que precisam ser preenchidas pelos conceitos científicos, Marx se inclina por uma solução em que a preocupação pela construção de um sistema logicamente homogêneo de conceitos universais ou gerais é substituída pela decisão de restringir a validade lógica de qualquer conceito à sua capacidade de reproduzir plenamente uma realidade dada. Somente as determinações comuns, que não entrassem em choque com as determinações peculiares essenciais, poderiam ou mereceriam ser retidas. (1980, p. 111).

Trata-se da descrição correta do procedimento metodológico a ser utilizado aqui, da abordagem materialista de apreensão e explicação dos fenômenos de natureza social e histórica, conhecida também como “método marxista”, que por princípio considera a síntese complexa presente na atividade do pensamento abstrato, traduzida em conceitos e categorias, a partir de uma correspondência dialética com a totalidade complexa e concreta do real, o que para a finalidade específica do nosso estudo significa entender que “[...] as categorias sejam concebidas como representações que precisam ser constantemente redefinidas, quer dizer, como ‘categorias histórico-sociais’.” (FERNANDES, 1980, p. 113).

## 2 COMO UM SOCIÓLOGO MARXISTA PENSA A POLÍTICA BRASILEIRA?

“A burguesia é, como sempre foi no Brasil, muito articulada, o que faz com que ela tenha uma unidade, se não econômica, no sentido de vencer as diferenciações regionais, pelo menos cultural e de orientação política. E, apesar das diferenças setoriais, que implicam também variações na participação do poder efetivamente político, no poder político estatal, esses setores se entendem bem em qualquer momento de crise e são capazes de desenvolver um esquema de conciliação que os acomode e que ofereça compensações a todos, além de criar bandeiras para iludir o resto da sociedade. Porque essas conciliações são, naturalmente, escamoteadas ideologicamente. A ideologia serve para esconder, e assim vai se passando de uma fantasia a outra: da democracia à eleição livre, ao voto secreto, etc. Se nunca nos perguntarmos quais são os requisitos da existência disto ou daquilo, quem vai se beneficiar, o que a população como um todo tem a ganhar com isso, ou o que ela tem a perder, o que representam para a nação e para o enfraquecimento da nação esses arranjos todos, que são importantes para a cúpula e que se esgotam por si próprios, não fica nada. O que ficou dessas grandes conciliações? Nada.”

Florestan Fernandes, 2008, p. 221-222

“Nós tivemos uma transição, que se chamou transada, isto é, a atual nova República nasceu de um ‘parto’ da ditadura, e o que nós herdamos foi uma ordem institucional ilegal.”

Florestan Fernandes, discurso de estréia de sua legislatura pelo PT na Câmara dos deputados, em 11 de fevereiro de 1987

### 2.1 A permanente “contra-revolução” da burguesia brasileira

Para entendermos o caráter de militância socialista dos escritos políticos produzidos por Florestan a partir de meados de 1960, devemos antes destacar um estudo sociológico de fundamental importância, que teve como objeto central a burguesia brasileira, trata-se da obra *A Revolução Burguesa no Brasil* (1976).

Nesse trabalho Florestan esforça-se em apreender e explicar os elementos histórico-sociais que caracterizam a formação da classe burguesa no Brasil. Não nos deteremos de forma aprofundada sobre esse estudo, mas por entendermos que está de alguma forma intrinsecamente relacionado com as posteriores análises que Florestan fará a respeito da política brasileira, comentaremos em linhas gerais apenas dois traços da burguesia brasileira enfatizados por Florestan.

O primeiro aspecto diz respeito à relação que as classes dominantes estabeleceram com o recém formado Estado brasileiro. Estrutura política forjada com o advento da Independência, o Estado nacional será marcado desde o início por um uso privado das suas funções públicas, onde as elites nativas o instrumentalizam como ferramenta de domínio burocrático-político.

O que ocorreu com o Estado nacional independente é que ele era liberal somente em seus fundamentos formais. Na prática, ele era instrumento da dominação patrimonialista ao nível político. [ ] Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estatal no plano político, tratava-se de um Estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais. (FERNANDES, 1976, p.68).

Florestan põe em relevo aqui um fato determinante no tipo de comportamento político assumido historicamente pela burguesia nacional e sua elite política. Dessa relação instrumental com as instituições que compõem o aparelho burocrático do Estado, surge um regime político que caracterizara profundamente o sistema político brasileiro, a “democracia restritiva”.

A origem do Estado no Brasil é marcada por um amálgama “sui generis”, entre um ideário liberal assumido como modelo formal de governo por membros de uma burguesia ainda incipiente, e uma arraigada estrutura de poder caracterizada pelo personalismo, representada sobretudo pelos fazendeiros, calcada numa cultura política incapaz de absorver os princípios e as práticas que uma política da “impessoalidade” exige. Assim a república “liberal” brasileira torna-se, contraditoriamente, o principal meio de conservação de uma rede burocrática de privilégios e favores estabelecida por reduzidos grupos políticos procedentes das classes e estratos burgueses da sociedade brasileira.

O Estado “democrático” que se desenvolve no Brasil é característico e reflete em sua debilidade funcional, a base sócio-econômica de um país recém saído da condição de colônia

que participava do sistema capitalista através da produção escravista. O caráter conservador e elitista assumido pelas nossas instituições republicanas encontra explicação, não somente mas também, segundo a tese de Florestan, no fato de que a institucionalização da modernidade política no Brasil ocorre dentro de uma sociedade que não apresenta plenamente uma “ordem social competitiva”. Florestan ao introduzir a discussão sobre o tema no quarto capítulo da “Revolução Burguesa no Brasil” explica:

Ao absorver o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca, a sociedade desenvolve uma ordem social típica, que organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes. Essa ordem social tem sido designada, por historiadores, economistas, sociólogos, juristas e cientistas políticos, como *ordem social competitiva*. Aqui interessam apenas os aspectos de sua emergência e desenvolvimento que assinalam os marcos propriamente estruturais da Revolução Burguesa no Brasil. Nas “sociedades nacionais” dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido *antes* da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica. (1976, p. 149, grifo do autor.).

Uma dinâmica social que correspondesse a esse tipo de ordem não se mostrava, pelas razões indicadas por Florestan, no tipo de sociabilidade estabelecida na sociedade brasileira, e a forma com que as camadas dominantes nacionais se apropriaram do aparelho burocrático estatal, é uma evidencia disso.

Outra característica importante está relacionada à recepção e elaboração do conjunto de idéias liberais, por aqueles que no plano político assumiram e se identificaram com a tarefa de construir um projeto de “nação” para o Brasil. Desse modo, ao explicar a peculiar relação que a nascente burguesia brasileira estabeleceu com o Estado, Florestan ao mesmo tempo destaca que o liberalismo, como ideologia política burguesa, assume uma elaboração também particular entre a elite política nativa.

Florestan acentua que o liberalismo que se constituiu no Brasil assumiu uma forma “estatal”, não ultrapassou o plano jurídico-político. A utopia liberal brasileira, formada por uma camada restrita da elite, tinha como horizonte de realização um plano puramente político, onde o que estava em jogo era o estabelecimento de uma ordem formal de poder que favorecia funcional e organicamente a outra ordem sócio-econômica ainda presente, a colonial.

Estabeleceu-se, assim, uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal. Na prática, com freqüência os controles reativos, suscitados pela tradição, prevaleciam sobre os preceitos legais. (1976, p.37).

A descrição acima é reveladora sobre o seu diagnóstico a respeito dos elementos centrais que contribuíram para a formação da estrutura política que se estabeleceu desde o início. O liberalismo e seu arcabouço jurídico-legal foram “absorvidos” e integrados a uma ordem social avessa a rupturas significativas com o seu tradicional “circuito” de funcionamento.

O liberalismo assume no Brasil feições “senhoriais”, isso significa dizer que o efetivo mando político é assumido por homens que não se identificavam com o estilo de vida “burguês” e a mentalidade que lhe é característica. Assim, a recém criada estrutura liberal serviu principalmente como canal institucional e formalizado para a prática de uma política orientada pela conduta “privatista”, que instrumentalizava as funções legais do Estado em benefício próprio.

Nossa intenção ao destacar brevemente esta obra de Florestan, referência em estudos sobre a burguesia brasileira, é a de evidenciá-la como um esforço sociológico de um intelectual que procurou responder em um mesmo nível o desafio de compreender as origens históricas e sociais de um evento político extremo como a ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1964, que Florestan vê como dado expressivo do caráter contra-revolucionário da classe dominante no Brasil, que nasce e se constitui a partir de elementos políticos reacionários e conservadores.

Encontramos no texto *A geração perdida* (1980), a seguinte nota onde Florestan faz referência ao quadro geral da política brasileira nas primeiras décadas do século XX e avalia essa predominância do conservadorismo como tendência majoritária entre aqueles diferentes segmentos da burguesia nacional que se definem e definiam-se como “liberais”:

As polarizações “liberais” e “conservadoras”, não obstante, não eram tão nítidas quanto muito analistas querem supor. Tampouco seria verdadeiro afirmar-se que a “oligarquia” fosse uma e estivesse encurralada ou que o “industrialismo” aparecesse sob uma face unívoca. **O liberalismo de todos os setores burgueses era irremediavelmente conservador**; e o *conservantismo* dos interesses agrários, gravitando na direção do comércio e dos bancos, possuía fortes componentes liberais. Além disso, a dominação imperialista penetrava todas as polarizações e promovia uma espécie de unificação conservadora da “consciência liberal”, sempre instrumental para o controle externo da economia e da propalada revolução nacional. (1980, p. 222, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

As diferentes frações da burguesia divergiam quanto aos seus interesses materiais mais imediatos, mas convergiam em bloco na direção de um espaço político invariavelmente “conservador” em sua base, matizado pelos mais diversos tipos de “liberalismo”.

Colocamos em destaque particularmente essas duas questões discutidas nesse ensaio sobre a constituição da classe burguesa no Brasil, porque as consideramos essenciais num momento crucial de “auto-esclarecimento” do marxista Florestan. O livro *A revolução burguesa no Brasil* pode ser observado como tradução objetiva desse período em que busca uma explicação sociológica profunda sobre certo padrão de conduta e ação das nossas elites, que constituem a história da “contra-revolução” burguesa no Brasil.

Explicando os motivos que o levaram a escrever o estudo, esclarece em nota publicada junto à primeira edição de 1974:

Comecei a escrever este livro em 1966. Ele deveria ser uma resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964. [ ] É preciso que o leitor entenda que não projetava fazer obra de “Sociologia acadêmica”. Ao contrário, pretendia, na linguagem mais simples possível, resumir as principais linhas da evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil. Trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever, se não fosse sociólogo. Mas que põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante. (FERNANDES, 1976, pp. 3-4).

Era preciso compreender os componentes históricos básicos que condicionam e movimentam as estratégias da classe dominante e sua elite dirigente; essa compreensão permitiu e possibilitou a Florestan uma tomada de posição radical definitiva frente ao golpe militar e o tipo de regime instaurado por ele.

Uma declarada postura e projeto socialista revolucionário para a sociedade brasileira requer um conhecimento claro daqueles que se opõem a ele. Faz-se necessário pôr em inequívoco foco sociológico a classe e os segmentos extensivos a ela que historicamente procuraram impedir e por vezes interrompem violentamente, através do Estado, qualquer movimento que sinalize para uma mudança no “status quo” da sociedade brasileira.

Ao descrever os traços fundamentais do tipo de capitalismo estabelecido no Brasil, que deu origem a uma classe dominante e um Estado nacional com práticas conservadoras, contrárias e incapazes de assumir um projeto político de conteúdo mais progressista, esta obra de Florestan aproxima-se, do mesmo critério de avaliação sociológica feita por Marx e Engels a respeito da burguesia alemã e sua “revolução” de 1848.

O diagnóstico sociológico presente na interpretação de Florestan ao apontar para as peculiaridades estruturais assumidas pelo capitalismo no Brasil, decorrentes do inevitável choque provocado pelo encontro entre as exigências de funcionamento de um sistema de mercado moderno e uma estrutura econômico-social baseada no trabalho escravo, própria de um país-colônia, e descrever como esse fato se relaciona embrionariamente ao surgimento de um sistema republicano fragilizado, e restrito, por ser instrumentalizado pelas nossas classes dominantes de mentalidade muito mais “senhorial” que propriamente “burguesa”, está substancialmente em consonância com as teses tanto de Engels quanto de Marx, que avaliam a Alemanha como exemplo de nação onde a falta de uma base econômica apoiada em um capitalismo mais avançado, onde as instituições feudais estão ainda presentes, invariavelmente se traduz paralelamente numa “burguesia” que prioriza suas alianças políticas com os estratos de uma classe, que deveria justamente suplantar e tomar o poder político.

Nos estudos *As guerras camponesas na Alemanha* (2010) e *Revolução e contra-revolução na Alemanha* (2010), Engels expõe sua explicação sobre o “fracasso” da “revolução” alemã de 1848. Da mesma forma que Marx realiza um estudo materialista das causas que explicam a próspera história da burguesia revolucionária francesa, Engels com os dois trabalhos citados apresenta uma interpretação das condições materiais em que se desenvolveu a postura política contra-revolucionária da burguesia alemã.

Na obra sobre o tradicional passado camponês de luta germânica, ao aplicar exemplarmente o procedimento materialista, Engels reconstitui com acuidade o quadro histórico-econômico a partir do qual se desenvolveu os embates políticos na Alemanha do século XVI.

Na minha exposição, na qual me limito a descrever a traços largos o curso histórico da luta, procuro explicar a origem da guerra camponesa, a posição ocupada pelos diferentes partidos que nela intervêm, as teorias políticas e religiosas com que esses partidos procuravam explicar a si mesmos a sua posição e, finalmente, o próprio desenlace da luta como uma consequência necessária das condições históricas da vida social dessas classes naquela época. Por outras palavras, procuro demonstrar que o regime político da Alemanha, as sublevações contra esse regime e as teorias políticas e religiosas da época não eram causa, mas sim a consequência do grau de desenvolvimento em que se encontravam então, na Alemanha, a agricultura, a indústria, as vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas, o comércio e a circulação do dinheiro. Essa concepção da história – a única concepção materialista – não foi criada por mim, antes pertencendo a Marx e constituindo a base dos seus trabalhos sobre a revolução francesa de 1848-1849, publicados na mesma revista<sup>27</sup>, e de *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. (2010, p. 40).

<sup>27</sup> Trata-se da *Neue Rheinische Zeitung* [Nova Gazeta Renana], fundada por Marx e Engels em Colônia (Alemanha), e publicada a partir de junho de 1848.



Avaliamos que o resumo dos objetivos centrais da obra feito acima pelo próprio Engels pode ser alinhado aos questionamentos, não menos fundamentais, presentes no livro de Florestan. Podemos colocar que a pretensão de traçar um “paralelo entre a revolução alemã de 1525 e a revolução de 1848-1849” (ENGELS, 2010, p. 40) contida no trabalho *As guerras camponesas na Alemanha*, encontra paralelo “epistemológico” com a proposta explicativa presente na *Revolução burguesa no Brasil*.

Florestan se apropria do “universalismo” teórico da abordagem materialista, para elaborar uma sociologia das condições materiais em que se funda o liberalismo-conservador da classe burguesa brasileira, e assim explicar as conexões sociais que configuram um determinado quadro de relações políticas, empreendimento metodológico ao qual Engels também recorre com o objetivo de esclarecer o reacionarismo que caracterizou por séculos a burguesia alemã.

Ao começar a indicar as raízes históricas da burguesia “legalista” alemã que “recusa” o seu papel nas lutas revolucionárias de 1848-1849, Engels afirma:

A oposição burguesa, precursora do liberalismo dos nossos dias, abarcava os burgueses ricos e médios assim como uma parte da pequena burguesia que, conforme as circunstâncias locais, era mais ou menos numerosa. [ ] As suas reivindicações eram estritamente institucionais. [ ] Os partidários do município unidos à oposição extrema constituíam uma ínfima minoria da verdadeira burguesia. [ ] Veremos como, no movimento do século 16, essa oposição “moderada”, “legal” de gente “acomodada” e “inteligente” desempenha o mesmo papel com resultado igual ao do seu herdeiro, o partido constitucional em 1848 e 1849. (2010, p. 65).

Esse trecho é exemplar quanto ao objetivo de Engels, esclarecer e situar historicamente a realidade política da Alemanha na segunda metade do século XIX, um período do qual ele mesmo foi contemporâneo. Substancialmente Florestan não faz algo diferente disso, quando reconstitui através de seu ensaio sociológico o momento político no qual se encontrava, as décadas de ditadura militar no Brasil do século XX.

Tanto Engels quanto Florestan elaboram uma sociologia que explica as causas sociais dos elementos conservadores e reacionários presentes nas estratégias políticas da burguesia alemã e brasileira respectivamente. É claro que os dois autores constroem suas teses a partir de realidades e períodos bem diferentes, mas o que pretendemos destacar aqui são justamente a afinidade teórico-metodológica e a semelhança na interpretação e conclusão sobre a natureza do objeto em questão.

Os estudos de Florestan e Engels sobre as “revoluções” burguesas de seus respectivos países elegem como tarefa sociológica principal, a descoberta do conjunto de causas históricas determinantes na configuração de uma realidade política que se mostrava dominada por estratos burgueses conservadores e anti-progressistas. Em outras palavras, a questão a qual eles procuram desenvolver uma resposta coerente, é a seguinte: Por que a burguesia (brasileira e alemã) transformou-se majoritariamente em momentos e eventos políticos decisivos, na classe da “reação”?

Em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* encontramos uma assertiva de Engels relacionada a esse questionamento fundamental que conduz o seu trabalho:

Que os súbitos movimentos de fevereiro e de março de 1848 não foram obra de indivíduos isolados, mas manifestações espontâneas, irresistíveis, de carências e necessidades nacionais, mais ou menos claramente entendidas, mas muito distintamente sentidas por numerosas classes em todos os países, é um fato reconhecido por toda a parte; mas, quando se inquire das **causas dos sucessos contrarrevolucionários**, se confronta de todos os lados com a resposta de que foi o senhor “este” ou o cidadão “aquele” que “traiu” o povo. Resposta essa que pode ser muito verdadeira ou não, consoante as circunstâncias, mas que em circunstância alguma explica o que quer que seja – nem mesmo mostra como é que veio a acontecer que o “povo” consentisse, desse modo, em ser traído. (2010, p. 164, grifo nosso).

O projeto básico presente no “ensaio” de Florestan é orientado coerentemente por essa proposta de Engels de promover e responder a indagação a respeito das “causas dos sucessos contrarrevolucionários”. A reflexão de Florestan se desenvolve nesse sentido, de oferecer uma interpretação que esclareça o “sucesso” da “contrarrevolução” brasileira, o que em contrapartida significa explicar a origem das forças econômicas e políticas que interromperam um real processo revolucionário popular no Brasil.

A tese construída em *A revolução burguesa no Brasil* é o que poderíamos chamar de “ajuste de contas” sociológico do intelectual Florestan com um evento político traumático como a ditadura, foi uma espécie de “bússola”, determinante na definitiva formação de uma ética de combate, de “desobediência civil”, frente ao bloco político tradicionalmente composto de elementos elitistas, conservadores, e reacionários. Procurando esclarecer os objetivos do livro comenta:

Se se tem em conta que procurei fundir a análise sociológica com uma posição socialista, tenho a impressão que, em dois pontos, consegui dar uma contribuição teórica importante à sociologia. Primeiro, procurando descobrir qual é a peculiaridade da revolução burguesa atrasada num país da periferia capitalista de hoje. A última análise socialista consistente do processo de uma revolução burguesa atrasada é a de Lênin – aproveitando a fase de 1905 na Rússia até 1907, mais ou menos -, onde aparece algumas de suas contribuições teóricas mais importantes às ciências sociais. É uma pena que não tenha sido aproveitado de maneira mais ampla. Na verdade, ele elabora pela primeira vez uma explicação sociológica das burguesias que perderam suas oportunidades históricas, por fraqueza e por falta de ímpeto revolucionário. [ ] Minha outra contribuição que considero importante é a de esclarecer os mecanismos de dominação imperialista na atualidade. Na literatura socialista há uma tendência muito exagerada de confundir a dominação imperialista com a destruição da burguesia na periferia. Isso poderia ser verdadeiro em termos da situação histórica do século XIX ou do começo do século XX, quando a ocupação colonial excluía a incorporação da periferia na totalidade da economia hegemônica. [ ] Hoje a situação não é mais essa. [ ] No meu entender esta contribuição é válida tanto para a sociologia quanto para o socialismo. Sem contar que, eventualmente, possa implicar um conhecimento mais minucioso, se quiserem, do regime que se estabelece aqui, que é um regime instrumental para que as burguesias periféricas possam controlar o poder e impedir qualquer revolução democrática, ou seja, uma *revolução de baixo para cima*, mesmo que ela fosse “nacionalista” e “capitalista”. (FERNANDES, 1978, pp. 100-102, grifo do autor).

Gostaríamos de extrair a partir desse comentário que avalia o significado da obra, o seu aspecto político. Enquanto intelectual socialista, Florestan viu-se repentinamente “forçado” pela ditadura a desenvolver com urgência uma reflexão capaz de repor dentro de uma perspectiva totalizante a história dos que exerceram a partir do controle privatista do Estado nacional uma “contra-revolução permanente”.

Então, o real fluxo dos acontecimentos é que contribuiu para que Florestan alcançasse uma “auto-compreensão” do seu próprio papel, dimensionado a partir da órbita revolucionária. Isso significa dizer que de forma explícita esteve empenhado em produzir uma sociologia que não se dissociasse de uma militância socialista, ao contrário, a profusão de ensaios e estudos desde então, nos conduz a pensar que o vigor intelectual mostrado por ele tinha como alicerce essa nunca abandonada ideologia de servir a “revolução dos de baixo”.

Esse momento tenso em que a trajetória do sociólogo irá se fundir de vez com a do socialista revolucionário, condensado em um trabalho como *A revolução burguesa no Brasil*, é descrito por José Paulo Netto, nos seguintes termos:

A contra-revolução (burguesa), na sua realidade, impôs-se a Florestan como Esfinge. Decifrá-la vai lhe demandar esforço intensivo de pensamento e repensamento. As contradições que por mais de uma década e meia jazeram entre idéias socialistas e investigação e magistério sociológico-acadêmicos serão recolocadas no novo plano instaurado pela contra-revolução (burguesa), mas repostas em quadros que determinarão uma substantiva alteração delas mesmas, polarizadas numa relação visceralmente nova e serão enfim superadas. Trata-se de uma alteração substantiva que afeta o inteiro pensamento de Florestan, seu ideário socialista e sua vocação teórica – e numa simultaneidade que só o artifício da abstração pode distinguir: por um lado, a potenciação constante das idéias socialistas através de um confronto direto com a ordem autocrático-burguesa, no obstinado ofício do que ele retomou como “desobediência civil”; por outro, a retotalização do seu conhecimento da sociedade brasileira num processo de nova investigação que, lançando-o para além dos limites da análise sociológica, condu-lo a redialogar com o legado de Marx. (2004, p. 208).

É nesse processo de reorientação intelectual que a categoria revolução ganhará um relevo central a nortear o percurso do militante Florestan; assim o marxismo torna-se uma privilegiada base recursiva na incansável tarefa de decifrar os rumos da política brasileira, de identificar e propor alternativas àqueles que negam a ordem política estabelecida à força. Trata-se da proposta revolucionária de Florestan que entra em cena, de um projeto intelectual claramente dirigido aqueles a quem denominava “os de baixo” da sociedade brasileira.

Sobre esse momento “subversivo” da trajetória do intelectual, Paulo Netto ainda acrescenta:

Entre 1964 e 1968, Florestan ultrapassa o terreno da Sociologia (nos termos da ‘ciência concreta’) e franqueia a fronteira do socialismo *revolucionário*. Deixa de ser um sociólogo: recupera para a análise da sociedade a crítica da economia política, converte-se em pedagogo da revolução. Foi a contra-revolução (burguesa) que situou Florestan no eixo da revolução (proletária). (2004, p.207, grifo do autor).

Desse período em diante a atividade do intelectual-político Florestan será marcada por essa “pedagogia da revolução”. Pensar a sociedade brasileira sob o foco revolucionário tornou-se uma exigência real, longe de ser apenas uma resposta “ideológica” de um intelectual socialista frente à ofensiva do capitalismo, assim Florestan vislumbra como horizonte possível de um projeto social anticapitalista, as revoluções que ocorreram em países como Cuba.

O aspecto seminal do livro *A revolução burguesa no Brasil* é melhor compreendido quando o interpretamos como obra sociológica que não foge a um posicionamento frente a realidade presente; trata-se de um estudo sociológico de Florestan que organiza seu pensamento para posterior tarefa de militância socialista a qual irá assumir.

*A revolução burguesa no Brasil* concretiza a assunção criativa e criadora do legado marxista por Florestan e define conclusivamente o seu papel intelectual de promotor de uma pedagogia socialista revolucionária. Os anos que se sucedem à publicação desta *opus magnum* são os dos confrontos finais com o militar-fascismo, de aberta “desobediência civil”, de intensa intervenção cívica e de uma retomada, aliás muito livre, da atividade acadêmica. (PAULO NETTO, 2004, p. 215).

Assim o estudo sobre a burguesia serve como base sólida objetiva que o possibilita a lançar-se em seu posterior e definitivo projeto socialista pensado a partir da configuração peculiar que o capitalismo assumiu no Brasil. Avaliando os objetivos pretendidos da sua obra, *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan diz o seguinte no prefácio à segunda edição:

[...] o livro traduz o que entendo por sociologia diferencial e como gostaria de vê-la cultivada por outros sociólogos. De outro lado, não desvinculei a sociologia da pressão inexorável dos desafios que encadeiam presente e futuro. Não está ao meu alcance criar uma sociedade ideal. Contudo, está ao meu alcance descrever o que, na sociedade existente, não é ideal para nenhuma espécie de existência humana em sociedade. Ora essa descrição não pode ser nem tão “abstrata” e “formal” nem tão “estrutural” e “geral” que as palavras percam o sentido da linguagem comum. Os que não gostam de controvérsia sofrem com isso. Os que procuram a controvérsia como artifício do progresso do pensamento criador ficam encantados. A minha perspectiva não vai tão longe: trata-se de equacionar, sociologicamente, a negação de um presente indesejável. (1976, p.10).

Desde então a trajetória do sociólogo-socialista será marcada por essa intransigente “negação” da ordem presente, onde seu posicionamento como intelectual anticapitalista será conduzido não por uma escolha “subjetiva” da perspectiva marxista revolucionária a fim de simplesmente “polemizar” com outras perspectivas de análise, mas pela análise objetiva daquilo que o próprio Marx chamou de “história real”.

*A revolução burguesa no Brasil* foi produto desse momento, de auto-reflexão, onde Florestan empenhou-se em desenvolver uma teoria sobre o capitalismo dependente estabelecido no Brasil, e localizar onde esse tipo de estrutura social contribuiu negativamente desde o início para que surgisse um ambiente e um Estado político “autocrático”.

Situado entre os clássicos que interpretam profundamente a formação da sociedade brasileira, essa obra torna-se pelo próprio fluxo dos acontecimentos “arma” de defesa teórico-política, usada como base argumentativa de Florestan sempre que o mesmo se via impelido a desmentir o discurso daqueles que descreviam a realidade política e social brasileira como “democrática”.

Com esse trabalho Florestan afirma-se contra a forte tradição intelectual presente nas ciências sociais, que pressupõe como princípio metodológico válido no processo de

elaboração do trabalho científico, uma necessária separação entre ideologia e ciência. O ensaio sobre as relações capitalistas estabelecidas no Brasil produzido por ele é o produto objetivo de sua “negação da ordem”, e a sociologia de classes que encontramos em sua argumentação fornece base sólida a uma postura política socialista assumida sem rodeios.

Em comentário sobre outro livro Florestan esclarece sua posição referente ao controverso tema:

No que me diz respeito, o último ensaio de *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* reflete uma perspectiva ideológica explicitamente socialista. Ela é intrínseca à minha posição intelectual como sociólogo. Tento falar, simultaneamente, como sociólogo e como socialista. Muitos se sentirão no dever de criticar essa submissão à ideologia. Em vez de perguntar se os que me criticarão (ou me criticam) não escondem sua tomada de posição ideológica de modo cômodo, por trás de uma simplista “neutralidade ética”, eu perguntaria, apenas: a ideologia é limitativa ou não é limitativa? Penso que, ao desmascarar-se, o sociólogo vai mais longe e aproveita melhor as conseqüências de uma superposição de perspectivas, pela qual *ideologia e sociologia* entram em relação dialética criadora. (1978, p. 129, grifo do autor).

Consideramos a partir desse depoimento que ao construir uma teoria social que ensejava explicar as causas objetivas do fluxo histórico da “contra-revolução” permanente em sua totalidade, Florestan situa-se ideologicamente no eixo daquilo que ele considerava como o bloco revolucionário da sociedade brasileira.

A afirmação ideológica na sua avaliação não desvirtua a análise, ao contrário, depende intrinsecamente da reflexão sociológica, porque descrever a partir de uma perspectiva classista a história do capitalismo no Brasil e do conservadorismo político que ele gerou, é reconhecer-se e colocar-se como intelectual que assume o ponto de vista da classe que se opõe objetivamente a esse histórico conservadorismo, é servir ao movimento revolucionário “dos de baixo”. Isso é ser marxista, no sentido profundo do termo. O movimento de construir conhecimento sobre determinada realidade e a tomada de posição que isso implica, constituem um único e mesmo processo dinâmico.

Expressão intelectual desse criativo momento de síntese entre o ideológico e científico, *A revolução burguesa no Brasil*, é a contribuição fundamental do intelectual para aquilo que se convencionou definir como “sociologia militante”, à qual se atribui a Florestan o papel de fundador.

Paulo Netto ainda descreve todo esse período no qual a escrita do texto esteve profundamente vinculada nos seguintes termos:

A resposta à contra-revolução (burguesa), exigindo de Florestan o desvelamento do seu inteiro processo, determina a elaboração de uma *teoria da gênese e do desenvolvimento do capitalismo no espaço nacional brasileiro*. É no curso dessa elaboração – núcleo duro de *A revolução burguesa no Brasil* – que os sujeitos do movimento social real (as classes sociais) e seus projetos histórico-sociais (o rechaço do potencial anticapitalista contido nas possibilidades de afirmação da democracia conduzindo a burguesia à contra-revolução preventiva e a resistência proletária à antidemocracia burguesa impelindo ao questionamento da ordem capitalista) vão emergindo e que o pensamento de Florestan é levado a identificar *a revolução como componente histórico-concreto do movimento social real*. As coordenadas teórico-críticas do referencial marxista são conformadas na verificação da dinâmica histórica efetiva. A apreensão do processo macroscópico do qual a evidência é a contra-revolução (burguesa) revela tanto a sua necessidade na passagem ao estágio monopolista quanto a sua polarização com a revolução (proletária). É pela análise concreta da realidade brasileira que Florestan chega à compreensão teórica do processo da revolução (proletária). Estamos assistindo à apreensão da revolução (proletária) como *possibilidade histórica real* não a partir da referência à categoria teórica, mas a partir da análise concreta do processo “a quente”, no “calor da hora”. Na investigação, a descoberta galvaniza o inteiro universo intelectual de Florestan, reorientando o seu exercício teórico segundo a impostação da tradição marxista. (2004, idem, p. 214-215, grifo do autor).

Como salienta Paulo Netto, a obra é sobretudo uma resposta teórica a uma situação real. *A revolução burguesa no Brasil* é imprescindível para compreendermos a evolução da perspectiva revolucionária no pensamento de Florestan. A investigação das origens do nosso republicanismo antidemocrático capaz de chegar ao regime autoritário extremo projeta Florestan a perceber um campo real de possibilidades revolucionárias objetivas.

Visualizando a história social do Brasil como história de lutas e extraído desse princípio o fato de que a contra-revolução é uma realidade, na qual ele mesmo como sujeito histórico foi afetado, avança rumo ao encontro do movimento democrático que em seu fluxo já mostrava inéditos sinais de amadurecimento, capaz de provocar também inédito temor e conseqüentemente uma reação violenta (ditadura), dos “donos do poder”.

Assim as relações que constituem a “sociedade brasileira” são apreendidas por Florestan como uma totalidade dinâmica na qual está presente o duplo movimento de fluxo e contra-fluxo, onde a revelação da “contra-revolução” como dado objetivo o conduz a identificar o movimento revolucionário também como possibilidade real, ainda que interrompida.

É com este ensaio sobre o Brasil que Florestan aprofunda o seu marxismo, observa o país através de seu peculiar processo antagônico entre as classes, onde percebemos que “a

contra-revolução (burguesa) factual, empírica, imediata, dá-lhe conta da revolução (proletária) possível, necessária *para a classe operária*, subterraneamente em ato.” (PAULO NETTO, 2004, p. 215, grifo do autor).

## 2.2 Interpretando a ditadura no Brasil

Em 1979 são publicadas em livro com o título *Apontamentos sobre a “Teoria do autoritarismo”*, as observações a respeito de um curso dado por Florestan na PUC em 1977. Como o próprio título indica as questões discutidas nas aulas estavam centradas numa avaliação crítica do conceito de autoritarismo e a carga ideológica que ele contém.

Trata-se segundo Florestan (1979, p.XIX) de uma “[...] oportunidade de desobediência civil na ‘esfera acadêmica’”, onde o mesmo se propõe a indicar elementos que demonstram que os regimes de ditadura nas sociedades capitalistas, não são governos de “exceção”, alheios as formas de governos “democráticos” da república burguesa, e que “[...] sem nenhuma mágica, o Estado de exceção brota do Estado democrático, em que está embutido.” (1979, p.14).

Florestan se ocupa em grande medida em sublinhar as falhas nos argumentos de teóricos liberais e cientistas políticos que insistem em observar as ditaduras como “desvios” autoritários da “ordem democrática” capitalista. Assim para esses intelectuais que assumem o papel de “defensores da ordem” no plano de suas análises políticas, o autoritarismo é tomado quase que exclusivamente como um problema político de Estado, onde a estrutura de poder estatal é tratada como espaço de domínio autônomo em si mesmo.

Em detrimento de uma perspectiva sistêmica de análise pode-se dizer que os golpes militares que aconteceram em países como o Brasil são avaliados a partir de “cima”, da “cúpula”, como problemas políticos contingentes, com isso dispensa-se qualquer possibilidade de crítica ao autoritarismo como uma das formas políticas possíveis dentro da base social capitalista.

A tarefa fundamental de Florestan neste texto está em demonstrar como uma série de analistas políticos oscila na aplicação de termos ambíguos como totalitarismo, na tentativa de explicar o fenômeno ditadura, o que revela, no entendimento de Florestan, uma debilidade em anexar à análise específica sobre os diferentes “tipos” de Estado uma perspectiva de caráter mais sistêmico, que ultrapasse certo formalismo sob o qual se descreve os autoritarismos



como “deformações” do Estado democrático; tais “deformações” se tornam uma característica predominante entre aqueles analistas que discutem a política contemporânea, onde,

[...] a ‘defesa da ordem’ se instaura no horizonte intelectual do analista político. Primeiro, ele tende a privilegiar uma concepção minoritária e elitista do regime democrático. [ ] Não se trata apenas de privilegiar a ‘lei de ferro’ dos pequenos números, como fizeram M. Weber, Michels e Pareto. Vai-se mais longe. A ‘sociedade democrática’ é a sociedade perfeita. (1979, p.9).

O fundamental para Florestan é destacar que a idéia básica de sustentação do discurso analítico dos intelectuais que preconizam a “ordem democrática”, está calcada no que ele denomina de “tipologia dicotômica”, que essencialmente divide o universo político em dois campos possíveis de análise.

O primeiro seria o “democrático”, aquele positivado por elementos como o sufrágio universal, ou as garantias legais dos direitos atribuídos a todos como cidadãos que participam de uma determinada comunidade política. O segundo é o “não-democrático”, que está “fora” da lógica de governo estabelecida pela democracia.

Essa tentativa de explicação através de uma tipologia bipolar, entre o que está “dentro” do espaço composto pelas formas democráticas de poder e as formas que não “pertencem” a ele, é decorrente de uma insuficiência teórica, que não focaliza o fenômeno político da ditadura em um plano mais totalizador.

O caráter débil deste tipo de análise fica evidenciado por um “caos terminológico” que acaba por encobrir o âmago da questão, assim não se questiona a respeito da estrutura social capitalista que engloba em sua manifestação de poder político tanto as chamadas formas de governo “democráticas” quanto às “autoritárias”.

Florestan aponta que a finalidade última dessa perspectiva, é não permitir um questionamento mais profundo da ordem social capitalista, torná-la inquestionável, excluir outro ponto de vista alternativo a ela. É neste ponto que Florestan se esforça por trazer à tona a “ótica socialista”, e o que diz ela a respeito da questão do autoritarismo, e assim busca esclarecer o viés ideológico do discurso liberal, que representa a hegemonia do discurso político capitalista, a respeito de casos como Cuba e Rússia.

A problemática central que deve ser posta em pauta, segundo Florestan, é a de que apesar de hegemônica a perspectiva liberal não é única, o que de fato ocorreu foi a “órbita

propriamente socialista” construída no final do século XIX ter sido desconfigurada no século XX pelo que o mesmo chama de “cerco capitalista”.

O fundamental então é trabalhar em todas as frentes possíveis no esclarecimento de que a ditadura é um fenômeno político inerente ao capitalismo, e que por isso mesmo deve ser combatida tendo como horizonte o projeto revolucionário socialista.

E para aquele que se coloca na posição de militante socialista, que nega a ordem política burguesa, as lições de Marx são imprescindíveis e basilares; assim temos um exemplo dessa postura quando Florestan (1979, p.80, grifo do autor) destaca que, “A *Crítica do Programa de Gotha*, por sua vez, deixa claro que o movimento socialista podia (sic) ocupar o espaço político existente em uma sociedade capitalista *sem abrir mão* de seus princípios revolucionários.”<sup>28</sup>

Ainda em seu contínuo esforço de compreender e explicar sociologicamente o fenômeno ditadura, e em particular a que se instalou no Brasil, Florestan apresenta em 1982 um estudo intitulado *A ditadura em questão?*, livro que no seu entendimento assume no plano intelectual o papel de uma necessária “desobediência civil”.

Sobre o tema tratado no livro e as reais questões presentes sub-repticiamente nele, Florestan de antemão faz o seguinte observação:

Ora, não se pode separar ditadura e sociedade civil, como não se pode separar revolução social e sociedade civil. A sociedade civil em crise, burguesa ou de classes, abre-se para os dois extremos. As classes *altas e privilegiadas* retiraram a ditadura do seio da sociedade civil; e, além disso, se a ditadura se mantém isso ocorre porque esse setor da sociedade civil ainda é bastante forte para impedir tanto a transformação da sociedade civil como o desaparecimento da ditadura. Por sua vez, desde a crise do trabalho escravo e da transição para o trabalho livre os oprimidos lutam para *revolucionar a sociedade civil*, seja nos limites da ordem, pela maioria, seja contra a ordem, pelos pequenos grupos e partidos socialistas revolucionários. São dois aspectos da mesma realidade. Os “scholars” estrangeiros e nacionais, que encaram o assunto de uma ótica “abstrata” e *apolítica*, afirmam que os dois – a sociedade civil e o Estado, omitindo a palavra ditadura – estão crescendo juntos, o que é uma tautologia: sob o capitalismo, se há desenvolvimento das forças produtivas e diferenciação do regime de classes, ambos têm de crescer juntos! (1982, p. 3-4, grifo do autor).

<sup>28</sup> Florestan faz referência aqui a um escrito de Marx de 1875, onde este critica duramente uma série de propostas “lassalianas” contida no projeto de unificação partidária, entre o Partido Operário Social-Democrata e a Associação Geral dos Operários Alemães, com o objetivo de formar o Partido Socialista Operário da Alemanha. A respeito das idéias presentes no programa e apresentadas num Congresso realizado em Gotha, e a intenção da crítica de Marx, Engels esclarece já em 1891 o seguinte: “Nele é exposta pela primeira vez, com clareza e firmeza, a posição de Marx em face da tendência traçada por Lassalle desde que se lançou à agitação, tanto no que se refere aos seus princípios econômicos, como à sua tática.” (1977, p.223).

A argumentação de Florestan é clara quanto ao que ele considera como a perspectiva mais realista com a qual devemos estudar a ditadura militar. O que precisa ficar claro antes de tudo é que um governo que assume uma forma ditatorial, como a que se estabeleceu no Brasil, não foge à “normalidade” das possíveis formas de governo dentro do estado moderno.

Florestan recorre ao auxílio do instrumental marxista e sua abordagem sistêmica, para demonstrar que o autoritarismo próprio do regime ditatorial pode ser explicado em sua natureza como a dimensão política intrínseca à lógica reprodutiva do sistema capitalista de produção. Desde o início do texto, quando Florestan procura não desvincular a ditadura de “outras” questões que envolvem a política, percebe-se que sua rejeição em perceber o político como um ambiente à parte, com uma lógica estrutural autônoma, a ser explicada a partir de si mesma, está ancorada sem dúvida na tese fundamental de Marx que considera a observação de fenômenos políticos fundada na “ótica” política um erro.

No texto *Glosas Críticas ao artigo “‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”* originalmente publicado em 1844, a observação seguinte de Marx (2010, p. 40-41, grifo do autor), “O entendimento *político* é o entendimento *político* justamente porque pensa *dentro* dos limites da política. Quanto mais aguçado, quanto mais ativo ele for, tanto *menos capaz* será de compreender mazelas sociais.”, nos diz muito a respeito dos pressupostos de análise preconizados por Florestan no estudo da ditadura.

Circunscrever a análise de um governo autoritário meramente a um jogo político disputado entre indivíduos que estão na cúpula que controla o Estado é não entender, segundo Marx, o seguinte:

O princípio da política é a *vontade*. Quanto mais unilateral, ou seja, quando mais bem-acabado for o entendimento *político*, tanto mais ele acredita na *onipotência* da vontade, tanto mais cego ele é para as *limitações naturais* e intelectuais da vontade, tornando-se, portanto, tanto menos capaz de desvendar a fonte das mazelas sociais. (2010, p. 41, grifo do autor).

Em seu estudo sobre a ditadura Florestan dispensa qualquer tipo de análise política que pressuponha como objeto de investigação essa “vontade”, da qual Marx se refere como um erro próprio da abordagem que busca a explicação de questões políticas unicamente a partir do próprio ambiente político.

Com a finalidade de não cometer esse reducionismo apontado por Marx, Florestan trata de colocar o problema da ditadura sob um foco que integra dialeticamente o social e

político. Assim para termos uma compreensão real do que vem a ser esse fenômeno denominado ditadura, convém reinseri-lo ao quadro histórico-social pelo qual a sociedade brasileira se caracteriza. O problema da ditadura contém em seu bojo uma problemática de fundo social, e assume características peculiares na história social de um país de capitalismo periférico como Brasil.

A reflexão aprofundada sobre a ditadura exige uma discussão que inclua na análise outros elementos fundamentais, como a estrutura social a partir da qual se formou o Estado brasileiro, a relação estabelecida entre as classes e os seus segmentos e o tipo de partidos políticos formados disso.

A fala de Florestan a respeito do tema em questão nos remete claramente a uma observação de contexto mais abrangente, onde a ditadura militar instaurada em torno de meados da década de 1960 deve ser entendida como mais uma face histórica do que ele chama “Estado autocrático burguês”. Eis o legítimo problema a ser debatido e enfrentado na avaliação de Florestan; o trabalho a ser feito por aquele que se coloca a tarefa de debruçar-se sobre o assunto é o de desmentir as abordagens que buscam descrever um regime dessa natureza, sem priorizar a análise dos elementos históricos que contribuem na formação estrutural de um governo desse tipo.

Florestan aqui nos oferece apoiado, em bases marxistas, uma crítica contundente àqueles que refletem a política, especificamente o Estado, a partir de “cima”, o que contribui para reforçar um discurso ideal-utópico próprio do liberalismo brasileiro inclinado a pensar o Estado como uma espécie de República “flutuante”, onde a “democracia” é conduzida, sem qualquer interferência significativa dos processos históricos, como se fosse uma “substância” ou uma “fórmula” passível de ser manipulada habilmente por aqueles que são vistos como únicos capazes de conduzir o Estado.

A fala de Florestan a seguir é exemplar por trazer esses elementos indispensáveis para uma possível avaliação crítica a respeito daqueles que pensam que há momento político “fora da história”:

A montagem da república institucional, portanto, e seus desdobramentos posteriores não gravitaram em torno de um *vazio histórico*, como gostam de afirmar muitos “cientistas políticos”. Não existe *vazio histórico*! As classes burguesas saturaram seu espaço histórico e não foram anuladas ou ultrapassadas porque confinaram as classes subalternas, semiburguesas ou proletárias, a uma forma política de democracia que não limita, não atrofia e não esconde seu substrato ditatorial (ou autocrático). Chegou-se, assim, à extrema maravilha que é a república institucional e o crescimento dentro dela de um poder absoluto que opera “acima das classes” e, estritamente falando, “acima do Estado”, como se o BEHEMOTH, imaginado por Hobbes, encontrasse finalmente sua época histórica. (FERNANDES, 1982, p. 24, grifo do autor).

Podemos dizer que a argumentação acima está vinculada coerentemente à crítica formulada por Marx a respeito de uma corrente de pensamento que dissocia o Estado da sociedade civil, representada em sua tradução mais elaborada, na avaliação de Marx, na filosofia construída por Hegel.

Acompanhemos o seguinte trecho de um comentário feito por Marx a respeito da filosofia hegeliana como representante máxima desse tipo de pensamento que em essência abstrai o político (Estado) das relações que se constituem na realidade social, e sobre a tarefa essencial da crítica que se contrapõe a essa corrente de análise política.

A crítica da *filosofia alemã do direito e do Estado*, que com *Hegel* alcançou sua versão mais consistente, rica e completa, consiste tanto na análise crítica do Estado moderno e da realidade com ele relacionada como na negação decidida de todo o *modo da consciência política e jurídica alemã*, cuja expressão mais distinta, mais universal, elevada ao status de *ciência*, é justamente a própria *filosofia especulativa do direito*. (2010, p. 151, grifo do autor).

Ao discutir a ditadura em sua realidade brasileira Florestan trata de retomar e seguir em sua base essa “negação decidida de todo o *modo da consciência política*” apontada por Marx, a fim de explicar os reais fundamentos do Estado “autocrático” brasileiro, transferindo assim para o “caso Brasil” uma crítica do Estado moderno e da realidade relacionada a sua constituição.

A apropriação de Florestan da universalidade teórico-metodológica presente na abordagem preconizada por Marx é uma constante inegável em todo seu exame analítico do regime militar ditatorial brasileiro, busca com isso não cair no erro de não analisar a questão em sua raiz social, e por isso não discuti-la a fundo.

Com o auxílio da teoria política de Marx, evita a todo custo simplificar o debate a respeito do tema, e conjuga a análise do objeto em questão a outros elementos presentes no vocabulário dos cientistas políticos. A perspectiva de Florestan é a de que isolar, ainda que

parcialmente, temas como democracia e partido, do fenômeno central discutido é contribuir para um empobrecimento e debilidade da explicação.

Assim a explicação da realidade política presente (no caso o período da ditadura militar) que Florestan realiza, é conduzida em sua base pela sociologia política de Marx que no procedimento de analisar as formas de governo do Estado moderno prioriza as contradições da sociedade civil e o comportamento político das classes que a compõem.

Chamamos atenção ainda para o que consideramos um diferencial na perspectiva construída pelo marxista brasileiro. Ao contrário do discurso da época, início da década de 80, quando era corrente a fala sobre a “redemocratização” política brasileira, algo endossado até por muitos intelectuais, Florestan não compartilha dessa visão até certo ponto, em nossa opinião, “ingênua” e “eufórica”.

Na contracorrente do que se observava como “abertura democrática”, nos apresenta em sua análise a noção de *liberalização outorgada* (1982, p. 27). Florestan quer dizer com isso que a “democracia” no Brasil é historicamente “concedida” pelo Estado. Vejamos em que termos ele questiona a idéia de uma “abertura” estabelecida a partir de “cima”, como se um regime de governo fosse uma fórmula política que substituísse sem maiores problemas outra, no caso a ditadura militar.

Se se toma todo esse quadro de interações contraditórias da ditadura com o epicentro em ebulição da sociedade civil e com as tendências da dominação imperialista, descobre-se que a *liberalização outorgada* não é um sintoma de “crise final” mas uma demonstração de tenacidade que evidencia os limites naturais de desenvolvimento da república institucional. [ ] “Se concedo, não cedo”, essa é a fórmula implícita na *relação democrática* que a ditadura desentranhou de dentro de si mesma. (FERNANDES, 1982, p. 26-27, grifo do autor).

Essa *liberalização outorgada* apontada por Florestan é própria de um Estado que em sua estrutura não é democrático, que não está em consonância com os reais anseios da maior parcela da sociedade. O que o marxista brasileiro procura demonstrar é a impossibilidade de um Estado democrático “brotar”, num “pisar de olhos”, de um regime com raízes históricas em uma cultura política como a brasileira, marcada pelo conservadorismo e o elitismo.

“Nunca existiu um regime democrático no Brasil, se se entender por esse conceito uma democracia de participação ampliada. Os que falam que de 45 a 64 nós tivemos regimes democráticos não prestam atenção à realidade.” (FERNANDES, 1978, p. 148).

Sua avaliação da “questão da ditadura” envolve a discussão necessariamente da outra face da mesma questão, a “democracia”. Assim Florestan baliza suas considerações sobre a “República” brasileira, a partir do que poderíamos chamar de “realismo”<sup>29</sup> histórico marxista. Esse tipo de análise assume como foco prioritário a idéia de que o político é uma tradução “mistificada” e por vezes “mitificada” do social, e a crítica marxista do Estado expressa em seu núcleo isso.<sup>30</sup>

Então, a partir de uma questão política conjuntural e fenomênica como a ditadura e a sua “abertura”, Florestan desenvolve uma explicação, orientando-se por esse “realismo” próprio do materialismo de Marx, que busca esclarecer e desvendar outro fato de maior importância e abrangência. O que precisa ser apontado como o problema legítimo basicamente é o seguinte: a história do Estado brasileiro é marcada, sobretudo pelas “concessões democráticas” de uma elite política que se caracterizou por um comportamento que transita dentro de uma zona de conservadorismo que pode assumir diversas formas.

Assim, a explicação do regime ditatorial e seu “fim”, exige necessariamente uma investigação a respeito dos vínculos históricos entre a classe dominante e suas elites dirigentes com o controle exercido sobre o Estado republicano brasileiro.

Florestan recupera aqui o ângulo teórico marxista que descreve as possíveis metamorfoses políticas assumidas pelo republicanismo moderno, entendido como um regime político capaz de dar origem a diversos “Estados” inclusive o “autoritário”, que não é estranho

---

<sup>29</sup> O sentido que gostaríamos de sugerir com o termo, é o de que Marx trouxe para a análise dos fenômenos políticos, especialmente para questão do Estado, a perspectiva de integrá-los numa totalidade real de relações sócio-históricas que necessariamente os determina. Não pretendemos aproximar a perspectiva marxiana dos teóricos que compõe a corrente do “pragmatismo” político, que analisa as questões políticas partindo de uma ótica que as circunscreve em um “jogo de interesses” pelo poder, disputado por atores individuais, em detrimento justamente do foco sócio-histórico marxista. Ainda sobre essa questão, Norberto Bobbio descreve da seguinte forma a perspectiva marxista da política: “O que importa para Marx e para Engels (como para Lenin) é a **relação real** de domínio, entre classe dominante e classe dominada, qualquer que seja a forma institucional de que se revista. Porque a forma institucional não altera substancialmente a realidade da relação de domínio, que tem suas raízes na base real da sociedade, isto é, nas relações da produção.” (1988, p. 165, grifo nosso). Sobre a tese bobbiana a respeito da falta de uma teoria propriamente política em Marx, que o descreve como “[...] o expoente de uma concepção ‘negativa’ da política [...]” (BORON, 2007, p. 168), e o caloroso debate provocado por ela, ver a pertinente crítica de Atilio A. Boron, que mesmo reconhecendo em Bobbio um “talento superior” entre os estudiosos das idéias políticas, acrescenta que apesar dos “[...] méritos que indubitavelmente tem o diagnóstico bobbiano sobre a paralisia teórica que afetasse o marxismo durante boa parte do século vinte, sua conclusão não faz justiça à amplitude e profundidade do legado teórico-político de Marx.” (Idem, 2007, p. 169).

<sup>30</sup> Nas palavras de um estudioso da obra “política” de Marx: “[...] trata-se da ‘ilusão’ do Estado em relação à sociedade civil;” (FURET, 1989, p.112).

em seus fundamentos ao sistema capitalista. Em um dos seus estudos sobre a formação da república francesa Marx argumenta o seguinte:

Frente aos apetites de restauração dos orleanistas e legitimistas coligados, Bonaparte defende o título do seu poder efetivo, a república; frente aos apetites de restauração de Bonaparte, o partido da ordem defende o título da sua dominação comum, a república; frente aos orleanistas, os legitimistas defendem, como frente aos legitimistas os orleanistas, o *status quo*, a república. Todas estas frações do partido da ordem, cada uma delas com o seu próprio rei e a sua própria restauração *in petto* [no peito, no íntimo – italiano] fazem valer alternadamente, frente aos apetites de usurpação e sublevação dos seus rivais, a dominação comum da burguesia, a forma na qual ficam neutralizadas e reservadas as pretensões particulares – a república. (2009, p. 153).

A interpretação de Marx descreve a república como “status quo” político por excelência da burguesia, onde após a sua completa consolidação todas as frações da classe burguesa e seus respectivos partidos lutam pelo real controle do poder político em nome dela. A interpretação marxista observa a república como um tipo de “invólucro” político institucional permanente, que acaba servindo como instrumento de “disfarce” para o real domínio social de uma classe, ou parte dela, sobre as outras.

Podemos aproximar ainda a interpretação elaborada por Florestan a respeito da ditadura à tese de Marx que destaca na relação das classes com o Estado republicano um fenômeno político importante: o “bonapartismo”<sup>31</sup>. Trata-se de um acontecimento político revelador em sua base de um momento de crise intensa do controle burguês do Estado, que ao “abdicar” em certo sentido de um domínio direto das instituições políticas, faz com que a república assuma explicitamente a sua face mais despótica, seja através de um líder carismático ou mesmo de um grupo ou segmento social que só aparentemente é autônomo em relação à burguesia.

Florestan quer nos informar, apoiado numa perspectiva materialista da política, que a “ditadura” está “contida” e é parte integrante do real movimento contraditório estabelecido

---

<sup>31</sup> “Para os fundadores do materialismo histórico, o Bonapartismo é a forma de Governo em que é desautorizado o poder legislativo, ou seja, o Parlamento, que no Estado democrático representativo, criado pela burguesia, constitui normalmente o poder primário, e em que se efetua a subordinação de todo o poder ao executivo, dirigido por um grande personagem carismático, que se apresenta como representante direto da nação, como garante da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes. Na realidade, a autonomia do poder bonapartista com relação à classe burguesa dominante é, para Marx e Engels, pura aparência, se se atender ao conteúdo concreto da política por ele levada a efeito, uma política que coincide com os interesses econômicos fundamentais da classe dominante. Esta autonomia é, porém, real a nível da superestrutura política, onde foi efetivamente desautorizado o órgão, Parlamento, através do qual se exprime o poder político da classe dominante.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2009, p. 118).



entre o Estado e a sociedade civil brasileira. As causas que explicam fundamentalmente o regime instalado em 1964 no país encontram-se na história social do Brasil.

E realizar um estudo dessa história é, segundo a ótica de Florestan, fazer uma sociologia das classes no Brasil, e a discussão sobre a presente situação do Estado brasileiro com a qual Florestan se defrontava, torna-se ininteligível se não passar principalmente por esse procedimento de reconstituição sociológica, propiciado pela teoria social de Marx.

Permitimo-nos afirmar que nos escritos em que escolhe como objeto central a “ditadura”, o sociólogo socialista empreende todo um esforço analítico que busca responder algumas questões de fundo, fundamentais em seu entendimento: A partir e sobre que estrutura social um evento político como a ditadura comandada por militares no Brasil surge? O que realmente significa um processo de “reabertura” das instituições em um país com a nossa história política? Qual o significado disso para a luta política, partidária, das classes trabalhadoras? Como elas devem objetivamente encarar esse processo?

Ao explicar o método privilegiado para a abordagem de todas essas questões Florestan faz algumas esclarecedoras observações:

Pode ser dispensável ir além das relações de conjuntura, recuperar elementos que a evolução histórica já eliminou na teia de causação e de ação recíproca. Outras vezes, as superestruturas refletem superposições entre épocas históricas que existem nas relações de produção e nas estruturas sociais. Ou seja, as evoluções não se concluíram, e apanhar o passado recente e, mesmo, certos aspectos do passado remoto parece essencial. Não há uma regra fixa, e sem que se tente incubar o passado no presente impõe-se desencavá-lo para reconstruir a realidade como “unidade do diverso”. [ ] Há toda uma crosta de aparências acumuladas e persistentes, mais ou menos nítidas e impositivas, que precisa ser removida cuidadosamente antes que se chegue ao universo histórico específico, que interessa à investigação, ou seja, antes que se possam isolar as aparências incisivas, que ocultam ou mistificam *o real* com que se deve trabalhar descritiva e interpretativamente. O recuo no tempo constitui uma função da cadeia de determinações causais e genéticas com que se opera. Raramente é aconselhável forçar a mão, na suposição de que “o passado explica o presente”. A sociedade se reconstitui e, se importa não perder os elos com o passado, nunca se deve perder de vista que é no presente que se encontram as determinações essenciais, que regulam a reprodução das estruturas e a profundidade, a rapidez e a amplitude das transformações históricas em processo. No Brasil, porém, como em muitos outros “países capitalistas dependentes e atrasados”, impera uma política de *terrorismo secular* contra os estratos sociais subalternos. (1982, p. 41-42, grifo do autor).

Toda a descrição metodológica acima partilha em seus fundamentos dos princípios teóricos marxistas. O que o sociólogo está propondo não é uma interpretação que vincule diretamente de forma mecânica a conjuntura de fatos presentes com o “passado”, como se

bastasse simplesmente investigar as “causas” da ditadura no passado com o objetivo de estabelecer uma correlação linear com o presente.

Florestan entende que esse esquema interpretativo é próprio da abordagem marxista vulgar, e por isso procura deixar claro que no tratamento do assunto em questão recorrer ao marxismo não significa submeter os fatos a teoria, encaixá-los dentro de um “molde” teórico, não os explicando em sua dinâmica e complexidade contraditória.

Assumir a proposta metodológica marxista significa para Florestan tratar o objeto através de uma abordagem que colabore essencialmente numa compreensão que se aproxime ao máximo da concretude específica do caso brasileiro.

Para que uma investigação sociológica da ditadura militar seja produtiva e útil à luz do marxismo é preciso entender o seguinte:

O passado não se “repete” pura e simplesmente. Exigências e necessidades novas condicionam ou determinam a reprodução de comportamentos coercitivos e violentos, arcaicos ou semi-arcaicos, o que instaura um paradoxo histórico. O fluxo de renovação depende fortemente da possibilidade (ou da capacidade) de os estratos sociais dominantes preservarem sob controle mais ou menos estrito certas estruturas, instituições e comportamentos arcaicos ou semi arcaicos. (FERNANDES, 1982, p. 42-43).

Ao se referir à ditadura como um fenômeno que traz em seu núcleo algo de “paradoxal”, revelador nesse sentido das contradições presentes na particular estrutura social do Brasil, Florestan é coerente com o legado marxista, que atribui em princípio à realidade social um movimento histórico que se estrutura e adquire significância e sentido, através basicamente de uma lógica das contradições que reproduzem de maneira transfigurada as formas sociais do passado, dentro de uma dinâmica conjuntural do tempo presente.

Então, em sua reflexão sobre o regime ditatorial e todas as outras questões que o envolvem, verificamos um notável esforço de Florestan em repor a questão dentro um quadro estrutural amplo capaz de integrar e fornecer explicação até mesmo para a propalada “redemocratização”. Essa perspectiva privilegiada por ele é marcada por uma coerência de fundo com o procedimento metodológico sistematizado por Marx, que explica e apreende a célere dinâmica dos fatos que envolvem a política a partir de um elaborado quadro social de conexões estruturais que dão sentido e interligam os mais variados eventos.

### 2.3 Revolução e democracia

Desde que Florestan assume a tarefa de ser um transmissor de uma “pedagogia socialista” (PAULO NETTO, 2004, p.221) no Brasil, apresenta uma série de escritos no sentido de esclarecer o significado de temas, como luta de classes, sujeito revolucionário, e partido revolucionário, fundamentais para uma perspectiva marxista da política, buscando sempre relacioná-los com a realidade do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Deste modo faremos referência aqui ao texto *O que é revolução?* (1981), por considerá-lo um trabalho em que Florestan condensa sua avaliação a respeito do golpe militar no Brasil ao mesmo tempo em que reafirma sua convicção de pensar o processo político brasileiro em bases marxistas.

A preocupação de Florestan está em pensar as especificidades de uma revolução socialista em um país como o Brasil sabendo que a nossa burguesia historicamente tem uma postura política conservadora e por vezes reacionária. Assim é preciso deixar claro as duras tarefas do sujeito revolucionário brasileiro, as alianças, as atuações políticas táticas e as estratégias. O comentário a seguir é elucidativo quanto a isso.

As classes burguesas não se propõem as tarefas históricas *construtivas*, que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática; e as classes trabalhadoras têm de definir por si próprias o eixo de uma revolução burguesa que a própria burguesia não pode levar até o fundo e até o fim, por causa de vários fatores (a persistência de estruturas coloniais e neocoloniais que afetam as relações de produção, a distribuição e o consumo; a aliança com burguesias externas imperialistas; o medo permanente de deslocamento, que atormenta os setores nacionais da burguesia – diante dos deserdados da terra e do proletariado, mas, também, diante dos centros imperiais). Os que repudiam tais tarefas históricas do proletariado por temor do oportunismo e do reformismo ignoram duas coisas. Primeiro, que sem uma maciça presença das massas destituídas e trabalhadoras na cena histórica as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa não se libertam e, portanto, não podem ser mobilizadas na fase em transcurso de organização do proletariado como classe em si. Segundo, que o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da *revolução dentro da ordem* possui conseqüências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da “democracia burguesa” para a de fator de uma *democracia da maioria*, isto é, uma democracia popular ou operária. (1981, p. 12-13, grifo do autor).

A tarefa revolucionária da classe trabalhadora brasileira na verdade é dupla. Ela precisa travar uma luta mais imediata para gerar um espaço sócio-político no Brasil efetivamente democrático e popular, algo que a burguesia nativa desde o início se negou a fazer, trata-se do que Florestan chama de *revolução dentro da ordem*.

É preciso completar as tarefas políticas da burguesia, realizar de fato os ideais republicanos importados pela nossa elite colonial, ampliar os direitos democráticos para a *maioria*, mas sem perder de vista o horizonte mais amplo de uma *revolução contra a ordem*, uma revolução com *alma social* preconizada por Marx.

Revolução e democracia para Florestan não são idéias antitéticas, e para melhor compreendermos sua posição, é fundamental esclarecermos, dentro de nossas possibilidades, esse tema priorizado por alguns críticos do marxismo quando os mesmos argumentam que o pensamento político de Marx e Engels é “naturalmente antidemocrático”, justamente por esses autores apontarem a ação revolucionária como uma necessidade imprescindível para aqueles que sofrem com o domínio do Estado, uma instituição política que essencialmente existe como “máquina” de controle político usada pela classe dominante.

O raciocínio que se faz freqüentemente sobre a concepção revolucionária de Marx é a de que ela é contrária à democracia por sugerir táticas e estratégias políticas que dispensam a participação no “jogo político democrático” para a conquista do poder por parte da classe trabalhadora.

É necessário observar essa questão com toda cautela que ela requer e isso significa compreender a especificidade do significado atribuído à “democracia” nos escritos de Marx e Engels. Um entendimento que nos parece claro a respeito desse tema, é o seguinte: quando Marx ou mesmo Engels rejeitam e atacam a “república democrática”, fazem isso porque a avaliam enquanto forma política “burguesa”, que se constituiu a partir de um domínio social de uma classe sobre a outra.

O Estado “democrático” moderno na perspectiva marxiana é o Estado “burguês”, e a crítica de Marx à democracia é a crítica dirigida ao poder político da burguesia, à sua formalidade no plano legal, que não se realiza objetivamente, e não é transferida indistintamente a todos que participam da sociedade civil.

Sobre a questão da democracia em Marx é interessante ressaltar que no início da última parte de *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (2009), temos o seguinte comentário:

A **república social** apareceu como frase, como profecia, no limiar da revolução de fevereiro. Nas jornadas de junho de 1848, foi afogada no sangue do proletariado de Paris, mas aparece nos restantes atos do drama como espectro. Anuncia-se a **república democrática**. Esfuma-se em 13 de junho de 1849, com os seus pequeno-burgueses em fuga, nesta lança de si reclamos duplamente jactanciosos. A **república parlamentar** com a burguesia apodera-se de toda a cena, vive a sua existência em toda a plenitude, mas o 2 de dezembro de 1851 enterra-a sob o grito de angústia dos realistas coligados: “Viva a república”. (2009, p.319, grifo nosso).

A observação feita por Marx acima a respeito das lutas de classe que envolveram o nascimento da república francesa é rica quando notamos uma distinção estabelecida por ele entre “três repúblicas”. Ao chamar as repúblicas desejadas pela burguesia e pequena-burguesia de parlamentar e democrática respectivamente, Marx quer indicar com isso, em nosso entendimento, uma diferença fundamental entre esses dois tipos de república e a “república social” pretendida pelo proletariado em fevereiro de 1848.

A república operária é a república socialista que se ergueria por meio de uma real radicalização social do ideal democrático, ao contrário das outras duas que já nascem como formas políticas restritivas da democracia. É dessa república que fala Florestan, a “social”, que deve ser o objeto de luta dos trabalhadores brasileiros.

Assim na perspectiva de Marx um real avanço da democracia está diretamente ligado as lutas travadas pelos socialistas revolucionários que representam a vanguarda política da classe trabalhadora. Revolução e democracia não se excluem e a história dos movimentos revolucionários demonstra que muitas conquistas democráticas inscritas em constituições não foi “obra” dos representantes do liberalismo, longe disso, estes por diversas ocasiões históricas aliaram-se as forças políticas que compunham a “reação” para “salvaguardar” a ordem.

Entendemos melhor a luta do socialismo revolucionário e a sua relação com a democracia, quando a observamos como luta da classe trabalhadora que é composta pela maioria que busca inverter uma relação de domínio onde a burguesia, que representa a minoria, controla o poder político.

Afirmam os autores do *Manifesto* o seguinte:

Todos os movimentos precedentes foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria no interesse da imensa maioria. [ ] o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado à classe dominante, a **conquista da democracia**. (MARX; ENGELS, 2001, p.56-66, grifo nosso).

Como podemos observar, o domínio político da maioria dominada é algo que Marx e Engels interpretam como o caminho real (“o primeiro passo”) para uma democracia fundada em bases sociais.

Sobre os temas que compõem o pensamento político marxiano, chegamos aqui em outra questão delicada, alvo de críticas daqueles que se dizem “partidários da democracia”. Trata-se da idéia de uma “ditadura do proletariado”, presente em outros escritos de Marx e Engels.

Este polêmico tema do pensamento marxiano deve ser examinado com cautela a fim de não o interpretarmos precipitadamente. Em seu livro *Revolução e democracia em Marx e Engels* (2005) Jacques Texier reconhece a dificuldade da questão.

É difícil estabelecer com precisão o aparecimento, se não da expressão, pelo menos da idéia em seus escritos anteriores à Revolução de 1848. Com toda probabilidade, Marx e Engels sempre foram revolucionários e pode-se sustentar que isso implique a aceitação da idéia de ditadura. Pode-se pensar também que a idéia de ditadura não é anterior à palavra que a exprime. No entanto, seríamos tentados a abrir uma exceção para o *Manifesto*, do qual a palavra está ausente – no texto, Marx fala somente da dominação da classe operária -, mas onde a idéia parece presente. Assim, no capítulo 2, Marx fala de uma “intervenção despótica no direito da propriedade e nas relações de produção”. Isto corresponde muito bem à idéia que se faz da ditadura do proletariado, cabendo precisar, no entanto, que não há muita utilidade em falar de “despotismo” se a primeira etapa da revolução é a conquista da democracia, como vimos. A maioria que governa por meio da lei e que a faz ser respeitada impõe sua vontade à minoria democraticamente. (2005, p.189-190).

A observação acima reitera a idéia de que a revolução comunista por ser um movimento da maioria é uma revolução democrática, ao contrário das revoluções burguesas. Dentro do pensamento marxiano a revolução democrática é entendida como aquela que busca ultrapassar os diversos regimes políticos, que são ditatoriais em si mesmos.

Então a ditadura é vista como algo inerente a qualquer governo, no sentido de que ela significa domínio de uma classe sobre outras. Logo, a idéia da “ditadura do proletariado” é apresentada como um momento necessário de domínio do Estado, com a posterior finalidade de extingui-lo. Uma revolução que assume essa tarefa orienta suas ações de acordo com a idéia de que o período ditatorial é um momento a ser ultrapassado.

Ao estudar os movimentos revolucionários modernos Marx conclui que estes serviram para configurar o Estado em sucessivas formas de domínio político da classe burguesa. As

revoluções que tiveram como vanguarda a burguesia cessam como processo assim que esta classe alcança o controle do poder político do Estado.

Assim, a história das revoluções burguesas pode ser descrita como a história da classe que proclama tarefas revolucionárias que ela mesma não pode cumprir. Entre estas tarefas a democracia revela-se a mais problemática. De acordo com a lógica do pensamento de Marx a democracia torna-se objeto de luta política da burguesia, até o momento que esta consegue estabelecer o controle sobre o Estado. Alcançado este objetivo a burguesia empenha-se em conservar o poder conquistado, e necessariamente assume uma postura reacionária frente à classe mais numerosa e antagônica a ela.

A burguesia torna-se a classe contra-revolucionária ao fazer do Estado instrumento de reação violenta frente aos movimentos sociais do proletariado, classe que devido a sua própria condição de existência luta por uma maior radicalização do ideal democrático.

Quando Florestan argumenta que a classe trabalhadora no Brasil tem uma dupla tarefa revolucionária, recupera essa questão da democracia e o modo como é abordada pelo pensamento revolucionário marxista. O paradoxo na situação brasileira é que fazer a revolução “dentro da ordem”, significa para a classe trabalhadora lutar para que as finalidades do regime democrático burguês, ao qual ela se opõe, sejam concretizadas.

As garantias e direitos preconizados pela democracia burguesa no Brasil historicamente é algo tão restrito, que a maioria da população composta pelos “de baixo” tem como necessidade objetiva reivindicar direitos de uma classe que não é a sua, lutar para ampliar o espaço democrático político burguês. Ao avaliar a relação entre sistema capitalista e democracia afirma:

Uma sociedade capitalista semidemocrática é melhor que uma sociedade capitalista sem democracia alguma. Nesta, nem os sindicatos nem o movimento operário podem manifestar-se com alguma liberdade e crescer naturalmente. Por isso, a “revolução dentro da ordem” possui um conteúdo bem distinto do que ela assumiu na órbita histórica dos países capitalistas centrais. (FERNANDES, 1981, p. 12).

Como marxista, Florestan entendia que a questão da democracia burguesa no Brasil era ainda mais grave que em outros países de capitalismo mais desenvolvido, porque aqui a história já demonstrava que nunca houve qualquer movimento político das nossas elites que apontassem para uma mudança efetiva na estrutura “autocrática” do Estado.

Em outras palavras, a história já tinha oferecido à classe trabalhadora muitas “lições” a respeito das reais intenções “revolucionárias” e “democráticas” da nossa burguesia, de até aonde ia o desejo de seus líderes políticos em desenvolver no país uma “nação democrática”, para que ela ainda esperasse algum sinal significativo nesse sentido. As classes trabalhadoras precisam estar cientes da seguinte realidade:

O Brasil contou, ao longo de sua constituição e evolução, com várias situações revolucionárias. Todas foram resolvidas dentro dos quadros da ordem e com a vitória patente das forças sociais conservadoras, que sabem avançar nos momentos de maior risco, para em seguida travar o processo de fermentação social e converter a transformação revolucionária em uma composição política. Esse padrão histórico de controle calculado da mudança social revolucionária não é fortuito nem um traço de inteligência das elites, preparadas para enfrentar suas “responsabilidades políticas”. É um produto do congelamento do processo de descolonização, pelo qual uma imensa parte do país ficou excluída permanentemente, até os dias que correm, das formas sociais organizadas e institucionalizadas dos direitos civis e políticos – mesmo em cidades médias e grandes, de áreas desenvolvidas. (FERNANDES, 1981, p. 58).

De acordo com Florestan justamente aquela parcela maior da população brasileira que foi impedida de alcançar os bens e direitos da “civilização” burguesa, é que será forçada pela própria conjuntura histórica a construir os seus instrumentos básicos de luta política. O problema da democracia está nas “mãos” daqueles que nunca participaram dela, fazer as instituições democráticas avançarem dentro das condições do capitalismo, contraditoriamente, é algo que cabe aos “de baixo”.

Florestan esclarece que o reconhecimento do quanto é importante e necessário o surgimento de movimentos, que tenham em sua pauta objetivos que busquem a concretização em nosso país de alguns princípios da “democracia burguesa”, essencialmente não deve ser confundido com o que chama de “revolução proletária”.

O uso da expressão indica que havia uma preocupação da sua parte em distinguir-se de boa parte da “intelligentsia” de esquerda que naquele período, final da década de setenta e principalmente em meados da década de oitenta, “migrou” para o campo do chamado “socialismo democrático”<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Um pensador clássico do tema é Norberto Bobbio e seu livro *Qual socialismo?* (1987) é referência. Consultar também: WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia?* 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. É emblemático como Weffort inicia um dos capítulos do livro: “O sentido da luta dos revolucionários, no Brasil, está em contribuir



A idéia nuclear dessa corrente que ganhou força entre intelectuais socialistas, que inclusive colaborou na formação do PT e deu origem à “nova esquerda” de hoje, pode ser resumida grosso modo nos seguintes termos: o socialismo é uma possibilidade a ser alcançada a partir de uma “revolução progressiva” do sistema capitalista de produção, algo que requer a aceitação e até mesmo a defesa da “democracia” como regra e valor universal de participação na política, e exige o abandono da teoria revolucionária de Marx.

Ao contrário de muitos intelectuais do período, Florestan não pensava a “democracia” assim, porque entendia que isso era “substancializá-la”, erro próprio de quem retira o conteúdo “histórico” do conceito. Afirmar como possibilidade real uma “revolução democrática” no Brasil não significava conceder à ideologia democrática burguesa o status de objetivo e objeto conceitual “abstrato”. Para ele não existia contradição alguma entre a tese preconizada por Marx e a luta por um país mais democrático.

Como intelectual socialista, em última instância o que “estava em jogo” na sua avaliação eram socialismo e capitalismo. Então, pensar o “socialismo democrático” como uma “variação” possível da teoria política de Marx, significava defender “meio socialismo”, o que se configurava uma impossibilidade. As referências ao *Manifesto* não deixam dúvidas quanto a isso:

Estamos, pois, em uma época na qual se deve ler e reler *O manifesto comunista*. Ele não é um catecismo, e o mundo histórico para o qual ele foi calibrado não existe mais. No entanto, é preciso lê-lo e relê-lo a fundo por outra razão: trata-se de como recuperar a verdadeira ótica do socialismo revolucionário e do comunismo. A luta de classes não constitui um artigo de fé. Ela é uma realidade e só poderá desaparecer se o capitalismo for destruído. Por maior que seja a parcela do bolo reservada à satisfação, seja da aristocracia operária, seja das classes trabalhadoras como um todo, a ordem capitalista nunca poderá alterar-se de modo a subverter a relação básica entre capital e trabalho. [ ] O *capitalismo reformado* é uma balela, e os que acreditam nele como “uma forma de revolução democrática”, capaz inclusive de superar o socialismo proletário, nunca tiveram quaisquer elos efetivos com as posições proletárias na luta de classes. A volta ao *Manifesto* será, pois, uma maneira de ressoldar os liames do movimento socialista com o proletariado e com a revolução anticapitalista. (FERNANDES, p. 31-32, grifo do autor).

Coerente com a perspectiva classista observava os processos sociais que se desdobravam no Brasil a partir dessa polarização política mundial, em que as alternativas de organização social capitalista e socialista se apresentavam realmente em modelos nacionais

---

para a criação da democracia. Vou mais longe: o sentido da revolução no Brasil é o de criar a democracia.” (p. 118.).

concretos. Demonstrar esse panorama de escala global à nascente classe trabalhadora brasileira é a tarefa a qual se entrega.

A intenção de Florestan não era difundir o socialismo como “doutrina”, mas mostrar como outros povos considerados “atrasados”, contrariando muitas previsões, conseguiram através de movimentos de massa conscientemente construir o socialismo como uma situação social que se mostrasse mais democrática e igualitária para eles mesmos.

A democracia no Brasil era uma realidade que só poderia ser construída por uma revolução popular que ao mesmo tempo negasse a ordem burguesa e afirmasse o socialismo como horizonte possível. Revolução socialista e democracia eram uma única e mesma utopia. Mirando-se nos exemplos de mobilizações populares de outros países de capitalismo “atrasado”, onde o “quinhão” de democracia oferecido à maioria era na prática inexistente, mas que mesmo assim foram capazes de começar um processo revolucionário nacionalista que posteriormente assumiu contornos socialistas, Florestan “apostava” que devido a semelhança de nosso quadro de condições estruturais com essas nações, a “maioria” excluída do “círculo democrático” brasileiro se mobilizasse em torno do ideal socialista afirmando-o como possibilidade concreta capaz de responder as exigências democráticas que essa mesma maioria carregava.

Com essa perspectiva sobre aquele momento, o decisivo também seria não confundir as propostas do “socialismo democrático” com a luta democrática da classe proletária preconizada por Marx, melhor dizendo, o essencial encontrava-se em identificar na realidade do contexto brasileiro os intelectuais que se identificavam com os anseios democráticos e socialistas do que se apresentava como o “proletariado” nacional.

A sua refutação de uma “nova” proposta ou “novo” programa para o socialismo era coerente com a radicalização já assumida definitivamente na década de 1960. Projetar um governo social-democrata para o Brasil era manter-se justamente nos parâmetros da revolução “dentro da ordem”.

É interessante notar que Florestan sustentava a sua crítica ao programa social-democrata e à argumentação em defesa de uma revolução socialista de acordo com o que observava como dado empírico: a formação de uma classe proletária no Brasil.

O que está em questão é, pois, algo muito complexo. Até há pouco tempo, partidos que se tinham como socialistas revolucionários e comunistas *podiam imaginar-se como uma vanguarda proletária*. O proletariado, em constituição incipiente, não possuía uma autêntica vanguarda de classe e a existência de palavras de ordem “revolucionárias”, de teor inconformista, reformista ou socialista, dependia da simulação de uma vanguarda política atuante. Nos últimos trinta anos (e especialmente depois de uma industrialização maciça com uma tecnologia avançada e intensiva no uso do capital), a formação da classe se adiantou muito e os que defendem posições típicas do socialismo revolucionário e do comunismo *precisam colocar-se* na situação de classe dos proletários e caminhar por dentro da classe para *fazer parte* de sua vanguarda. (FERNANDES, 1981, p. 63-64, grifo do autor.)

Fica claro que o surgimento do movimento socialista revolucionário e a força que este poderia assumir, só poderia ser projetado a partir da observação que acompanhasse *in loco* o amadurecimento da classe trabalhadora. O horizonte revolucionário de Florestan acompanha e tem como foco um crescimento inédito de um proletariado politizado e consciente de sua força e capacidade.

A verdadeira história do socialismo e da democracia no Brasil seria escrita pela “maioria” que nunca figurou na história política “oficial”. Porque os intelectuais, incluindo os brasileiros, não “inventam” movimentos revolucionários, muito menos “consciência de classe”, isso são produtos históricos.

O “recado” de Florestan para os intelectuais que se identificavam com a “esquerda” era o seguinte: o “sujeito histórico revolucionário”, ainda que incipiente, configurava-se pela primeira vez como uma realidade no Brasil, e a luta no campo das “idéias” por um país democrático teria que ser balizada a partir dos rumos que esse “novo personagem” tomasse.

A questão da democracia num país com a estrutura social como a do Brasil era interpretada por Florestan como questão revolucionária, no sentido de que a insatisfação e frustração dos “de baixo” com a ordem social presente, apresentavam legítimos sinais de que já tinham atingido um nível irreprimível, com possibilidades visíveis de se transformar em uma revolução brasileira protagonizada finalmente por uma legítima vanguarda do proletariado e pela massa “excluída” da democracia. Então, o que se exige do intelectual brasileiro socialista, é que este apreenda e localize sem ambigüidade seu papel e objetivos na totalidade desse processo.

A lua-de-mel com a burguesia, com o nacionalismo burguês, com o radicalismo burguês ou com o que se queira *está acabada*, chegou a seu termo! Não se trata de sair dando coices, chifradas ou marradas, de ficar na ilusão ingênua do “quanto pior melhor”, mas de estabelecer, como parte da vanguarda de classe operária, como esta deve manejar a luta de classes com objetivos políticos bem marcados, de curto, médio e longo prazos, e para impedir que os antagonismos existentes só produzam dividendos políticos para as classes dominantes. Desse ângulo, os socialistas revolucionários e os comunistas estarão cumprindo tarefas revolucionárias essenciais. Procurarão pôr sua experiência e sua visão dos processos a serviço a serviço dos proletários, favorecendo a sua socialização política revolucionária no dia-a-dia da luta de classes, a constituição de quadros treinados e o crescimento seletivo da própria vanguarda da classe. (FERNANDES, 1981, p. 64, grifo do autor).

Sem meias palavras, Florestan é categórico quando descreve o que considera como o legítimo “espaço” concreto de intervenção do socialista, este tem como tarefa principal trabalhar para que o movimento operário classista amadureça. Sua contribuição finalmente pode ser direcionada sem subterfúgios a uma incontestavelmente visível massa de trabalhadores, suficientemente politizados para entender as potencialidades do seu papel dentro do quadro de forças políticas que se apresentava.

Avaliando aquele período de “reabertura” política do Brasil como decisivo para as pretensões da esquerda socialista, argumentava que não fazia mais nenhum sentido ficar “esperando” o apoio de setores “radicais” da burguesia. A intelectualidade que representava o radicalismo revolucionário poderia agora entrar em rota de convergência histórica com uma real base social na qual se sustentasse o seu discurso.

Iniciar e estabelecer um processo de sintonia com a vanguarda da classe que por si mesma seria capaz de levar a revolução democrática ao “fundo”, era o objetivo do socialista preconizado por Florestan. A “novidade” era que a luta pela democracia deixava de ser algo restrito ao mero discurso da *intelligentsia* “radical” brasileira, e ganhava forma concreta na mobilização daqueles que poderiam iniciar a primeira revolução dos “de baixo” no Brasil.

Como a luta de classes já se configurava em cenário histórico objetivo, o problema da revolução democrática assumia contornos classistas. Nesse contexto então, algumas das principais indagações a serem postas e respondidas pelo socialista Florestan eram: De quais classes e segmentos de classes partiam as “vozes” que exigiam democracia? Qual a diferença substancial entre o que a elite política chamava de “ordem legal democrática”, e a democracia social exigida pelos movimentos dos trabalhadores apoiados pelas massas populares? Por que a discussão a respeito da revolução democrática no Brasil deveria ser atravessada pelo horizonte socialista?

Esses questionamentos que compunham a base da militância de Florestan tinham como pano de fundo a idéia de que a questão democrática era uma questão de classe, conseqüentemente a “democracia” era um ideal a ser conquistado na realidade da luta social que se fazia também política, não algo “outorgado” como objeto de “concessão”.

Ao avaliar a história do Brasil, inclusive o “republicano”, como uma história onde reais processos democráticos estavam ausentes, Florestan distinguia na penúltima década do século XX uma oportunidade histórica de se trabalhar para que a democracia fosse uma realidade construída pelo povo<sup>33</sup>.

O que merece destaque aqui, é que ao seu marxismo realista Florestan conjuga um ideal democrático que não dispensa em momento algum desde o início, inclusive preconiza como necessário, o avanço rumo à consolidação no país das instituições democráticas inerentes ao capitalismo.

Trata-se de uma perspectiva centralmente herdada de Marx e Engels. No pensamento dos autores o tema democracia é objeto de uma análise que prioriza sempre as condições históricas presentes e específicas, de determinada sociedade e seu sistema político, isto quer dizer que a pergunta que envolve o ideal democrático precisa ser posta em um contexto sócio-político de relações concretas.

A relação entre processo revolucionário e instituições democráticas é tão importante para ambos, que a depender do patamar em que se encontram as segundas uma revolução no país pode assumir uma direção diferente. Como estudioso da questão democrática no pensamento político marxiano e a relação central que esse problema tem com as possíveis formas que um movimento revolucionário venha apresentar, Jacques Texier apresenta algumas pertinentes observações a respeito de textos de caráter mais “revolucionário” sem perder de vista os contextos históricos em que foram produzidos.

Ora, é preciso saber que, há muito tempo, pelo menos desde os artigos escritos diariamente para a *Nova Gazeta Renana*, Marx e Engels têm idéias muito precisas e, digamos de passagem, muito satisfatórias sobre a democracia política. O sufrágio universal, por si só, não é suficiente para definir instituições democráticas. Faz parte, sem dúvida, do conjunto de dispositivos que definem um regime democrático, mas é apenas um elemento constitutivo e não é certo que Marx e Engels o considerem

---

<sup>33</sup> Essa expressão é sinônima no pensamento de Florestan, ao que recorrentemente designa como “os de baixo” da sociedade brasileira, aqueles que não tinham qualquer tipo de participação e identidade social dentro da “ordem legal”, desassistidos nos bens e direitos básicos (educação e saúde, por exemplo) que o Estado moderno deveria minimamente prover.

como o elemento que caracteriza melhor o Estado representativo moderno. As instituições democráticas, para merecerem esse qualificativo, devem incluir a chamada soberania do povo. Trata-se do princípio representativo em sua forma radicalizada, em que a assembléia concentra em si todo o poder e o Executivo depende totalmente do Legislativo. [...] Marx e Engels jamais divisaram a possibilidade de uma passagem pacífica ao socialismo na Alemanha. Em 1891, em seu texto sobre o congresso de Erfurt, Engels denuncia vigorosamente as concepções desse tipo. **E não é apenas o socialismo, mas inclusive um regime democrático, vale dizer, simplesmente parlamentar, que é impossível na Alemanha sem revolução, dado o servilismo da burguesia.** [...] nas vésperas da Revolução de 1848, Marx e Engels formulam nitidamente as tarefas da revolução, afirmando que ela deve em primeiro lugar estabelecer uma Constituição democrática. [ ] Se nos atemos ao que Marx e Engels dizem sobre **a passagem pacífica ao socialismo na Inglaterra, nos anos de 1850 a 1852**, verificamos que a tese decorre de uma análise econômica fundamental: o desenvolvimento do capitalismo atingiu um nível nesse país que praticamente eliminou a classe dos pequenos camponeses, opondo uma classe operária majoritária à classe dos capitalistas e dos proprietários fundiários. (2005, p. 128-129, grifo nosso).

Florestan avalia o problema da luta pela democracia no Brasil a partir desse prisma marxista descrito por Texier. Faz-se necessário observar a questão levando-se em conta o nível em que se encontram os elementos, a luta de classes por exemplo, que compõem a especificidade do capitalismo brasileiro. Em sua tese revolucionária encontramos uma discussão permanente sobre a democracia no Brasil.

Ao concluir que o antagonismo entre as classes ganhava relevo e começava, ainda que de forma incipiente, a transformar o panorama social do país, pensava o problema da democracia dentro de um conjunto de transformações sociais mais radicais e profundas por qual a nossa sociedade ainda não havia passado.

O que Florestan via como novidade na questão democrática, era que esta dava sinais de que deixava de ser objeto de discussão e decisão apenas dos “profissionais” da política, e era incorporada a um discurso autônomo da classe trabalhadora assumindo um contorno próprio que esta lhe conferia.

Quando concordamos com as observações de Texier, ao demonstrar que o debate revolucionário-democrático em Marx e Engels varia em suas nuances de acordo com as específicas realidades do capitalismo nos diferentes países, é que compreendemos melhor na reflexão de Florestan o atrelamento do tema democracia as possibilidades da “revolução proletária” ocorrer no Brasil.

Consideramos que a tese marxista de fundo que faz com que Florestan observe democracia e revolução como partes constitutivas comuns, do mesmo processo histórico

ainda em vias de se desenvolver na sociedade brasileira, é a descrita em linhas gerais na seqüência por Texier.

A época da Revolução de 1848 é, portanto, muito rica em desenvolvimentos sobre o tema da democracia. A “Introdução” de 1895 conserva um pequeno eco desses desenvolvimentos na referência à frase do *Manifesto* que estabelece uma equivalência entre a conquista da democracia e a dominação do proletariado. Mas é preciso notar que essa fórmula, separada dos textos de 1847 que a precedem, não é de interpretação evidente. Podemos afirmar que, para Marx e Engels, há equivalência no sentido de que a conquista da democracia significa para eles a dominação do proletariado, diretamente na Inglaterra onde o proletariado é majoritário, indiretamente nos países onde a classe operária é minoritária. Mas a frase do *Manifesto* coloca a dominação do proletariado antes da conquista da democracia, tão claramente que podemos acreditar que já se trata da afirmação, que será submetida em seguida às provas que se conhecem, de que o poder operário, independentemente das formas políticas de que se revista, é por princípio democrático. [ ] Marx e Engels são democratas que, na maioria das vezes, se negam a entabular um discurso sobre a legitimidade democrática. [ ] O único direito histórico real, dirá Engels, é o direito à revolução. **Talvez possamos arriscar-nos a adiantar que legitimidade do princípio democrático decorre, para Marx e Engels, do fato de que ele depende e resulta historicamente do princípio revolucionário, que prevalece em qualquer circunstância. E é assim porque todos os Estados modernos, com suas instituições úteis ao proletariado, foram instaurados pelas revoluções que estão na origem do mundo moderno.** (2005, p. 130-135, grifo nosso).

Concordando com a descrição de Texier, podemos dizer que para Florestan servir a revolução “proletária” no Brasil tem o mesmo sentido histórico que defender a conquista da democracia. A tarefa de levar o país realmente à condição plena de Estado democrático moderno pertence ao nosso emergente proletariado.

Quando avalia a situação das instituições democráticas brasileiras e como seu avanço se confunde com a crescente mobilização das massas e classes exploradas, é coerente com o princípio lógico da análise que percebe nas históricas lutas revolucionárias dos “de baixo” o real construtor das nações democráticas modernas.

De forma geral o caso brasileiro não seria diferente disso, e nos permitindo uma comparação com os clássicos episódios revolucionários, ocorridos na França, Inglaterra, e Alemanha, a revolução democrática brasileira hipoteticamente se aproximaria mais em sua dinâmica do caso alemão. Dentre as três nações européias, Marx e Engels, como participantes e refletindo sobre o processo, concluíram que a questão da democracia na Alemanha adquiriria uma complexidade mais “dramática” em sua realização, o que a diferenciava das bem-sucedidas revoluções francesa e inglesa.

Entendemos que ao destacar sistematicamente as tarefas revolucionárias das classes trabalhadoras no Brasil, em revolução “dentro” e “contra” a ordem, o diagnóstico de Florestan compartilha das conclusões gerais de Marx e Engels a respeito da debilidade ou falta de certos institutos elementares que compõem o “espaço” democrático.

Tal como na Alemanha a inexistência desse “espaço” no Brasil impõe à classe trabalhadora uma tarefa que em “teoria” não seria dela, mas que devido a mentalidade “reacionária” da classe dominante, torna-se uma exigência histórica a ser executada por ela. O que Florestan chama de “revolução dentro da ordem” é a realização do ideal democrático moderno que a nossa burguesia, como a alemã em meados do século XIX, se eximiu de fazer.

A discussão posta por Florestan a respeito do histórico reacionarismo da burguesia, as implicações que esse fato tem para o permanente estado de debilidade estrutural das instituições democráticas no Brasil, e de que como isso afeta diretamente a luta “dentro da ordem” dos trabalhadores e socialistas, é basicamente ancorada na teoria construída por Marx e Engels que partindo da observação do que ocorreu nas lutas políticas da Alemanha, inferem que em países marcados por um ambiente político conservador, paradoxalmente a luta para que se estabeleça plenamente um ambiente democrático “burguês” transforma-se em luta pela própria sobrevivência, não há saída para os trabalhadores que se mostre diferente da luta direta contra a classe burguesa. A revolução “dentro da ordem” adquire então o sentido de revolução “contra ordem”, onde a democracia torna-se o horizonte da revolução proletária contra a ordem burguesa.



### 3 UM HORIZONTE HISTÓRICO REVOLUCIONÁRIO: CUBA

“O drama político da revolução cubana pode ser resumido em poucas palavras. Ele surge das contradições existentes entre duas ordens de necessidades interdependentes. Pobreza crônica e subdesenvolvimento extremo enfrentados através do socialismo. O que significa: mobilização organizada dos trabalhadores, como classe revolucionária, para implantar a propriedade coletiva, formas socialistas de produção e de repartição, de organização da consciência social, da personalidade, da sociedade e do estado; e, por aí, eliminar a pobreza e o subdesenvolvimento. Essa contradição, no que ela tem de geral e de elementar, não é exclusiva de Cuba. O que é específico de Cuba é a modalidade da combinação, a tentativa de vincular a acumulação socialista originária a duas funções simultâneas: a superação da pobreza crônica e do subdesenvolvimento extremo *em conjunto* com a implantação de uma sociedade socialista. [ ] Por suas dificuldades e contradições talvez ela seja a mais difícil entre as “revoluções socialistas difíceis” de nossa época. Não obstante, ela se obriga à *negação utópica*, aplicando-se as normas de exemplaridade e de superação que são sua marca peculiar. Ela não procura ser tão somente socialista, mas socialista em busca do comunismo, isto é, ela relativiza os fins imediatos e absolutiza os fins mais ou menos longínquos, de larga duração. Para muitos, essa seria uma dimensão irrealista da revolução cubana, o preço que ela paga ao “idealismo” de revolucionários amadores. Todavia, a América Latina ficou tão presa ao imobilismo das revoluções burguesas em atraso e ao bloqueio imperialista do atual capitalismo monopolista que seria melhor enxergar nesse extremismo maduro o ímpeto indomável da eclosão proletária.”

Florestan Fernandes, 1979, p. 219-226

Antes de considerarmos a avaliação que Florestan faz da Revolução Cubana, convém esclarecermos essencialmente o seguinte: toda a defesa e destaque dado pelo sociólogo brasileiro a este acontecimento devem ser entendidos a partir de uma realidade histórica bem definida, onde explicitamente “visões de mundo” capitalista e socialista dividiram o mundo intelectual e o que estava em jogo eram as avaliações que se faziam sobre as experiências ditas “socialistas” de países como Rússia, China e Cuba.<sup>34</sup>

Tendo como parâmetro o período pós-II guerra que dá início a uma divisão clara entre aqueles que pensam o capitalismo como única alternativa histórica possível para a humanidade, e os que defendem o socialismo como uma real resposta para o problema da desigualdade social que é produto inerente ao sistema capitalista de produção, é que devemos procurar explicações a respeito da preocupação de Florestan com o que ocorreu em Cuba.

Em 1979 é publicado *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*, um livro elaborado a partir de um curso oferecido pela PUC de São Paulo no mesmo ano. Neste trabalho Florestan esforça-se em fornecer uma explicação sócio-histórica para o objeto em questão, baseado no método marxista de análise.

Assim, ao expor as justificativas de seu interesse sobre a realidade cubana Florestan, na introdução do trabalho, coloca o seguinte:

A contra-revolução, no Brasil, em outros países da América Latina e em todo o mundo, levou-me a voltar à revolução cubana. De 1969 a 1972, em Toronto, dispunha de muito tempo para leituras intensivas. Nas circunstâncias históricas, ficava evidente o que Cuba representava no conjunto de forças mundiais, que movimentavam a história *contra* a estratégia global da contra-revolução preventiva. Consegui ler muitos trabalhos, a maioria dos quais não possuo mais, e que eram reproduzidos em *xerox* por estudantes e organizações de vanguarda nos Estados Unidos, no Canadá ou na Europa. Então, **a revolução cubana interessava-me em sua especificidade e como parte do quadro histórico mundial de luta de vida ou morte entre os sistemas de poder capitalista e socialista.** Como subproduto dessa experiência, estava a atenção que eu devotava a Cuba na Universidade de Toronto, tanto no curso que dei em 1970-1971 e 1971-1972 sobre “Política e governo na América Latina”, quanto no curso que desenvolvi em 1971 (em colaboração com outro professor) sobre “Política no Terceiro Mundo” (na parte que me coube, quase um terço das exposições foi devotado à revolução cubana). (1979, p. 5, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

---

<sup>34</sup> Sobre as avaliações críticas a respeito do regime instaurado após a Revolução Cubana, conferir: HILB, Claudia. **Silêncio, Cuba:** a esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana. São Paulo: Paz e Terra, 2010. A autora propõe um “ajuste de contas”, tendo como argumento central a tese de que “[...] o processo de nivelamento das condições e o processo de constituir uma forma política com vocação de dominação total são indissociáveis e formam em seu entrelaçamento as chaves daquilo que denomino o *regime* em um sentido mais amplo.” (HILB, 2010, p. 14, grifo da autora).

Percebe-se que é justamente em seu exílio que Florestan inicia seus estudos para compreender o caso cubano a partir de uma perspectiva que o inserisse num quadro histórico amplo. Desde o começo é nítida sua preocupação em compreender a “revolução” como objeto de análise a partir de premissas do marxismo clássico, não por um capricho intelectual, mas por entender que a perspectiva sociológica fundada em critérios como o de “totalidade” e “unidade do diverso”, é a mais capacitada em contribuir com uma explicação real do processo que se desenrolou em Cuba. Como ele mesmo diz, seu interesse pela revolução de Cuba era saber o que esse acontecimento “representava no conjunto de forças mundiais”.

É importante notar como Florestan procura relacionar o interesse por Cuba com a sua própria trajetória, assim ele prossegue.

Mais tarde, no curso de pós-graduação de que me incumbi na Universidade de Yale, em 1977, sobre “Política e estado na América Latina”, dediquei à revolução cubana uma unidade de trabalho didático completa. Por fim, de 1973 em diante, minha permanência no Brasil, sob grande isolamento intelectual e político, permitia-me continuar as sondagens e as reflexões sobre Cuba e sua revolução. **Como o meu trabalho principal se voltava para o estudo sistemático da contra-revolução no Brasil, a revolução *in flux*, em escala latino-americana, configurava-se historicamente em termos de Cuba ou de movimentos socialistas que pareciam em ascensão (como o do Chile e os que se vinculavam à guerrilha). A revolução cubana aparecia-me, finalmente, à luz dos contrastes fortes que fazem dela um marco político crucial, o único ponto de referência que possuímos para embasar historicamente o pensamento socialista revolucionário na América Latina.** Se em Toronto<sup>35</sup> a forma guerrilheira absorveu minha atenção, nesta nova etapa concentrei-me na análise do essencial: as origens e a evolução da situação revolucionária e sua relação com a guerrilha como solução política que pode ou não *repetir-se*. É pela situação revolucionária que Cuba vem a ser “universal” (no sentido que os antropólogos empregam o termo) e “novas Cubas” terão de surgir, *porque não é possível deter a História*. (1979, p.5-6, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

Podemos observar que Cuba surge para Florestan como o marco de uma possibilidade histórica revolucionária mais próxima da realidade dos países latinos americanos, mas isso não significa que o seu processo revolucionário deva ser tratado como “modelo”. A tarefa do intelectual socialista está em reconstruir e descrever com o auxílio da sociologia histórica, o movimento de causas contraditórias presentes na sociedade cubana que teve como resultado a revolução de 1959.

---

<sup>35</sup> Afastado da USP devido ao AI-5, Florestan lecionou na Universidade de Toronto (Canadá) entre os anos de 1969 e 1972. Comentando o período Eliane Veras Soares cita a seguinte avaliação do próprio Florestan sobre o que significou esse momento: “Eu só me tornei abertamente um professor marxista quando eu fui para o Canadá. Aí já tinha rompido com as instituições. No Canadá, eu polarizei.” (1997, p. 78).

Seu livro não é uma “cartilha” revolucionária sobre os “caminhos” que conduzem necessariamente à revolução. Trata-se de um trabalho que prossegue no tocante ao método de abordagem, à linha de investigação presente em *A revolução burguesa no Brasil*, com a diferença fundamental quanto ao objeto de análise.

No estudo sobre a burguesia brasileira, Florestan descreve e explica as raízes históricas do comportamento político das elites dirigentes do Brasil, que caracteristicamente situa-se entre o reacionário e o conservador, o que Florestan irá evidenciar com a expressão “contra-revolucionária”, ao denominar a principal característica da elite política brasileira. Já a análise sobre Cuba vai de encontro a um fenômeno inverso, é centrada em apreender as origens de um processo revolucionário que retira sua força social das camadas populares da sociedade cubana.

Permitimo-nos aqui fazer um paralelo entre esse estudo de Florestan a respeito dos eventos ocorridos na Cuba de meados do século XX, e as análises de Karl Marx sobre a França revolucionária do século XIX.

É nítido que Florestan assume como parâmetro metodológico para o seu trabalho uma premissa analítica básica inaugurada por Marx na explicação de eventos políticos, que é a de apreendê-los a partir de uma perspectiva que os inseria dentro de um quadro explicativo contraditório e dinâmico, por ser simultaneamente estrutural e histórico. Não é outra a escolha quanto ao método a ser empregado por Florestan quando este esclarece introdutoriamente o seguinte a respeito da natureza de suas explicações:

Vejo-me na contingência de debater este assunto preliminarmente para que não se pense que toda a unidade de trabalho didático inicial, voltada para os períodos colonial e neocolonial, visasse a facilitar uma apreensão reducionista da revolução cubana. **Procurarei apanhá-la, neste curso, em sua totalidade e em termos de “unidade no diverso”.** É obvio que minha descrição será interrompida no que corresponde ao nível da formação incipiente de estruturas de poder de forma política socialista, às quais se vinculam a institucionalização do poder popular. Mas, a intenção subjacente ao percurso percorrido fica clara. Não permaneci na dialética da conquista do poder e procurei acompanhar a *lógica viva* da revolução cubana, nos vários saltos sucessivos que ela (ou melhor, os revolucionários com o apoio do povo cubano) se vira forçada a ousar. Esse percurso nada tinha a ver com uma sobreposição de várias tentativas reducionistas. Ao contrário, cada momento pressupõe um significado principal, que não se perde em seguida. As forças revolucionárias se acumulam e, atritando-se, geram a aceleração em espiral, pela qual um patamar mais complexo da revolução passa a ser o ponto de partida de uma evolução subsequente, ainda mais complexa; isso indefinidamente (não sei dizer se esse modelo turbilhonar é peculiar à fase de constituição da pré-transição e, em especial, se de agora em diante o processo revolucionário tenderá a assumir o que muitos descrevem como “modelo orgânico”). Ao que parece, as condições externas ou

histórico-sociais da revolução (ou seja, a combinação do que é “geral” ao que é “particular” em termos de Cuba) se não criam nem determinam aquele modelo turbilhonar, pelo menos lhe infundem alguns dos seus dinamismos básicos. É necessário levá-los em conta, pois eles indicam que “novas Cubas” aparecerão, porém desde que certas tendências de transformação revolucionária não sejam tolhidas por assim dizer “a meio caminho”. (1979, p. 11-12, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

A lógica que delinea toda exposição de Florestan sobre o tema é marcada em sua estrutura explicativa pelo modo com o qual Marx tratou as lutas políticas francesas, e se assemelha na forma aos escritos de Marx que cobrem os eventos na França que se iniciam com a “revolução de fevereiro de 1848” e terminam com a derrota da “Comuna de Paris” em 1871. Ao definir o conteúdo teórico do livro como uma abordagem que acompanhe a “lógica viva da revolução”, o sociólogo pretende informar que o texto se filia à típica sociologia política de Marx, que descreve e acompanha as personagens do “drama” revolucionário com base na complexa rede de relações e posições de classe.

A exposição presente no livro de Florestan dedicado a Cuba é reveladora por demonstrar que o mesmo herda primeiramente de Marx a noção metodológica de que uma revolução é um acontecimento por demais complexo para ser tratado como mero “episódio político”, o que em seguida faz com que a abordagem a ser priorizada recaia sobre a idéia de ser a revolução um fenômeno processual com uma lógica própria, a ser apreendida por um método que questiona as disputas pelo poder político (Estado), a partir da reconstituição histórica, de um determinado período, no qual o sistema de relações recíprocas entre o “econômico” e o “político” constituem a totalidade da estrutura social a determinar e explicar em suas causas fundamentais, o “momento” político mais aparente.

Esse “momento” pode ser uma “improvável” revolução latino-americana num país colonizado, no caso estudado por Florestan, um golpe no Estado francês liderado por um “personagem medíocre e grotesco” (Marx, 2009, p. 200), ou até mesmo o surgimento da “Comuna de Paris”. O que destacamos aqui é a “identidade” da base epistemológica do método empregado por Marx na análise das reviravoltas da política francesa, que Florestan conserva quando busca respostas sobre o desenrolar da conjunção de eventos que resultaram na “revolução cubana”.

Enquanto intelectuais assumidamente “políticos”, naquele momento Cuba estava para Florestan assim como a França do século XIX esteve para Marx. Como revolucionários socialistas vinculados inteiramente às lutas de seu tempo, não elegem esses dois países como

objeto “por acaso”. O desenrolar do caso francês é seguido por Marx com uma acuidade que encontra plena justificativa, no fato do “político” Marx identificar nos embates da França o centro vanguardista da luta socialista. O “ideólogo” socialista é “estimulado” a acompanhar a trajetória dos revolucionários franceses, e assim construir uma série de três análises de fôlego que constituem a base da sociologia política materialista.

Não há substancialmente nenhuma diferença com o procedimento de Florestan frente à situação cubana. Enquanto intelectual socialista visualiza Cuba como caso concreto de uma luta revolucionária que avança sem cessar para o socialismo, e assim produz uma análise sociológica que reconstitui o intrincado enredo de luta política que precedeu o evento de 1959.

O duplo movimento de articulação entre subjetividade e realidade contribui para que os dois operem no sentido de produzir uma sociologia revolucionária ao mesmo tempo em que estudam o objeto “revolução”. A aproximação que ensejamos enfatizar não fica apenas no campo da “lógica” do método analítico utilizado, visa apontar ainda para uma nítida escolha no campo “ideológico-político”.

Os textos de Marx e Florestan sobre as revoluções francesa e cubana respectivamente, são obras de “sociologia”, mas, sobretudo de “política”, por se tratarem de análises de intelectuais que assumiram um vínculo ideológico com determinada classe, e por isso seus livros “revolucionários” podem ser encarados como “documentos” que visavam esclarecer e informar o quadro real em que se encontrava as lutas políticas de seu tempo.

Os eventos que se desenrolaram nos dois países eram por demais ricos em sua complexidade, que se impunham para eles não somente como quadro “vivo” para a análise sociológica. Mereceram atenção destacada na trajetória de ambos, justamente por buscarem extrair das reflexões um “aprendizado”, no sentido literal do termo, capaz de ser generalizado, na medida do possível, na prática dos futuros embates políticos entre as classes.

Desse modo é que podemos compreender como o entusiasmo de Florestan ao descrever o avanço dos revolucionários cubanos para além da derrubada do governo de Fulgencio Batista, assemelha-se à descrição de Marx sobre os poucos meses de sobrevivência do tipo de governo organizado pelos “comunardos” de Paris. Tal como em Marx, sua

explicação sobre os eventos ocorridos em Cuba parece não entrar em conflito com o elogio feito ao sucesso da empreitada revolucionária.

Porém, ao ir tão longe e tão fundo, ele desprende a revolução nacional do “idealismo burguês”, do liberalismo, da democracia constitucional e representativa. E inverte a tendência predominante no século XIX: o conteúdo de classe da revolução nacional viria de baixo para cima, ou seja, das massas populares, dos *humildes* e explorados, dos setores organizados das classes trabalhadoras. Em consequência, a revolução nacional deixa de ser uma revolução puramente política (de construção de um aparelho de dominação estatal “soberano”, *nacional* e “independente””. [ ] Pela primeira vez, na história da América Latina, uma revolução nacional deixaria de dissociar o *elemento nacional* do *elemento democrático*, e ao vencer, a *idéia de nação* arrasta com ela a construção de uma *ordem social inteiramente nova e socialista*. (FERNANDES, 1979, p. 59-60, grifo do autor).

À fala “sociológica” do acontecimento “revolução” se agrega uma outra que por sua “militância” nos surpreende por sua indisfarçável falta de “neutralidade”. Isso é facilmente compreendido quando inserimos esse livro de Florestan em um contexto onde suas publicações adquirem definitivamente a retórica radical do combate político. Por isso, o texto em questão, deve ser lido não só como trabalho “sociológico”, mas como uma espécie de “panfleto” que assume e divulga sua posição de apoio ao que ocorreu e continuava a se desenrolar em Cuba.

O raciocínio de Florestan é exposto no sentido de transformar a própria discussão “científica” sobre a “revolução” em objeto de luta ideológico-política, assim não deixa de ser uma resposta política no campo intelectual àqueles que eram contrários e reprovavam o sistema político estabelecido após 1959 em Cuba. Fazer do discurso sociológico “arma” de confronto político é um procedimento que Marx recorreu e expressou claramente em seus textos “revolucionários” sobre a França.

Mais uma vez ressaltamos a coerência do socialista brasileiro com o legado marxista, que naquele período de clara radicalização política, quando trata justamente de um processo revolucionário, assume o marxismo não só como método explicativo, mas como “ideologia”, a fim de incorporar o raciocínio sociológico sobre o fato à defesa política dele.

O livro dedicado a Cuba é exemplar quando o observamos como expressão da sociologia política produzida por Florestan, já na década de 60, mas que ganhará contornos mais radicais nos anos 70 e 80, que aborda as chamadas questões “políticas” sem abrir mão de um claro posicionamento sobre elas. O que havia ocorrido em Cuba era algo demasiado real,

transformador, diferente, e diante do qual um intelectual, que havia assumido o socialismo revolucionário, não ficaria indiferente.

A Revolução Cubana marcou profundamente a esquerda latino-americana e, em certa medida, também a esquerda mundial, não somente por demonstrar que era possível vencer o imperialismo norte-americano em seu próprio “quintal”, mas também por ter rompido os padrões clássicos de luta seguidos pela esquerda marxista-leninista da época, sempre centrados no partido revolucionário. O poder não foi alcançado por meio de um partido de vanguarda, como no modelo russo, nem basicamente como resultado de uma vitória militar camponesa, como no modelo chinês. Neste caso, o sucesso revolucionário foi resultado das vitórias político-militares da guerrilha e do movimento (insurrecional) urbano dirigido pelo próprio Movimento Revolucionário 26 de Julho (M-26), o Partido Socialista Popular (PSB) e o Diretório Estudantil Revolucionário. (BARÃO, 2003, p. 263).

O entusiasmo de Florestan com a “revolução” era compreensível na medida que o contextualizamos historicamente. Isso significa dizer que discutir a experiência “Cuba”, era antes de tudo, se colocar no centro do debate ideológico que movimentava a cena intelectual, dividida em sua maioria entre os blocos capitalista e socialista. O escrito em questão, que traduz o particular “capítulo cubano” em sua trajetória, deve ser considerado, tal como os textos “franceses” de Marx, como obra de “combate”, por colocar-se de certa forma como “manifesto” que não dissimula o apoio, ainda que com críticas e ressalvas, ao que vinha ocorrendo em Cuba desde então. Acrescentamos ainda que a tomada de posição a respeito da revolução, não o dispensa do estudo criterioso sobre ela, antes o que se percebe é o contrário, o profundo “conhecimento da causa” permite a defesa criteriosa dela.

Esse tipo de análise empenhada em acompanhar e descrever cuidadosamente um acontecimento em especial é o que constatamos de forma clássica no tratamento dado por Marx ao que ocorria no cenário político francês em meados do século XIX. Seu evidente entusiasmo só reforçava mais ainda a minúcia do trato sobre a totalidade de questões que envolviam a agitada disputas entre as classes pela posse do Estado.

Discutir a história das lutas revolucionárias francesas era uma exigência que adquiria para Marx não só um caráter puramente intelectual era preciso demonstrar a força “política” presente no discurso intelectual em si, no intuito de construir um “documento” de valor histórico que explicasse os fatos que se sucederam na França a partir da ótica dos “vencidos”, a fim de contribuir para as futuras estratégias de mobilizações e lutas sócio-políticas dos trabalhadores de outros países, além da própria França.



Com isso ao descrever, por exemplo, o advento da “Comuna” e seu breve período de existência, Marx inaugura de forma sistemática uma abordagem que tenciona inserir-se na “realidade” do objeto referenciado, por meio de uma aberta defesa dele. Em outras palavras, o que caracteriza de maneira distinta o marxismo dentre as outras formas modernas de conhecimento social, principalmente diante de questões que pertencem particularmente ao “mundo político”, é admitir como princípio epistemológico a idéia de que o discurso sobre os fatos é atravessado e condicionado pelas posições sociais daqueles que abordam esses mesmos fatos, ou seja, pela suas posições de classe.

Ao considerar essa contribuição fundamental do marxismo Michael Löwy (2009, p. 112-119) diz:

O marxismo foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a “desmascarar” as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo dos economistas e outros cientistas sociais. [ ] A história da ciência não pode ser separada da história em geral, da história da luta de classes em particular.

Ao estabelecer esse princípio a propósito desse aspecto central do conhecimento social produzido, Marx, apesar de sua condição originária de “não-proletário”<sup>36</sup>, toma para si o ponto de vista intelectual da classe proletária de seu tempo, não por voluntarismo, mas por entender o aparato teórico-metodológico construído por ele, como expressão no campo intelectual de uma totalidade estrutural que o englobava enquanto sujeito histórico, capaz de elaborar um discurso que combatesse e desmentisse as classes dominantes e suas teorias.

Não há dúvida que Marx considerava a sua própria obra e a de Engels como pertencente a esta ciência revolucionária que se associa às lutas do proletariado com plena consciência de causa. Mas é importante enfatizar que esta ciência foi, na sua opinião, “produzida pelo movimento histórico”. Em outras palavras, o que permitiu a Marx e Engels superar os limites do socialismo ricardiano e/ou “doutrinário” foi a nova etapa histórica da luta de classes que começa a partir de 1830 – em particular, o avanço do movimento operário e de seu combate contra o capital. (LÖWY, 2009, p. 129).

Marx situava sua própria obra dentro desse momento histórico em que a classe trabalhadora começava a ganhar uma inédita força como sujeito histórico, mostrando-se capaz de se lançar na luta política contra ao que classificava como a “classe dominante” moderna, ou seja, a burguesia. O surgimento de uma teoria social que descreve o capitalismo como

---

<sup>36</sup> Sobre este e outros aspectos mais “pessoais” da vida do fundador do materialismo histórico conferir: WHEEN, Francis. **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Record, 2001. Em sua biografia que foge das apologias ou da “demonização”, o autor descreve o biografado como “[...] um judeu burguês de uma cidade predominantemente católica, num país cuja religião oficial era o protestantismo evangélico.” (2001, p. 16).

sistema onde os conflitos entre as classes adquirem um caráter novo até então na história da humanidade, pressupunha para Marx que a estrutura das relações sociais, mesmo que ainda somente em alguns países como Inglaterra, já se encontrava nesse nível.

Nesse sentido é que a teoria revolucionária marxista deve ser vista como parte integrante que não só reflete, mas também compõe a totalidade daquele “quadro” (LÖWY, 2002, p.29) reconhecidamente revolucionário da Europa da metade do século XIX, do qual o militante Marx participa.

O ponto que consideramos central a propósito de um possível paralelo entre Marx e Florestan é o seguinte: tal como o intelectual Karl Marx que evolui seu pensamento rumo a uma teoria da revolução comunista que responde e interage reciprocamente com o conjunto de variáveis de condicionantes históricas que o enreda, e que toma a França como “objeto-laboratório” concreto para “construção-demonstração” da validade objetiva da teoria, com Florestan e sua “pedagogia revolucionária” pós-golpe ocorre um processo semelhante, no sentido de que o pensamento do intelectual brasileiro caminha, acompanhando as mudanças da sociedade brasileira, para um radicalismo no qual a temática “revolução” ganha posição de centralidade sobre a qual, outras reflexões direta ou indiretamente irão retornar para um “diálogo” que as esclareça.

Se, como dissemos anteriormente, na fase mais “revolucionária” de Marx a França surge como espaço privilegiado de estudo real de um caso onde o desenvolvimento mais detalhado de uma teoria sobre as lutas revolucionárias entre as classes se mostra propício, o mesmo ocorre com o Florestan “pedagogo revolucionário” que elege, não por acaso, Cuba como caso concreto que favorecia o estudo mais fidedigno possível a respeito das complexas variáveis que envolvem um evento tão radical como uma revolução.

Outro traço que guarda semelhança com o estudo da política francesa feito por Marx, é que Florestan vê em Cuba a oportunidade de estudar e acompanhar o desenrolar de um processo revolucionário, “in flux” (como ele mesmo diz), em tempo real. Ele reconstitui uma história passada (no caso, o período colonial e neocolonial cubano) a fim de obter explicações para uma situação histórica presente, que se desenrola contemporaneamente a ele.

É esse acompanhamento da história “viva” cubana que se assemelha a análise de Marx presente no escrito *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. No prefácio de Engels à terceira edição

de 1885 dessa obra encontramos os comentários a seguir, que destacam justamente essa originalidade de Marx em explicar os acontecimentos ainda em “curso”:

Essa eminente compreensão da história viva do dia-a-dia, essa penetração clara nos acontecimentos, no próprio momento em que se produzem, é, de fato, sem exemplo. [ ] Marx não só estudava com especial predileção a história passada francesa, mas também seguia em todos os seus pormenores a **história em curso**, reunindo os materiais para empregá-los posteriormente, e portanto nunca se via surpreendido pelos acontecimentos. (2009, p. 203-204, grifo nosso).

A preocupação de Florestan em compor um quadro que ofereça esclarecimentos sobre a realidade contemporânea do fenômeno estudado se aproxima ao procedimento de investigação marxista, e quando o sociólogo brasileiro coleta e apresenta os “materiais” com os quais fundamenta a sua reconstituição da Cuba pré-revolucionária, aplica assim o clássico procedimento de Marx, que descreveu as condições anteriores ao golpe de Luís Bonaparte em 2 de dezembro 1851.<sup>37</sup>

Assim todo esse esforço metodológico de apreender de forma totalizante as condicionantes da revolução cubana mostra-se necessário, porque um evento como a tomada do poder em 1959 por parte dos guerrilheiros com o apoio dos “humildes e dos condenados da terra”, só é explicado objetivamente quando se estabelece nexos de causalidade entre o passado remoto e até mesmo recente, e o evento revolucionário em si.

O marxismo então é usado como método capaz de fornecer não só uma descrição objetiva sobre as causas históricas determinantes da “revolução”, mas também, como perspectiva que possibilita um acompanhamento “in flux” (expressão recorrente em Florestan) sobre os possíveis “rumos” e significados assumidos pelo acontecimento frente às outras nações latino americanas.

Podemos salientar ainda que uma das questões centrais, posta por Florestan com seu trabalho a respeito da revolução cubana, é a de saber como um movimento popular orientado por um grupo de guerrilheiros, pôde transforma-se em uma revolução socialista. Como foi possível que em Cuba, um país-colônia com uma população em sua maioria formada por escravos e trabalhadores agrícolas, revoltas populares, se desdobrassem em uma revolução

---

<sup>37</sup> No prefácio à segunda edição de 1869 de *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, Marx faz a seguinte afirmação sobre a diferença de seu método em relação aos trabalhos de Victor Hugo e Proudhon sobre o mesmo tema: “[...] **demonstro como a luta de classes criou na França as circunstâncias e as condições** que permitiram a um personagem medíocre e grotesco representar o papel de herói.” (2009, p.200, grifo nosso).

socialista com uma originalidade imprevista, no que se refere aos países latino-americanos que compunham a chamada “periferia” do capitalismo.

Na busca de explicações a respeito de Cuba, Florestan nos diz o seguinte:

Na verdade, com referência a Cuba, a *teoria* sempre andou atrás da *prática*. Além disso, o dínamo das variações apontadas esteve sempre no político: ao tornar-se possível e necessária, **a revolução obrigou os revolucionários a descobrirem sua natureza, seu nível de profundidade histórica e seus rumos políticos**. Parecia que a revolução ficaria interrompida em um patamar burguês, nacional-democrático e de “reforma capitalista do capitalismo”. No entanto, isso não aconteceu. Dentro de uma sociedade capitalista neocolonial, não havia como levar a revolução para diante dentro do capitalismo. Ela deslocou e esmagou a burguesia, nacional e estrangeira, porque para liberar a nação e para criar um estado democrático soberano ela tinha de converter-se em uma revolução contra a ordem, ou seja, anticapitalista. (1979, p.10, grifos do autor em itálico e nosso em negrito)

É esse necessário aspecto de revolução “contra a ordem”, que o movimento social das massas cubanas vai assumindo, e o porquê disso ter ocorrido, que interessa Florestan. Continuemos acompanhando suas observações.

Em resumo, o radicalismo nacional e democrático foi liberado para que surgisse de baixo para cima, unindo contra a ordem existente todos os deserdados da terra. Por aí se vê, simultaneamente, duas coisas. **A “revolução dentro da ordem” foi um momento real da revolução cubana. Durou pouco e se extinguiu depressa porque só os deserdados da terra se mobilizaram para lutar por ela. A “revolução contra a ordem” tornou-se, alternativamente, uma realidade permanente e em aceleração crescente. Porque não havia nada mais a salvar do capitalismo e só o socialismo respondia ao radicalismo nacional e democrático da maioria.** (1979, p.13, grifo nosso)

Para descrever a revolução cubana como um processo que se desdobrou primeiramente “dentro da ordem”, para em seguida desenvolver-se “contra a ordem”, Florestan faz uso de um referencial analítico construído a partir da tese marxista da revolução “permanente”. Na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* de 1850, Engels e Marx sintetizam essa tese de forma clara e objetiva.

Enquanto os pequenos burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido, no máximo, os reclamos supramencionados, os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar e sociedade existente, mas de estabelecer uma nova. (2001, p.87)

A originalidade do que ocorreu em Cuba se encontra justamente no fato de que as tarefas políticas propostas pelos revolucionários, logo após a tomada do Estado, não se limitaram ao que Marx e Engels definiram como horizonte tipicamente burguês. Dadas as condições de Cuba, não havia alternativa para o povo cubano a não ser apoiar modificações na estrutura de governo que visassem uma possível sociedade socialista.

Florestan pretende demonstrar basicamente isso: os revolucionários cubanos não prepararam de antemão um “plano” revolucionário visando um projeto de sociedade socialista. Longe disso, o que ocorreu de fato foi o surgimento de um movimento que a princípio se apresentava como nacionalista, e se transfigurou em uma revolução socialista, por uma necessidade objetiva, intrínseca ao próprio movimento dialético das transformações sócio-históricas, que vinham atravessando Cuba.

Continuar e sustentar a revolução para além das possibilidades inscritas no capitalismo tornou-se um horizonte objetivo de primeira ordem, construído pelos guerrilheiros e pela massa de “deserdados” cubanos, a partir do desenrolar dos acontecimentos. Na perspectiva de Florestan o “caso cubano” não encontra paralelos no tocante às dificuldades enfrentadas pelos revolucionários, cuja criatividade e sentimento da necessidade de “mudar as coisas” eram constantemente postos a prova.

De acordo com Florestan, mais do que qualquer outro povo (até mesmo os russos) que participou de um processo revolucionário a massa cubana apoiou e encampou o projeto político defendido pelos líderes Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, a fim de construir outra possibilidade de sociabilidade que negasse o capitalismo.

Ainda procurando situar o traço peculiar da experiência cubana em relação a outras revoluções Florestan afirma:

O severo travejamento racional, que atravessa todas as correntes do socialismo europeu – e depois atinge os revolucionários russos e chineses – constitui um florescimento tardio (ou uma imposição), na direção da qual os revolucionários cubanos avançaram sempre, ou para conseguir êxito militar e político ou para garantir a continuidade da revolução. Portanto, se não quisermos reduzir a realidade em nome da dialética temos de aprender a conviver com a grandeza incomum dessa revolução, com sua beleza íntima e exterior – e também com sua ingenuidade perene. A situação revolucionária existia de fato (ela não foi induzida ou inventada: vinha do início do século, agravando-se sem cessar). Mas, como os contra-revolucionários, os revolucionários careciam de meios institucionais e tiveram de descobrir pela experiência *até aonde ir, aonde teriam de chegar*, independentemente de dogmas e de fórmulas. Como não *suscitaram* e nem mesmo tiveram um papel direto maior na criação da situação revolucionária, também não determinaram nem

escolheram quantas revoluções sucessivas deveriam enfrentar, e está acima de dúvida que os *limites à revolução*, nascidos objetivamente, chocaram-se com seu idealismo revolucionário tanto quanto com sua generosidade e sede de justiça. **O seu mérito e o seu talento residem no fato de terem perseverado e levado a revolução até o fim.** As várias revoluções frustradas e latentes vieram à luz do dia e, ao cabo, a transição para o socialismo corporificou-se e revelou-se por inteiro como solução viável e necessária. (1979, p.54, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

Ao dizer que a revolução cubana foi levada “até o fim”, Florestan observa que o diferencial do evento ocorrido em Cuba está em ser um processo revolucionário que não estacionou em uma simples tomada do poder, limitando-se a uma política de “melhoramento” das condições anteriores, até mesmo porque não havia nada a ser “melhorado”. Seus líderes assumiram tarefas tendo como norte uma transformação futura positiva da sociedade cubana, ou seja, assumiram o socialismo. E, ao fazerem isso, necessariamente a revolução precisa ser entendida como um processo com uma dinâmica constante.

Sem dúvida alguma Florestan continua aqui focalizando Cuba não só a partir da teoria revolucionária de Marx, como também a analisa basicamente através de seu método.

Se devemos operar com a **totalidade**, ela está aí, nos vários aspectos que se voltam para o passado (remoto e recente), para o presente e para o futuro, e que se ligam entre si de modo inextricável. Não é possível dar conta de tudo (nem isso é desejável). A tarefa que se define a esta unidade de trabalho didático é clara: como se passa de maneira tão rápida da pré-história à história de Cuba. **A essência da revolução cubana não está em ter desatado o nó górdio do neocolonialismo e da dominação imperialista, mas na construção de um caminho socialista para o futuro.** (1979, p.54-55, grifo nosso).

Assim, o avanço da revolução cubana para além dos quadros de um projeto sócio-político baseado no radical-nacionalismo burguês se revelou uma necessidade histórica para os “deserdados da terra” cubanos. Qualquer escolha por uma alternativa de regime que se mostrasse favorável ao nacionalismo próprio da burguesia, significava a manutenção do “status quo” pré-revolução, ou até mesmo, um retorno em condições piores para a grande maioria da população trabalhadora, ao estado de explorados pelas burguesias, estrangeira e nativa, que nunca ensaiou qualquer comportamento político capaz de dar início a um movimento nacionalista que afirmasse Cuba como nação independente, e interrompesse a desumana exploração do trabalho que fornecia matérias-primas à burguesia externa, para seus negócios no mercado exterior.

Florestan com seu estudo coloca também em destaque a “guerrilha”, observada como uma forma alternativa de luta empreendida pelos cubanos, a qual contribuiu para imprimir

uma originalidade à revolução, surpreendendo muitos teóricos dogmáticos que até então não vislumbravam em Cuba qualquer possibilidade de ocorrer um acontecimento dessa natureza, justamente por Cuba não guardar, segundo eles, as “pré-condições” necessárias para que se desenvolvesse uma revolução socialista.

Já nos primeiros parágrafos do capítulo do seu livro dedicado à guerrilha, Florestan acentua o caráter de originalidade que esse tipo de luta acabou imprimindo à revolução cubana, o que ela poderia significar para os outros países latino-americanos e como, em sua realização concreta, desmente uma série de “preceitos revolucionários” próprio ao “radicalismo abstrato”.

O fascínio do estudo de Cuba está em que ela desmente todos os dogmatismos possíveis, tanto os “especificamente científicos” como os “puramente socialistas”. [ ] Fala-se na guerrilha como se ela tivesse sido um “abre-te Sésamo”. Ora, no que diz respeito à revolução socialista não existem fórmulas mágicas nem saídas fáceis, e, muito menos DETERMINISMOS INEVITÁVEIS. Em uma situação revolucionária tudo é possível, inclusive a vitória da revolução. Se essa revolução for socialista, ela libera os seres humanos e suas capacidades criadoras. A revolução crescerá como revolução na medida em que *o socialismo for sendo criado*. [ ] Todo socialismo deve ser *experimental*. Não obstante, entre as grandes revoluções proletárias do século XX, é a revolução cubana que apresenta essa face como a mais saliente e característica. Por isso, **ela é a mais simples, a mais imprevisível e também a mais tocante, pois brota de dentro do homem para fora, dos sentimentos e aspirações mais profundos dos humildes e condenados da terra**. [ ] Em nossa discussão, ganham precedência: a constituição de uma situação revolucionária, que converteu a guerrilha no *meio cubano* de chegar ao socialismo; e a guerrilha que permitiu, a um tempo, desagregar a capacidade de resistência da tirania burguesa e neutralizar a dominação imperialista dos Estados Unidos. (1979, p. 53-55, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

A análise de um evento dessa natureza mostra-se ainda imprescindível para aqueles intelectuais que partilham uma “visão de mundo” socialista.

**Há algo que precisa ser demarcado desde já: o modo de compreensão do nosso tema. Proponho-me uma tarefa que é, inextricavelmente, intelectual e política; e pretendo enfrentá-la como tal, com a objetividade do sociólogo e o ardor do militante socialista. Poder-se-ia estudar Cuba como uma nação e, mais especificamente, como uma nação do Caribe. Porém, é Cuba da experiência socialista vitoriosa que nos interessa: *Cuba como a primeira fronteira histórica e o primeiro patamar concreto da manifestação do socialismo na América Latina*. A objetividade do sociólogo é essencial. Ela poderá nos ajudar a entender que não se pode exigir de Cuba o que a transição para o socialismo *ainda* não chegou a produzir nem na União Soviética, nem na China, nem na Iugoslávia, nem no Vietnã, nem em outros países socialistas. Alguns revelam impaciência histórica, outros intransigência teórica, movidos ou pelo dogmatismo ou pelo “revolucionarismo subjetivo”. Ora, na cadeia dos elos mais frágeis, pela qual surgiu e se expandiu o “socialismo difícil” (ou socialismo de acumulação), Cuba foi o país no qual as *condições difíceis* se mostraram do *modo mais difícil*. Não podemos ignorar os fatos e, se há algo admirável com relação a Cuba, é a forma pela qual a revolução procurou subjugar e ultrapassar os fatos mais duros e adversos. Não se deve ignorar isso, se se quiser compreender, amar e servir à revolução cubana. A paixão socialista**

militante também é essencial. A revolução cubana está aí, estuante de vida. Ela não é uma *revolução dos “outros”* – uma revolução dos cubanos. É o nosso quinhão da história coetânea e contemporânea: Cuba vive, no presente, o nosso futuro de outra maneira. Temos de entender e participar da revolução cubana como da história em processo que, por comunhão ideológica e utópica e também por opção política, *é a nossa própria história*. (FERNANDES, 1979, p. 6-7, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

Florestan é claro quanto à intenção e ao objetivo principal balizador de suas observações sobre Cuba; entende que a objetividade da análise não será “comprometida” por sua declarada “paixão socialista”, porque uma revolução deve ser encarada como um acontecimento social “total” engendrado por fatores subjetivos e objetivos que interagem gerando uma situação revolucionária.<sup>38</sup>

O empenho do socialista brasileiro em informar com seu livro as tentativas dos guerrilheiros cubanos em promover uma nova forma de organização política em Cuba após a derrubada da ditadura de Batista em 1959, também lembra o acompanhamento que Marx realiza em sua descrição da “experiência” Comuna. Ambos se esforçam em apresentar as medidas tomadas pelos revolucionários, tanto cubanos quanto parisienses, no intuito de modificar o sistema político anterior e alcançar uma estrutura de poder que se aproximava, na medida do possível e apesar das dificuldades, de um regime vinculado mais diretamente às expectativas reais dos “de baixo”.

A respeito da “novidade” política promovida pela Comuna, Marx esclarece e destaca:

A multiplicidade de interpretações a que a Comuna esteve sujeita e a multiplicidade de interesses que a explicaram em seu favor mostram que ela era uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho. Não fosse essa última condição, a Constituição Comunal teria sido uma impossibilidade e um engano. A dominação política do produtor não pode coexistir com a perpetuação da sua escravidão social. A Comuna havia pois de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Emancipado o trabalho, todo homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributivo de classe. (2009, p. 406-407).

Mesmo em sua breve existência e resistindo a pressões dos mais variados estratos das classes dominantes da época, Marx identificou a Comuna como acontecimento que mais se

---

<sup>38</sup> É nesse sentido que Florestan afirma: “O socialismo revolucionário não é um jogo de azar, no qual se arrisca tudo para ganhar o máximo. É preciso ficar rente aos valores que dão sentido ao socialismo revolucionário para poder-se avaliar o quanto eles se concretizam no vir a ser histórico.” (1979, p. 7).



aproximou da “forma política” de governo da classe dos “produtores”. A análise promovida por ele elogia as ações dos “comunardos” parisienses como um movimento que visou estabelecer uma organização política que acabou negando com sua existência as “repúblicas” anteriores.

A antítese direta do império foi a Comuna. O grito de “república social” com o qual a revolução de fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não fez mais do que expressar uma vaga aspiração por uma república que não apenas havia de pôr de lado a forma monárquica da dominação de classe. A Comuna foi a forma positiva dessa república. (MARX, 2009, p. 402).

A mesma singularidade do regime comunal parisiense que encontramos destacada no texto de Marx, não se diferencia do destaque promovido pelo livro de Florestan a propósito das reformas políticas empreendidas pelos líderes Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, com a finalidade de transformar o aparelho estatal, no sentido de que as instituições que o compunham fossem extintas e dessem lugar a “outras”.

Os especialistas costumam falar de “ausência” ou de “falta” de institucionalização, com referência aos aspectos políticos da revolução. Trata-se de uma abordagem mecanicista e confusa. Qual é a institucionalização de que deve partir um governo revolucionário que se declara socialista e tenta caminhar na direção do socialismo? As instituições básicas do estado preexistente têm de ser destruídas. Qualquer que seja a posição teórica tomada diante da *questão do estado*, uma coisa é óbvia: o estado democrático burguês precisa ser destruído. Ora, o desmantelamento do aparato estatal herdado tinha de ir muito mais longe, na medida em que ele preservava estruturas coloniais ou neocoloniais de caráter antinacional e antidemocrático. De outro lado, a revolução tinha de gerar *sua legalidade* sem contar com os recursos típicos, que resultam de um longo movimento popular revolucionário e de um partido da revolução anteriores à tomada do poder. Em outras palavras, para falar-se de institucionalização, em tal caso, é preciso concebê-la como um processo – e um processo de criação de *instituições novas*. (1979, p. 181, grifo do autor).

Como podemos notar o problema colocado por Florestan sobre a “questão cubana” é centrado no mesmo tema focalizado por Marx a respeito de Paris: as dificuldades de engendrar uma “nova” forma de organização política após a conquista do poder estatal pelos revolucionários. Fica patente que os textos de ambos se equivalem no sentido de demonstrar a originalidade dos empreendimentos políticos protagonizados pelos parisienses e cubanos.

Consideramos que o livro de Florestan dedicado a Cuba condensa o marxismo como método, pois se trata de uma investigação sociológica que visa reconstituir a história das condicionantes fundamentais propiciadoras da eclosão da revolução de 1959, e ideologia política, que lhe proporciona desenvolver uma linha de argumentação sobre a experiência de

governo pós-revolucionária que não se exime em defendê-la de outras “interpretações”, como fez Marx ao acompanhar a “Comuna”.

Reiteramos que além do arcabouço teórico herdado de Marx na explicação sociológica de momentos em que ocorrem radicais mudanças na estrutura de determinado sistema sócio-político, a escrita do sociólogo brasileiro evidencia ainda no que concerne à Marx uma herança “pedagógica”.

Pretende-se dizer com essa expressão que o que aproxima os escritos marxianos sobre a França revolucionária, sobretudo *A guerra civil na França* que se detém ao período da “Comuna”, à investigação desenvolvida por Florestan a respeito da Revolução Cubana, é certo “estilo” de argumentação que busca extrair “lições” de aprendizado político a partir dos dois acontecimentos.

Desse modo, tal como os textos de Marx, o livro “cubano” de Florestan observado a partir do contexto de sua produção assume uma função abertamente política, no sentido combativo do termo, onde se pode e deve ser lido como documento que assume o caráter de instrumento intelectual contributivo na educação dos socialistas quanto ao entendimento do “jogo político”, ao mesmo tempo em que se integram as lutas de classe reais que constituem esse mesmo jogo.

Na avaliação de Florestan, Cuba apresentou-se como uma chance única de aprendizado para aqueles que historicamente são explorados e marginalizados na América Latina, e para os intelectuais de países como o Brasil acompanharem, sem prévias “teorizações” revolucionárias, os erros e acertos do movimento real das massas populares cubanas em busca de uma democracia social.

Nesse sentido é que sua análise sobre o desenrolar do processo revolucionário ocorrido em Cuba seguida por um indisfarçável apoio dado por ele ao governo castrista, é paralela ao modo como Marx descreveu e explicou os eventos que se desdobraram em Paris, ao mesmo tempo em que defendeu abertamente a “Comuna”.

#### 4 FLORESTAN FERNANDES E O PT

“Contradições não menos válidas emergem da filiação e da aceitação de uma candidatura através do PT. A óptica marxista é clara: em *O manifesto comunista*, Marx e Engels prescrevem que os comunistas ‘não têm interesses diferentes daqueles do proletariado em geral’ e localizam com pertinência os seus papéis na colaboração com os ‘outros partidos operários’. [ ] Nas condições concretas do Brasil, o PT não só é um partido operário – é um partido que aponta como objetivo central a sua construção socialista. Na ocasião em que fiz minha inscrição, aliás, definia-se como um partido proletário ultra-seletivo, em suas alianças na incorporação de militantes ou na promoção de quadros. Antes de realizar outras tarefas da classe operária, lançou-se à conquista do poder (em escala miúda). Isso perturbou-me. A social-democracia na Europa, do século XIX até 1910, fizera a mesma coisa. [ ] O PT justificava-se no quadro histórico mundial e possuía sentido no cenário latino-americano e brasileiro. Ser de extrema esquerda não é justificativa para manter-se politicamente neutralizado. Resolvi ousar, em uma direção inversa da que tentara em 1943, disposto a aproveitar o crescimento de um partido operário novo, socialista e coerente (confira-se com as provas de oposição ao colégio eleitoral) e a crescer teórica e praticamente com ele. Era muito começar pela tentativa de uma eleição. Mas eu não supunha que vingaria a candidatura a ‘deputado constituinte’...”

Florestan Fernandes, 1989, p. 216-218

A questão da formação de um partido revolucionário, como organização política que verdadeiramente assume um vínculo orgânico com a classe do trabalho, é de fundamental importância para um marxista, e não poderia ser diferente com Florestan, que deixa claro que “[...] os partidos revolucionários não modelam as sociedades revolucionárias. O inverso é que é verdadeiro” (1979, p.14).

A afirmação acima corrobora as teses de Marx sobre o que viria a ser esse partido e em que condições uma organização dessa natureza poderia surgir. De acordo com Marx, um partido revolucionário socialista pressupõe um movimento independente de uma classe social trabalhadora revolucionária, a classe que vai levar ao limite a revolução política transfigurando-a em revolução social.<sup>39</sup>

Marx é categórico em dizer que o partido comunista revolucionário precisa se apresentar no cenário político tendo como perspectiva fundamental, a nortear suas alianças e estratégias, a luta de classes. E deixa claro que sua posição de independência frente aos outros partidos somente se sustenta quando os comunistas compreendem o embate político institucional como a luta de classes em outro nível, integrada ao movimento da totalidade histórica. Ao comentar a noção de Marx sobre o significado do papel do partido que representaria a classe do trabalho, Michael Löwy afirma:

O partido comunista tal como o define o *Manifesto* não é a cristalização alienada da totalidade, é a mediação teórica e prática entre essa totalidade (a finalidade última do movimento operário) e cada momento parcial do processo histórico da luta de classes. Em suma, o partido comunista de Marx não é o herdeiro do “supremo salvador” burguês e utopista; é a *vanguarda* do proletariado que luta para emancipar-se; é o *instrumento* da tomada de consciência e da ação revolucionária das massas. Seu papel não é o de agir no lugar ou “acima” da classe operária, mas de *orientá-la* para o caminho de sua autolibertação, para a revolução comunista “de massas”. (2002, p. 209-210, grifo do autor).

É esse caráter de mediador classista que o partido deve assumir, uma organização que orienta a vanguarda histórica do movimento proletário, um movimento que ganha autonomia e força à medida que participa dos embates com outras entidades que defendem interesses de classe diferentes aos do proletariado.

---

<sup>39</sup> Michael Löwy sobre o conceito marxista de partido: “Para ele, a ação do partido comunista deve se fundar justamente na *Selbsttätigkeit* (autonomia) histórica do proletariado, em sua organização progressiva como classe; deve se integrar ao movimento político para orientá-lo rumo à ação revolucionária.” (2002, p.216, grifo do autor).

As preocupações de Florestan estão centradas justamente nesse sistema de referência classista, pois no seu entendimento, é a base para a constituição de um partido proletário forte e autônomo, capaz de direcionar suas ações sem perder de vista esse referencial de classe. As idéias sobre movimento social, partido, classe, e que tipo de relação se estabelece entre eles, é algo que Florestan procura esclarecer o máximo possível em suas falas e escritos, como podemos confirmar a seguir:

Em primeiro lugar, nós precisamos saber o que é movimento: quando estou falando em movimento socialista, a que me refiro? Encaro o movimento de uma perspectiva mais ampla, uma confluência de forças anticapitalistas. Dentro de uma sociedade capitalista surgem **forças antagônicas ao capitalismo**, que buscam acabar com o modo de produção capitalista, o regime de classes, o Estado Nacional, o sistema de poder da burguesia. E esse movimento tanto pode assumir uma forma gradualista como uma forma revolucionária. Então, **o movimento é uma confluência das forças, de todas as forças que se voltam contra a ordem existente.** (1980, p. 6-7, grifo nosso).

Agora vejamos o que Florestan entende por organização partidária vinculada ao movimento classista, o que seria essa instituição que congrega as “forças” que se opõem ao capital, capaz de traduzir para arena política a força do movimento socialista.

Já os partidos são a forma de organização institucional dessas forças. Essas forças sociais se organizam institucionalmente e é através dos partidos que se realiza a aglutinação de forças; e se realiza, também, a sua aplicação em fins mais ou menos visados consciente, deliberada e organizadamente. (1980, p. 7).

Florestan ainda acrescenta ao conjunto de suas preocupações, a importância de saber as condições reais de luta entre as classes de um dado contexto social. É preciso estar atento a esse fato, porque o surgimento de movimentos e partidos socialistas que se propõem defender a classe trabalhadora está necessariamente ligado a essas condições históricas, determinantes para o desenrolar da luta política.

É claro que os conflitos de classe delimitam a área dentro da qual se realiza essa utilização concentrada das forças sociais antagônicas à ordem capitalista. Através do conflito de classe se tem o sistema de referência que ordena a concentração institucional das forças sociais que são contra a ordem (o “poder revolucionário” ou o “antipoder”). [ ] Quanto mais diferenciado for o regime de classes, de uma forma estrutural-funcional e histórica, mais forte é o movimento socialista e, em consequência, também mais forte é o padrão de partido socialista que corresponde, na situação histórica, a esse movimento. (1980, p. 7-9, grifo do autor).

O que podemos extrair das descrições acima é que para Florestan torna-se imprescindível para uma objetiva avaliação de determinada conjuntura política, seja ela qual for, estar ciente a respeito do tipo de relação estabelecida entre classes, movimentos, e

partidos políticos. É necessário entender o jogo de forças políticas através de suas bases sociais, porque o socialismo revolucionário não é uma “invenção” teórica, uma espécie de “cartilha” sobre como proceder para ter sucesso frente aqueles que se opõe à revolução.

Dessa forma o partido revolucionário não pode ser encarado como espaço que abrigaria primeiramente os que fossem “entendidos” em relação à “fórmula” socialista. O partido é antes de tudo a forma com que as classes trabalhadoras se colocam na cena política, assumem força política, ao dizerem por meio dessa instituição mediadora quem são e o que querem, marcando presença na política institucional, confirmando uma força social da classe proletária que já o antecede e na verdade o sustenta em sua legitimidade e compromisso político assumido a partir dela.

Para Florestan é preciso deixar claro o entendimento de que o socialismo não “nasce” de nenhum partido. A realidade dos fatos demonstra a procedência de sua argumentação, pois uma revolução de caráter popular como a ocorrida em Cuba,<sup>40</sup> demonstra que o imprescindível mesmo, é a existência de um processo de mobilização das massas revoltadas com um determinado “status quo” social.

A instituição partidária deve significar que o movimento socialista adquiriu uma base sólida suficiente para se lançar e se fazer representar na luta política. Assim o surgimento de organizações partidárias socialistas fortes está atrelado ao amadurecimento do movimento revolucionário, e este ganha corpo devido à luta historicamente estabelecida contra às forças da classe interessada em conservar o monopólio do poder político que a favorece.

Na introdução de *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, Marx observa:

[...] o progresso revolucionário abriu caminho não pelas suas conquistas tragicômicas imediatas, mas, inversamente, por ter criado uma poderosa e coesa contra-revolução, por ter criado um adversário na luta contra o qual o partido da subversão (*Umsturzpartei*) amadureceu, só então se tornando um partido verdadeiramente revolucionário. (2009, p.63).

---

<sup>40</sup> Ao comentar esse aspecto da revolução cubana, a de ser um evento ocorrido sem a necessidade imediata de um partido político, Florestan (1979, p. 110) diz o seguinte sobre os desdobramentos políticos em Cuba após 1959: “A demora, na esfera política, acabou seguindo ritmos mais lentos que na esfera econômica (os dilemas da institucionalização do poder popular podem ser avaliados pelo seguinte ponto de referência: a ORI (Organizações Revolucionárias Integradas), entidade que congregava o exército rebelde, o Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário e o Partido Social Popular, só aparece em julho de 1961 e se torna formalmente conhecida em março de 1962; o PURS (Partido Unificado da Revolução Socialista), que a substitui, é constituído em fevereiro de 1963; finalmente, o PCC (Partido Comunista de Cuba), como expressão da revolução, só surge em 1965.”

Assim, procurando apreender em sua totalidade a conjuntura do jogo político brasileiro que se delineava no dito período de “redemocratização”, Florestan recupera criativamente para suas análises e intervenções políticas as noções desenvolvidas por Marx a respeito dos partidos, das classes, e dos movimentos sociais.

No final da década de 70 e início dos anos 80 do século XX quais tipos de movimento sociais poderiam ser identificados na sociedade brasileira? Quais os segmentos que o compunham? Já se poderia falar em “classe trabalhadora” brasileira no sentido atribuído por Marx ao termo? E se a existência dessa “classe” já era um fato num país como o Brasil, que tipo de partido poderia ser destacado como portador objetivamente mais próximo das suas reivindicações, não só as de caráter mais imediato, mas principalmente as que vislumbrassem estratégias políticas focadas num projeto socialista baseado nas premissas de Marx, Engels, Lênin, e outros pensadores que constituem o campo do chamado “marxismo revolucionário”?

O total envolvimento com esses questionamentos fará com que Florestan comece a observar com interesse o PT<sup>41</sup> (Partido dos trabalhadores) como a organização partidária que surgiu e se fortaleceu na cena política com o verdadeiro apoio dos “de baixo”, fato até então inédito na história política do Brasil.<sup>42</sup>

Em seu pequeno livro *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores* (1991), Florestan faz observações sobre as condições históricas em que surgiu o PT, esforçando-se em demonstrar o que o surgimento de um partido com tais características significava em termos de mudança na estrutura da dinâmica sócio-política da sociedade brasileira.

Depois que “crise do Leste” e a “morte do socialismo” deixaram de ser novidade, os problemas vitais dos trabalhadores e dos oprimidos da periferia sobem à tona. E muda, também, o teor da discussão. **O que deu origem ao PT? A inexistência de um partido dos de baixo que pudesse atuar, simultaneamente: na criação de uma democracia que conferisse peso e voz aos trabalhadores e aos oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima; abrir a ordem existente para reformas sociais de interesse específico para**

<sup>41</sup> O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. Conf. **Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <[www.pt.org.br/arquivos/manifesto.pdf](http://www.pt.org.br/arquivos/manifesto.pdf)>

<sup>42</sup> Conf. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005** de Pedro Floriano Ribeiro. Trata-se de uma recente tese de doutoramento defendida em 2008 na Universidade Federal de São Carlos e publicada como livro em 2010. Segundo o autor o “[...] trabalho é resultado de quase oito anos de pesquisas sobre o Partido dos Trabalhadores, em um período que coincidiu com os momentos mais sensíveis da história da legenda.” (p. 13). O estudo é balizado sobretudo por uma perspectiva analítica que prioriza o PT como organização “burocrática”, e a partir desse viés descreve e explica as transformações que ocorreram na estrutura partidária, causadas pelos embates internos entre as diversas correntes petistas ao longo de 25 anos.

**os trabalhadores e os oprimidos; formar as premissas históricas de uma revolução socialista.** O PT desprende-se quer do populismo dos partidos das classes dominantes, quer do oportunismo de partidos de esquerda, que se conformavam com os papéis de **cauda da política burguesa**, pseudoprogressista e pseudodemocrática. Os objetivos decorrentes das duas alternativas levavam a nada, pois anulavam o inconformismo, o reformismo e revolucionismo dos trabalhadores e dos seus aliados orgânicos. Daí o encaminhamento de uma posição de luta que refutava o socialismo burocrático, a ditadura militar, os artifícios da burguesia reacionária ou conservadora e os propósitos espoliativos do imperialismo. Em uma situação extremamente difícil, **o PT eclodiu como a via que poderia unir os trabalhadores e seus aliados orgânicos nas várias batalhas simultâneas que deveriam enfrentar para que brotasse uma República democrática e a conquista do socialismo não se restringisse a mera retórica.** (1991, p. 10-11, grifo nosso).

É a autonomia do PT, fundada em um respectivo movimento independente dos trabalhadores, dos “de baixo”, que chama a sua atenção, apesar de não deixar de reconhecer o PT como partido que surgia sem um programa claramente fundamentado na proposta do socialismo revolucionário estabelecida por Marx e Engels,<sup>43</sup> uma característica que nunca deixou de ser objeto de reiteradas críticas de Florestan. Sendo categórico quanto a isso, chega mesmo a afirmar claramente o seguinte, quando descreve sua maior intenção com o livro *O PT em movimento*:

O socialismo comprometido com a democracia burguesa ainda é uma forma de reprodução do sistema capitalista de poder. A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos *próprios trabalhadores*. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele **engrossará as fileiras dos partidos reformistas imantados à “reforma capitalista do capitalismo”, ao “capitalismo do bem-estar social”**. Penso ser esta a principal resposta deste livro às indagações, às esperanças e às convicções que nos lançam, dentro do PT, à luta pelo socialismo proletário e revolucionário. (FERNANDES, 1989, p. 215, grifos do autor em itálico e nosso em negrito).

Apesar de observações críticas como essa, Florestan avaliava sem dúvida o PT como uma organização política que não encontrava paralelo frente aos outros partidos brasileiros que carregavam o nome de “socialista” ou “comunista”, identificados tradicionalmente com a “esquerda” brasileira<sup>44</sup>.

Sobre a relação que Florestan construirá com o PT, é preciso destacar que o sociólogo não participa do processo de fundação do partido, ele só integrará o seu quadro no ano de

<sup>43</sup> Pedro Floriano Ribeiro apresenta em seu estudo, uma lista com nada menos que quatorze correntes que integraram os quadros do partido. (*Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2010, p. 21).

<sup>44</sup> “Imprevisto pela fração governante e condutora do processo de abertura, e ausente do leque de propostas de oposição, então representada sobretudo pelo amplo MDB, o PT configurou uma **novidade** no arranjo de forças políticas advindo com a Reforma Partidária de 1979, qual seja, a ruptura com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil, fortemente enraizado em bases sociais e com uma proposta de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares.” (Meneguello, 1989, p. 21, grifo nosso).



1986, ao ser apresentado como candidato a pleitear uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte.

Em um jornal de lançamento da campanha em 1986, Florestan declara em texto as intenções que o motivaram a escolher o PT como partido capaz de abrigar a sua voz e luta por uma real democracia brasileira.

Não sou operário nem pretendo qualificar-me como equivalente do operário na condição de “trabalhador intelectual” e de “professor”. Sou um ativista marxista e me apresento como candidato a deputado federal pelo PT, ou seja, como **intelectual a serviço deste partido**. O PT possui um programa político próprio e uma plataforma constitucional. Lutarei por ambos na medida de minhas forças e com a sólida identidade proletária de um ativista marxista. Não pretendo tornar-me um “político profissional”, iniciar uma “carreira política”. A minha preferência ia na direção de uma assembléia constituinte exclusiva, que abriria as portas da elaboração da nova carta constitucional a todos os candidatos que se empenhassem por um avanço sólido e, em seguida, se desmobilizariam. **Nas atuais circunstâncias, aceitei ser candidato como uma maneira de ajudar a destruir o cerco político que se fecha sobre o PT, a partir dos estratos mais reacionários e obscurantistas da sociedade brasileira e dos remanescentes do antigo regime ditatorial, solidamente instalados no núcleo da “nova” República.** Lutar no Congresso Constituinte em nome do PT significa defender a crescente difusão do socialismo no movimento operário e, principalmente, estabelecer uma ponte entre a nova Constituição e a revolução democrática em processo. (1989, p.117, grifo nosso).

Ao aceitar o convite dos líderes do PT, Florestan já tinha seu objetivo claramente traçado, tratava-se basicamente de se aliar, enquanto intelectual marxista, aqueles que representavam naquele momento histórico a “vanguarda” social e política da sociedade brasileira. Num país como o Brasil onde as vicissitudes “esquerdistas” favoreceram e continuavam a trazer periódicos ganhos para os partidos que representavam as elites reacionárias e conservadoras, o PT era sem dúvida um “avanço”, com o qual contava, mas não alimentava “ilusões”.

No programa “Provocações”, exibido em 22 de fevereiro de 2011 pelo canal “TV Cultura”, seu filho, o jornalista Florestan Fernandes Jr. ao ser questionado sobre se **“Alguma vez seu pai lhe disse para não se iludir com o PT?”**, nos oferece um elucidativo depoimento:

**“Não, ele nunca falou isso.** O que ele me disse foi o seguinte... quando ele foi eleito deputado constituinte... o que acontece é o seguinte... **ele entra no PT depois, ele não fundou o PT.** E aí o Suplicy, o Zé Dirceu, o Lula, sempre que me encontravam na rua, eu tava fazendo matéria. Eles falavam que gostariam muito que pai fosse deputado do PT, que meu pai entrasse para o PT. E um dia o Lula pediu para marcar um encontro com meu pai. Eu falei, ‘papai ele quer marcar um encontro, e tal...’. Ele falou, ‘então tá, fala que eu topo.’ E aí foi para esse encontro. Esse encontro... o Lula, o Eduardo Suplicy, o Zé Dirceu, convidaram ele para sair candidato a

deputado constituinte, e ele aceitou. E aí na saída ele falou para mim: **‘Olha filho, eu esperei minha vida inteira por um partido de esquerda que não surgiu, e eu não tenho mais saúde para esperar mais tempo. Ou entro no PT agora, que é o partido que nesse momento está mais próximo das minhas idéias. Ou eu não vou viver a experiência de ver um Congresso Constituinte, ver como funciona esse Congresso, lá dentro. E foi por isso que eu decidi aceitar.’** Aí tempos depois, eu fui visitá-lo em Brasília, já era deputado constituinte. Eu falei para ele, **‘E aí pai, que você tá achando... do PT.’** Ele falou assim: **‘Não se iluda meu filho, eles não são de esquerda, eles são sindicalistas que querem melhorar de vida, mas isso já é um avanço.’**”(Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/provocacoes/programas/1544>, grifo nosso.)

Por isso para Florestan assumir a defesa do PT significava assumir sem romantismos na política, a luta daqueles que historicamente foram marginalizados de um espaço que pertencia quase que invariavelmente, não só aos políticos que tradicionalmente eram identificados com as “forças da ordem”, mas também a certa “*intelligentsia* de esquerda”, composta basicamente por indivíduos procedentes dos estratos médios da sociedade brasileira, que acabavam dando origem a organizações que se caracterizavam por um “idealismo radical”, sem qualquer vínculo orgânico com as camadas populares.

Na avaliação de Florestan, uma das diferenças básicas do PT com relação a esse quadro tradicional da política brasileira, era a de que o partido desenvolveu-se organicamente junto às classes trabalhadoras. Era uma organização com força popular, mas longe de carregar os traços que caracterizaram os partidos populistas, e sua maior liderança, simbolizava essa peculiar característica do PT.

Avaliando a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva como líder sindical e partidário, e o que isso representava na política nacional, Florestan observa:

Visto de fora, a primeira marca perene da presença de Luiz Inácio aparece no remanejamento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo – afirmar-se contra a ordem existente no mundo operário sem romper os limites do inconformismo aceito pelos capitalistas. Os patrões ficaram espantados com um líder sindical que formulava as reivindicações salariais e de melhoria das condições de trabalho e de maior segurança para o trabalhador sem tempestades em copo d água. Um líder operário intransigente mas que pretendia negociar sem ameaças. [ ] Os empresários logo descobriram que ele não era o “nosso homem no meio operário” e fizeram uma contramarcha de descrédito pessoal que não encontrou ressonância porque os interesses de Luiz Inácio incrustavam entre os operários e as populações pobres no vir-a-ser de classe social em si. No final, dissiparam-se as confusões de negociação aberta como vitória do patrão, o que lhe foi muito útil. [ ] Com o PT, o operário chega ao Congresso Nacional e trava batalhas cujo alcance pode ser medido pelo que conseguiu, aliado a outros partidos de esquerda ou a facções de centro-esquerda. Luiz Inácio lança-se, por essa via, a um cenário nacional ávido por ouvi-lo e por segui-lo. Suas práticas de liderança combinavam um máximo de democratismo com um mínimo de autoritarismo. (1995, p. 41-44).

Para o marxista Florestan, o PT era antes de qualquer coisa uma original sinalização política do desenvolvimento da “força histórica” que os trabalhadores vinham assumindo a partir do próprio processo de lutas contra as camadas dirigentes da burguesia, que desde o nascimento da exaltada “República” brasileira, tomaram posse do Estado como verdadeiros “donos do poder”<sup>45</sup>.

Foi esse caráter social e político diferenciado do PT que o mobilizou a se aproximar da legenda. O fundamental para Florestan, é que o Partido dos Trabalhadores surgia no cenário político brasileiro como organização objetivamente classista, capaz, de pela primeira vez na história do Brasil entrar na disputa política com força suficiente para mudar um quadro institucional historicamente conservador e reacionário.

Assim, apenas a presença do PT já bastava para significar que o “estado de coisas” na política brasileira já não era e não seria mais o mesmo. Era preciso marcar posição de independência entre os tradicionais partidos brasileiros<sup>46</sup>, se afirmar como um partido socialista de classe desvinculado da antiga prática política “esquerdista”, e ao mesmo tempo, se distinguir claramente através de seu programa político do que o sociólogo identificava como a “esquerda da burguesia” (PMDB), composta de estratos médios radicalizados da sociedade brasileira.

Ao avançar até as posições ofensivas do movimento operário, o PT terá de opor-se com firmeza ao imobilismo dos partidos burgueses da ordem e ao *radicalismo* da esquerda burguesa “nacionalista” e “progressista”, de sobrepular o cerco político e ideológico que se erguerá contra ele, proveniente dessas duas frentes, e de bater-se contra a repressão policial-militar desencadeada pelo governo. (FERNANDES, 1989, p. 158; grifo do autor.)

O “olhar” de Florestan sobre o PT era em essência marxista. O que significa isso? Significa que o sociólogo localizava a origem e o papel do partido a partir de uma perspectiva

---

<sup>45</sup> No início do escrito de título “Constituição e socialismo”, que serviu ao lançamento de sua candidatura a deputado constituinte em 1986, Florestan afirma: “Do Império à República, só conhecemos uma espécie de democracia: *a democracia dos donos do poder.*” (1989, p.119, grifo do autor).

<sup>46</sup> Encontramos em uma passagem da *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, a seguinte observação a respeito do partido operário afirmar-se como organização independente, com uma avaliação própria sobre a conjuntura política da qual ele faz parte: “Mesmo que não exista esperança alguma de triunfo, os operários devem apresentar candidatos próprios para **conservar independência**, fazer uma avaliação de forças e demonstrar abertamente a todo mundo sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido.” (MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. Mensagem do comitê central à liga dos comunistas. In **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001. p. 91, grifo nosso).

“totalizante” sobre a sociedade brasileira, em que a “luta de classes” no Brasil se configurava de modo mais claro, e o PT era, segundo a sua avaliação, uma evidência disso.

Sendo produto histórico das peculiares contradições da estrutura social do Brasil, era preciso que o PT fosse observado sob esse prisma, para que o seu papel na presente conjuntura da política nacional fosse apreendido da forma mais ampla possível.

Vejamos o que para Florestan significava a presença do PT naquela conjuntura política de um período que ficou conhecido como “transição democrática”, em que os debates estavam centralizados em temas como, “Nova República”, “Assembléia Nacional Constituinte” e “Constituição”.

O PT só pode identificar-se com as tarefas políticas que se configurem, concretamente, como as tarefas políticas do proletariado. Por isso, ele não se volta para o passado, para o conteúdo das constituições anteriores e o seu grau de “progresso” (real ou fictício). O PT é uma projeção política da luta de classes dos oprimidos e espoliados (do mesmo modo que outros partidos proletários, proclamem-se ou não anarquistas, socialistas e comunistas). Encarando a questão desse prisma, cabe ao PT fazer *tudo o que puder* (até o impossível) para que as tarefas políticas das classes trabalhadoras avancem no meio proletário, na sociedade global e, hoje, na elaboração da próxima Constituição. (Id.; Ibid.; p.123, grifo do autor).

O referencial de análise utilizado por Florestan em sua avaliação do PT tem sua matriz explicativa na sociologia política inaugurada por Marx; dessa forma o fundamento da concepção de partido que Florestan defende é atravessado na base pela teoria marxista de partido revolucionário.

O que significa dizer que para ele a discussão sobre o surgimento de possíveis organizações partidárias socialistas no Brasil, estava envolvida necessariamente por um questionamento a respeito da existência ou não, dentro da sociedade civil de grupos e movimentos de trabalhadores que assumissem a perspectiva que considerasse a luta de classes brasileira uma realidade.

Mesmo levando em conta as diferenças fundamentais na forma em que as relações capitalistas se constituíram no Brasil, algo que ele próprio como intelectual brasileiro contribuiu para explicar, em relação aos países que representavam o modo de produção capitalista “clássico”, Florestan já vinha há décadas acompanhando, como cidadão e sociólogo, a evolução política do país o suficiente para observar o PT sem maiores ilusões,

mas com um realismo capaz de perceber os traços peculiares que distinguiam aquele partido de outros na tradicional cena política conservadora do Brasil.

Em seus escritos sobre o PT, quando recupera claramente a idéia de partido comunista formulada por Marx e Engels no *Manifesto*, Florestan encara o Partido dos Trabalhadores como oportunidade histórica de ascensão dos “de baixo”, dentro de um quadro mais amplo em que visualiza tendências que não poderiam passar despercebidas pelas lideranças do partido. Coerente com o legado marxista entende que um partido classista brasileiro deveria pautar sua estratégia a partir de uma sintonia com as camadas da população que representassem os anseios mais “democráticos” possíveis em uma sociedade como a nossa.

O modo quase que “didático” com que Florestan expõe suas idéias a respeito do papel que caberia ao PT em nossa frágil realidade “democrática”, nos remete à fase de caráter mais “publicista” da obra de Marx e Engels, em que os dois buscam, através de textos com uma linguagem mais combativa, convocar a classe trabalhadora européia para uma luta sem rodeios, definitiva, contra o Estado e o capital.

O *Manifesto* é o documento em que essa radicalidade da linguagem política torna-se exemplar, ao mesmo tempo em que a teoria do partido da classe trabalhadora ganha contornos sintéticos claros e onde a organização partidária é pensada a partir do jogo de forças, estratégias e possíveis alianças com outros grupos sociais que não representavam objetivamente o proletariado.

Avaliamos então que Florestan acompanha, sobretudo na década de 1980, quando trata de questões que envolvem a política partidária no país, a lógica expositiva do *Manifesto*, a fim de trazer à luz para a classe trabalhadora do Brasil uma discussão que sintetizasse o real quadro sócio-político em que ela se encontrava.

É justamente nesse momento de encontro com o PT que Florestan intensifica seu papel de “pedagogo da revolução”, preocupando-se basicamente em produzir trabalhos sintonizados com a realidade política presente; pode-se afirmar que abraça uma retórica que dispensa as características regras do discurso acadêmico e penetra diretamente na arena de combate entre as ideologias políticas.

Centralizando sua fala no PT e na possibilidade dele vir a ser um representante da classe trabalhadora no Brasil, acaba discutindo um espectro mais amplo de questões que

envolviam a sociedade e a política brasileira, e para isso recorre diretamente à noção de partido de Marx, buscando pensá-la a partir do contexto brasileiro.

Em seu estudo sobre a gênese da teoria do partido elaborada por Marx, Michael Löwy (2002, p. 186) nos fornece uma esclarecedora explicação:

A concepção do partido de Marx, que se depreende de sua ação na liderança do Comitê de correspondência de Bruxelas e da Liga dos Comunistas, assim como de seus principais trabalhos teóricos do período de 1846-1848, é uma concepção nova tanto em relação às fases anteriores de sua evolução política – fases em que o problema organizacional ainda não estava colocado – quanto em relação às organizações operárias existentes. Também aqui Marx trabalha rumo a uma síntese que incorpora, superando-a, a experiência das sociedades secretas francesas e do movimento de massas inglês. Não é um acaso que a Liga dos Comunistas tenha sido o primeiro embrião de uma tal organização: nascida em Paris, desenvolvida em Londres, constituída por alemães, pôde acumular a experiência da vanguarda revolucionária dos principais países europeus.

Ao chamar a atenção para a idéia de partido elaborada por Marx, que se distingue das teorias partidárias daquele período marcadas pelo “sectarismo utópico” (LÖWY, 2002, p. 216), ainda diz: “Para ele, a ação do partido comunista deve se fundar justamente na *Selbsttätigkeit*<sup>47</sup> histórica do proletariado, em sua organização progressiva como classe; deve se integrar ao movimento político operário para orientá-lo rumo à ação revolucionária.” (Id.; Ibid., p.216).

Assim, em nossa avaliação, ao assumir o PT como espaço político concreto onde pudesse “abrigar” o seu socialismo, Florestan enquanto intelectual marxista estava apenas buscando entrar em sintonia com o progressivo crescimento dos movimentos classistas do seu país e, finalmente, dando continuidade a um projeto de luta socialista, interrompido (mas nunca abandonado) ainda em sua juventude quando militava clandestinamente junto aos trotskistas que combatiam o Estado Novo nos anos 40.

Norteados pela concepção marxista, o diálogo de Florestan estabelecido com o PT concordava justamente com a proposta de Marx que preconizava a integração do partido junto “ao movimento político operário para orientá-lo rumo à ação revolucionária.” Então, conseqüentemente consideramos que por ser um intelectual, Florestan entendeu que seu papel na totalidade desse processo substancialmente não distinguia da postura de Marx, que nos anos “revolucionários” da Europa do século XIX empenhou-se em responder pela função de

---

<sup>47</sup> A expressão pode ser traduzida como “autonomia” ou “independência”. Consultar o **Langenscheidt Taschenwörterbuch Portugiesisch**. Berlin: Langenscheidt, 2001.

“mediador” que esclarecesse para os trabalhadores a importância de um partido atrelado organicamente aos seus movimentos e que articulasse habilmente outras vozes que não pertenciam objetivamente à classe proletária, mas compunham uma massa de explorados também interessada em participar diretamente da luta contra as instituições que asseguravam o poder político da burguesia.

A preocupação de Florestan com o PT era, em síntese, a mesma presente em Marx e Engels ao escreverem o *Manifesto*: localizar a real importância de um partido dessa natureza dentro do movimento operário, e quais eram as táticas e estratégias mais eficientes que o transformassem em instrumento eficaz de disputa política para a classe trabalhadora. Vejamos o que os autores dizem na seguinte passagem do *Manifesto*:

Qual a relação dos comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não constituem um partido à parte, oposto aos outros partidos. Não têm interesses distintos dos interesses do conjunto do proletariado. Não propõem princípios particulares, com os quais desejariam modelar o movimento proletário. Os comunistas distinguem-se dos outros partidos proletários apenas em dois pontos: de um lado, nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns, independentes da nacionalidade, de todo o proletariado; de outro lado, nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre proletariado e burguesia, representam sempre os interesses do movimento em seu conjunto. (MARX; ENGELS, 2001, p. 59).

Quase uma década antes de candidatar-se pela legenda ao cargo de deputado constituinte e ainda sem vislumbrar o PT em seu horizonte, Florestan faz uma declaração que em nosso entendimento é muito expressiva da sua relação enquanto cientista social com a ideologia política socialista e o que dizem Marx e Engels a propósito dos “comunistas” representarem “sempre os interesses do movimento em seu conjunto”:

De uma maneira geral, devo dizer que me sinto muito insatisfeito pelo fato de que não consegui superpor os dois papéis que gostaria de preencher. Eu gostaria de ser um cientista social ao mesmo tempo vinculado com a universidade e com o socialismo. Todas as tentativas que fiz para combinar as duas coisas falharam. E falharam porque não existe movimento socialista bastante forte na sociedade brasileira que sirva de substrato e de apoio para os intelectuais que tenham uma posição socialista. **Muitas vezes, quem vê de fora a minha carreira, fica com a impressão de que eu privilegiei a ciência contra o socialismo.** É claro que isto não aconteceu. Se se levar em conta que traduzi Marx no início de minha carreira ou que, como estudante, já estava engolfado no movimento socialista clandestino percebe-se melhor quais eram as minhas intenções. **A cisão ocorreu, em grande parte, porque não havia um movimento socialista capaz de aproveitar os intelectuais no meio brasileiro de uma maneira mais consistente.** (FERNANDES, 1978, p. 77, grifo nosso).

Podemos extrair desse depoimento a consideração de que o fato de posteriormente Florestan ter ingressado nos quadros políticos do PT, apresentando-se já como candidato a deputado constituinte pela legenda, não deve ser interpretado simplesmente como expressão de uma “radical ruptura” com o Florestan “sociólogo”, alheio a um maior engajamento político.

Sua adesão ao socialismo não surge com o PT; podemos afirmar que há um processo de convergência histórica entre o engajamento do intelectual marxista com um partido que em sua avaliação mais se aproximava e simbolizava o surgimento no Brasil de “[...] um movimento socialista capaz de aproveitar os intelectuais no meio brasileiro de uma maneira mais consistente.” (Id.; Ibid.; p.77).

Florestan não poderia ser mais claro, sendo sociólogo investigou como poucos a sociedade brasileira e o tipo de “mundo político” que a caracterizava, por isso sempre teve uma postura realista, como já dissemos, sabia que a sua margem de ação como intelectual socialista era limitada, subaproveitada até aquele momento, justamente pela falta no Brasil daquele “substrato” social a que se refere.

Essa é a base com a qual os intelectuais comunistas Marx e Engels tiveram a oportunidade de dialogar concretamente em 1848 por intermédio do *Manifesto*. Ser esse veículo de mediação e “publicização” das idéias socialistas, tal como o próprio Marx, sempre foi um desejo e uma convicção de Florestan, mas o mesmo era ciente da histórica ausência de uma massa trabalhadores capaz de se organizar em movimentos políticos independentes. O socialista Florestan afligia-se por não focalizar claramente ainda no país uma classe que se constituísse em espaço social concreto com susceptibilidade suficiente para absorver seus “manifestos”.

Sua fala reflete um sentimento de isolamento político, com o qual teve que lidar desde a “escolha” feita pelo “jovem” Florestan, ainda na década de 40, em direção à academia. Ser socialista em um país como o Brasil era lidar com esse sentimento de frustração, que apesar de nunca o ter impedido de intervir em questões de interesse público, como a campanha pela educação nos anos 60, que era próprio de alguém que sempre avaliou objetivamente as condições históricas em que se fundou as relações sociais e políticas de seu país.



O “racionalismo” de Florestan de certa forma nunca permitiu que ele se deslumbrasse com qualquer “sinal” repentino de “movimento socialista” na sociedade brasileira, desde cedo compreendeu que esta é por demais complexa em sua composição sócio-política para admitir “ilusões” políticas a respeito de eventuais manifestações “revolucionárias”, tradicionalmente circunscritas a pequenos círculos intelectualizados de classe média sem qualquer ligação orgânica com os “de baixo”.

À primeira vista essa postura poderia apressadamente nos levar a apontar um “pessimismo” no olhar de Florestan sobre o arranjo das forças políticas brasileiras no contexto da “redemocratização” e nos rumos que, segundo ele, o PT deveria ou não tomar diante daquela conjuntura.

É o que podemos inferir quando o mesmo faz afirmações como as que transcrevemos a seguir, em entrevista concedida em 22 de janeiro de 1986 ao jornal *Folha de S. Paulo*:

O Congresso Constituinte, tal como foi convocado, é uma tentativa de aplinar o caminho para as forças conservadoras. Houve um amplo debate no Congresso que poderia ter levado à convocação de uma Assembléia Constituinte exclusiva. E esse debate responde a pressões de várias organizações sociais importantes, visando a retirar o processo de elaboração da Constituição do monopólio dos políticos profissionais. [ ] A Assembléia Constituinte não foi convocada porque os militares não deixaram essa porta aberta, como deixou entrever o próprio Ulysses Guimarães. Portanto, o problema central é que há uma continuidade natural entre o atual governo e os governos anteriores. [ ] É evidente que não havia uma organização política das massas, porque senão o desfecho teria sido outro. Se houvesse uma organização mais forte dos setores que se mantiveram à margem da negociação, a saída poderia ter sido propriamente revolucionária no sentido específico. [ ] Ele está se tornando. (respondendo sobre o crescimento do PT como partido de massa). Mas é preciso distinguir os meios que são perseguidos para que um partido cresça. **Eu pessoalmente não sou favorável à social-democratização, que descaracteriza um partido de trabalhadores.** [ ] Eu tenho a impressão de que um partido de trabalhadores deve ser firmemente proletário no seu socialismo. [ ] Dentro do PT há várias correntes, umas mais avançadas, outras menos. Não quero travar polêmica com as correntes que existem dentro do partido ao qual me filiei. (FERNANDES, 1989, p. 162-166, grifo nosso).

É interessante notar a partir destas declarações que para Florestan as questões sobre socialismo, democracia e partido se articulavam. O essencial a ser respondido encontrava-se em questionamentos da seguinte ordem: Quais eram os reais protagonistas que conduziam o processo “democrático”, via “Assembléia constituinte”? Os “de baixo”? Podia-se vaticinar o PT como partido socialista que conduziria a sua estratégia política de longo prazo balizado por uma pauta legítima dos movimentos organizados dos trabalhadores brasileiros?

Entendemos que ao lançar essas perguntas Florestan não era “pessimista” quanto ao futuro da democracia e do PT como partido socialista capaz de abrigar os movimentos de massa presentes na sociedade brasileira que tencionavam revolucioná-la a partir “de baixo”. Indo na “contramão” do movimento iniciado no período de “reabertura” por parte de intelectuais que compunha a *intelligentsia* de esquerda, que assumiu a “democracia” como “valor universal” e abandonou a proposta contida no socialismo marxista, Florestan na verdade apenas manteve-se em sua posição de origem.

A partir dela observava a direção tomada pela conjuntura política formada pelo PT e os outros partidos, com a cautela e a suspeita de um marxista brasileiro que tinha adquirido através de investigações profundas a respeito dos tipos de relações constituintes da complexa sociedade de seu país, a noção de que a política e as instituições envolvidas por ela, exigiam uma avaliação que as inserisse na escala ampliada do “tempo histórico” necessário para formação de fenômenos como uma classe de trabalhadores organizada politicamente e ciente de sua força partidária.

Em meados da década de 1980, Florestan, mesmo não concordando, já considerava nitidamente o processo de “social-democratização” do PT como uma direção possível a ser tomada pelo partido, (o que num certo sentido ocorreu). Estava preocupado, sobretudo com a autonomia do partido frente a outras organizações tradicionalmente identificadas com o bloco político da “esquerda brasileira” e sua auto-afirmação como organização política socialista liderada por trabalhadores, quando dirigia suas críticas a qualquer sinal de mudança de discurso por parte dos representantes da legenda que demonstrassem uma aproximação com as teses do socialismo “reformista”.

Mas então, uma indagação que consideramos central a respeito da relação desenvolvida por Florestan com o PT, se impõe: por que um intelectual, convictamente “marxista”, resolve integrar-se (já como candidato) aos quadros de um partido no qual ele mesmo reconhece traços de uma tática política “social-democrata”?

Na mesma entrevista já citada continuemos a acompanhar suas respostas a questões que tocam nesse ponto.

**(Folha)** *O senhor vai defender o socialismo revolucionário se eleito ao Congresso Constituinte?* Existem duas coisas: uma é a minha convicção como marxista a respeito da natureza de uma revolução proletária. Outra coisa é a revolução democrática ao alcance das mãos das massas populares no Brasil. **Se falo em revolução democrática, é com o intuito de a distinguir de “transição democrática”.** A revolução democrática significa colocar no centro do processo os estratos da população que sempre foram excluídos, como os trabalhadores do campo e da cidade, e todos aqueles que não têm peso e voz na sociedade civil. **(Folha)** *Os trabalhadores têm hoje vários partidos que os representam, inclusive o PT.* Sim, eles têm vários partidos, embora **o PT seja o que manteve a linha política de maior coerência**, de maior independência em relação às pressões conservadoras. **(Folha)** *O PT é um partido reformista?* Na última campanha eleitoral, a propaganda política do PT resvalou muito por aí. Eu, como marxista, tenho uma posição mais firme. **(Folha)** *A que aspectos da campanha especificamente se dirige sua crítica?* Ao tipo de propaganda que se fez pela televisão e à **tentativa de dar um ar muito civilizado às pretensões das classes trabalhadoras, suavizar o impacto daquilo que é fundamental a elas.** (FERNANDES, 1989, p. 165-166, grifo nosso)

Observando que Florestan sempre deixou claro desde o início de sua entrada no PT estar ali como “marxista”, acreditamos então que a tentativa de buscar-se uma resposta à indagação a respeito de uma possível contradição na decisão tomada por ele em escolher o PT, um partido no qual afinal de contas identificava um “flerte” com as estratégias políticas características do socialismo “reformista”, pode ser da maior utilidade como complemento fundamental na argumentação que compõe o desenvolvimento da investigação sugerida neste trabalho.

Dito isto, buscaremos respostas nas teses marxianas sobre a relação do comunista - um intelectual a apoiar os partidos das classes trabalhadoras já existentes - com os “partidos proletários”, dois elementos fundamentais na construção coerente da teoria revolucionária de Marx. Para intermediar esse diálogo entre Marx e Florestan também continuaremos a fazer uso das explicações presentes no estudo de Michael Löwy sobre a idéia de revolução na obra de Marx.

Conforme antes já colocado, o comunista Florestan buscou simplesmente uma “aliança” com aquele “novato” partido, não com a finalidade dessa organização lhe servir de instrumento para adentrar como “calouro”<sup>48</sup> no universo institucional da política; sua intenção ao compor essa “aliança” era justamente o contrário: servir intelectualmente como instrumento de articulação entre o partido e a massa dos “de baixo”, historicamente interessada em uma “revolução democrática” brasileira.

---

<sup>48</sup> “Eu talvez seja o ‘calouro’ mais velho desta casa, e sinto-me honrado em estar nesta condição de um ‘calouro’ com 66 anos.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Florestan Fernandes**: o mestre. Brasília: TV Câmara, 2004. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/tv/materias/DOCUMENTARIOS/162709-FLORESTAN-FERNANDES---O-MESTRE.html>).

Com isso, Florestan estava recuperando a proposta contida no *Manifesto*, que traz em seu argumento central a idéia da “aliança” entre os comunistas e os partidos proletários já formados. Marx e Engels se apresentaram como intelectuais interessados em fortalecer um movimento social de uma classe trabalhadora já existente, e descrevem uma luta sócio-política como uma realidade já configurada, independente deles.

Claro que não negligenciamos a participação do intelectual na luta política dos trabalhadores, mas como fato histórico, esta não depende fundamentalmente em sua dinâmica da sua presença e seus ensinamentos “teóricos” a respeito das melhores e mais apropriadas “fórmulas” de participação política. Por isso, é tarefa do comunista apresentar-se como “teórico” que contribui na consolidação e direção dos movimentos e partidos, ao oferecer aos trabalhadores uma visão objetiva do quadro de relações político-partidárias do qual ele mesmo participa, junto com a classe à qual organicamente se vincula.

Compreendendo que a mensagem básica do *Manifesto* encontrava-se na idéia de que nenhum intelectual comunista, enquanto indivíduo, “inventa” qualquer tipo de movimento social e político, Florestan sempre fez questão de sublinhar com “tintas fortes” que o seu papel no PT dentro daquela conjuntura política, era o de um intelectual a serviço da construção de um partido de classe autônomo e independente.

Para Florestan não havia contradição em defender no parlamento “burguês” a “revolução democrática”, aquela que segundo ele estava “ao alcance das mãos das massas populares no Brasil”, porque o marxista não é um “sectário”, é alguém que aprende com as “lições” concretas do movimento histórico que é preciso estar aberto desde sempre a compor “alianças”, que se mostrem vantajosas para o crescimento real de movimentos sociais que efetivamente lutam por uma ampliação do “espaço democrático”.

Sua tarefa central estava sintetizada em ser a “voz” no Congresso, através da legenda petista, dos “interesses do movimento em seu conjunto” porque, “[...] os comunistas constituem a parte mais resoluta dos partidos operários de todos os países, a parte que impulsiona sempre mais avante;” (MARX e ENGELS, 2001, p. 59).

Como já esclarecido nos depoimentos anteriores, Florestan tinha a exata medida de que sua contribuição era a de um indivíduo que tinha, “[...] sobre a restante massa do proletariado a vantagem de uma compreensão das condições, do andamento e dos resultados

gerais do movimento proletário.” (MARX e ENGELS, 2001, p. 59). Mas, como é bem frisado no *Manifesto*, estava consciente por experiência própria, que era um tipo de “vantagem teórica” que se mostrava quase nula diante do que tinha sido até ali, os movimentos e partidos socialistas brasileiros.

Naqueles anos juvenis de militância trotskista já tinha aprendido com Marx que a “teoria” política não tem relevância objetiva, se não for considerada nada mais do que a elaboração intelectual de uma tarefa que “[...] só aparece onde as condições materiais de existência de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir.” (1974, p. 136).

O que o PT vinha sinalizando para Florestan era o surgimento, pela primeira vez no Brasil, de uma conjuntura que reunia justamente “as condições materiais” descritas por Marx. Aderir ao PT significava para o sociólogo comunista, estar na “vanguarda” desse movimento democrático que propunha uma mudança profunda nas relações sociais e de poder que constituíam a sociedade e a política brasileira. A decisão de Florestan de participar de forma definitiva do jogo “real” das instituições políticas, defendendo um partido que criticava por não ter programa e projeto políticos estabelecidos claramente em bases socialistas, é coerente e concorda com os argumentos presentes no *Manifesto*, a propósito das “alianças” entre os comunistas e os outros partidos.

Michael Löwy extrai explicações da gênese da teoria político-partidária de marxista, a partir da análise de pontos que considera essenciais presentes nas argumentações de Marx, nos anos de 1846-1848, quando surgiram organizações “proto-comunistas” como o *Comitê de Correspondência Comunista*<sup>49</sup>, a *Liga dos Comunistas* e o *Manifesto Comunista*, documento que condensa as idéias marxianas sobre o partido político comunista.

---

<sup>49</sup> “O Comitê de Correspondência Comunista, constituído em Bruxelas em fevereiro de 1846, é a *primeira organização política* criada por Marx e Engels. [ ] O centro motor do Comitê era, evidentemente, o grupo de Bruxelas, diretamente orientado por Marx e Engels e essencialmente composto por refugiados alemães; ali eram encontrados sobretudo intelectuais, escritores e jornalistas como L. Heilberg, F. Wolff, S. Seiler, G. Weerth, mas também alguns artesãos como o tipógrafo S. Born e alguns belgas como P. Gigot. E. Von Westphalen, cunhado de Marx, e Wilhelm Weitling também participaram, mas por pouco tempo. Imediatamente após a sua criação, o Comitê de Bruxelas empenhou-se num combate intelectual e político impiedoso contra a penetração do ‘verdadeiro socialismo’ e a persistência do ‘comunismo artesanal’ no movimento operário alemão.” (LÖWY, 2002, p. 186-188, grifo do autor).

[...] a ação de Marx durante o período de 1846-1848 é precisamente a atividade crítico-prática preconizada pelas *Teses sobre Feuerbach*: cada decisão prática bem como toda carta, circular ou discurso são *teoricamente significativos*. Essa atividade tem um fim definido: formar uma vanguarda comunista, livre do socialismo utópico, “verdadeiro”, conspirativo, artesanal ou “sentimental”; constituir em escala internacional, e antes de tudo na Alemanha, um partido comunista revolucionário e “científico”, que deve ser teoricamente coerente sem se tornar uma seita apartada das massas proletárias. [ ] A atividade do comitê de correspondência de Bruxelas para constituir um verdadeiro partido comunista alemão não se limitava, longe disso, unicamente ao trabalho político na direção da Liga dos Justos e dos exilados alemães. Diversos contatos foram estabelecidos, na Alemanha mesmo, com indivíduos e grupos comunistas que organizaram, aqui e ali, comitês de ligação regular com Bruxelas. (2002, p. 186-193, grifo do autor).

Percebemos que a “novidade” da concepção de Marx é pensar e fazer do comunismo uma organização política que não seja “apartada das massas”. Esses anos são definitivos para que Marx evolua para uma síntese teórica que concebe o comunismo como um movimento intelectual-material, único, em suas dimensões teórico e prática. A tese do “partido comunista” é no fundo o fruto desse esforço de promover um “diálogo histórico” consciente entre os formuladores do discurso teórico político com as massas que são sua base real.

O processo descrito por Löwy aponta para a ruptura que Marx promoveria no campo das ideologias políticas quando é levado a elaborar, a partir do seu pertencimento ao “quadro” histórico que delineava aquela conjuntura social “revolucionária”, própria da Europa ocidental na década de 40 do século XIX, a idéia de um partido que não deixasse de ser uma “organização” política, mas que não fosse uma criação de “ideólogos”.

Esse conjunto fluido e desarticulado já constitui um *partido*? As referências freqüentes ao “partido, encontradas nessa correspondência entre Alemanha e Bruxelas, parecem sugeri-lo. Por exemplo, Weydemeyer, em suas cartas de 1846 a Marx, fala das “gentes de nosso Partido”, dos “interesses do Partido”, do “dinheiro do Partido”, dos “objetivos do partido”, etc. Entretanto, numa carta de agosto de 1846, Bernays, antigo jornalista do *Vorwärts*, amigo e discípulo de Marx, refugiado na França, lhe faz uma pergunta angustiada que mostra o caráter vago e indeterminado desse “partido”: “Mas quem somos? Quem constitui o núcleo de nosso partido?” Por fim, a carta de Marx a Annenkov, dezembro de 1846, indica que para ele o “partido” ainda não era algo organizado e preciso, mas simplesmente a expressão do comunismo alemão enquanto corrente política muito heterogênea e contraditória: “E quanto ao nosso próprio partido, não somente ele é pobre como uma grande fração do partido comunista alemão me censura porque me oponho a suas utopias e declamações.” **Para Marx e para o Comitê de Bruxelas, uma das tarefas essenciais é precisamente ajudar o comunismo alemão a ultrapassar esse estado informe de simples corrente de idéias – como o “partido” do “verdadeiro socialismo” e os outros “partidos” filosóficos – para se tornar uma organização estruturada e ativa.** Como chegar a isso? A circular do Comitê de correspondência comunista a G.A. Kottgen, datada de 15 de junho de 1846 e assinada por Marx, Engels, Gigot, F. Wolff – sendo o primeiro, sem dúvida, o autor -, mostra-nos, pela primeira vez, como Marx concebe o processo de constituição de um partido comunista. Antes de mais nada, a circular constata a ausência de um “partido comunista forte e organizado” na Alemanha e, em resposta à sugestão de Kottgen sobre a realização de um congresso, apresenta a seguinte proposição:

“Consideramos que um congresso comunista ainda seria prematuro. Somente quando, em toda a Alemanha, estiverem constituídas associações comunistas e forem reunidos meios de ação é que os delegados das diversas associações poderão se reunir em congresso, com possibilidades de sucesso. Isto não poderá se realizar antes do próximo ano”. A significação desse projeto é inteiramente clara: **Marx compreende o andamento de construção de um partido comunista como um movimento que vai de baixo para cima, da base até o cume, da periferia ao centro.** É verdade que esse programa de organização se refere apenas à situação na Alemanha, em 1846, e que é preciso evitar generalizações apressadas; permanece entretanto que esse texto é o primeiro em que Marx encara, em termos concretos e precisos, os problemas da organização do partido comunista alemão e as soluções, que propõe, não estão em contradição, muito pelo contrário, com suas concepções de conjunto sobre a revolução e o comunismo. (2002, p. 193-194, grifo do autor em itálico e nosso em negrito).

Como bem descreve Löwy, dois anos antes da publicação do *Manifesto*, as interlocuções de Marx com outros intelectuais comunistas que integravam o seu círculo de relações, e os questionamentos direcionados a ele como figura de liderança política a propósito do que afinal significaria o “partido comunista”, já nos permitem inferir que o que caracteriza nuclearmente a idéia marxista de partido estava delineado.

O traço fundamental do Partido dos Trabalhadores que mereceu a atenção de Florestan foi certamente esse, descrito por Löwy como a base do pensamento partidário de Marx: o de ser uma organização de massa que surge do “movimento que vai *de baixo para cima*”. O PT para Florestan foi isso: um partido que tinha força exatamente nos “de baixo”, não foi produto da *intelligentsia* brasileira, mas uma organização composta por trabalhadores.

Era óbvio que o PT não era propriamente um partido com estratégias políticas pautadas no socialismo revolucionário, o que certamente mais se aproximaria de suas convicções, estava longe disso. Como vimos, Florestan nunca se “iludiu” com isso em nenhum momento. Mas a questão essencial não era essa, o essencial para ele já estava posto, era o que Marx havia apontado há quase cento e cinquenta anos atrás: um “partido” que é nada mais que o “espelho” de um movimento político de uma massa organizada de trabalhadores.

Um “marxista” (para Florestan o termo continha o mesmo significado de “comunista”) não é um “romântico”, aliás, uma das contribuições de Marx para o pensamento político moderno foi justamente ter rompido através da tese do “partido comunista” com a tradição burguesa de teorias “salvacionistas” e seus representantes conservadores e os “socialistas” que o antecederam. Estas duas últimas correntes, apesar das diferenças, convergiam no básico:

consideravam a massa “amorfa”, incapaz de reconhecer seus direitos e representar a si mesma por meio de qualquer organização.

Assim, tanto os pensadores “burgueses” quanto os “socialistas”, elaboravam teses centradas em alguma espécie de “salvação” ou “salvador” que reunisse “qualidades únicas”, que os capacitassem a “melhorar” ou até mesmo “libertar” os “pobres” do “sofrimento”; conseqüentemente acabavam por idealizar o “partido” muito mais como uma associação de “notáveis”, capazes de liderar a massa “naturalmente” desprovida de qualquer senso de organização, do que como um aparelho de representação ativa na luta dos trabalhadores.

Sobre a infra-estrutura da propriedade privada e das leis do mercado capitalista se constrói assim o mito do supremo salvador, encarnação da virtude pública diante da corrupção, do particularismo dos indivíduos, demiurgo da história que rompe a cadeia do fatalismo; herói sobre-humano que liberta os homens e “constitui” o novo Estado. Implícita ou explicitamente, este mito figura na maior parte das doutrinas políticas da burguesia em desenvolvimento: para Maquiavel ele é o “Príncipe”; para Hobbes, o “Soberano Absoluto”; para Voltaire, o déspota “esclarecido”; para Rousseau, o “Legislador”; para Carlyle, o “Herói”. Os puritanos ingleses do século XVIII acreditavam tê-lo encontrado no “Lord Protector” (Cromwell), os Jacobinos no “Incorruptível”, os bonapartistas no Imperador. “A alma do mundo sobre um cavalo”, escrevia Hegel acerca de Napoleão, resumindo numa frase genial toda a estrutura da mitologia burguesa do “Salvador”: o Verbo se fez Carne, as forças imensas e incontroláveis da história se incarnam (sic) em um Ser Superior personificado. [ ] Na história do movimento operário e do socialismo moderno, o período de 1789 a 1830 é uma fase de transição entre o “messianismo burguês” e a idéia da auto-emancipação operária, transição que se manifesta sob duas formas características: o socialismo utópico e as sociedades secretas (sem falar, evidentemente, na adesão de camadas de trabalhadores ao jacobinismo e ao bonapartismo, prolongamento mais ou menos direto do mito burguês na classe operária). Analisando as condições dessa época, Engels notava que “o proletariado, que começava somente a se desvincular dessas massas não possuidoras como origem de uma nova classe, ainda inteiramente incapaz de uma ação independente, apresentava-se como uma ordem oprimida, sofredora, que, em sua incapacidade de ajudar a si mesma, podia no máximo receber uma ajuda de fora, do alto”. É precisamente essa ajuda “do alto” que querem trazer os socialistas utópicos, que se apresentam como portadores da Verdade, Messias libertadores da humanidade (Fourier), “Novos Cristos” (S. Simon) ou que apelam aos Príncipes para que outorguem a emancipação dos povos: S. Simon escreve ao czar Alexandre I, a Luís XVIII e à Santa Aliança; Fourier se dirige a Napoleão, Luís XVII e Luís Felipe; Owen publica um manifesto para o congresso da Santa Aliança em Aix-la-Chapelle. Essa estrutura ideológica se distingue do messianismo burguês apenas pelo conteúdo do programa emancipador; e é justamente a inadequação do conteúdo comunista e da forma burguesa que dá a essas tentativas seu aspecto utópico e ingênuo. Com toda a razão, a burguesia podia confiar a um Napoleão a defesa de seus interesses; em compensação, parece estranho esperar a libertação do proletariado vir do czar Alexandre I. O mito burguês é “realista”, o dos primeiros socialistas é “utópico”. (LÖWY, 2002, p. 43-45).

A resposta original de Marx como pensador e ativista político a esse panorama apresentado por Löwy foi justamente elaborar uma idéia de “partido” derivada da categoria “totalidade”, central em seu pensamento. O conceito de organização política ganha com Marx



um aspecto dinâmico, onde o “partido” deixa de ser sinônimo de instituição sectária composta e liderada por “ideólogos” que atribuíam as massas populares, o papel de serem somente o lado “instrumental”, “prático”, dos eventos políticos.

A teoria do “partido” de Marx supera uma tese de fundo, que apesar das diversas formas assumidas, tinha até então um ponto de concordância entre pensadores políticos que compunham um círculo histórico que ia de Aristóteles à Maquiavel. Trata-se de um princípio elitista de análise em que se explica a política e as instituições que a envolvem em geral, a partir de um procedimento que promove a separação entre alguns homens que seriam mais “políticos”, e o restante que compõe o que indistintamente se denomina a “massa” “despolitizada” da sociedade.

Marx, ao formular a tese de que “Os comunistas não são um partido especial perante os outros partidos operários, são a fração mais resoluta dos partidos de todos os países, etc.” (LÖWY, 2002, p. 199-200), desconstrói o discurso desse elitismo dicotômico promovido por uma histórica tradição intelectual que implícita e explicitamente, atribuíam a si mesma, propriedades “naturais” que a colocava idealmente em nível de “superioridade”, sobre os demais homens “comuns”, no entendimento da “arte política”.

Ao demonstrar o “idealismo” por trás desse pensamento que pressupõe como fato a idéia de que a política é uma “atividade” ou uma “área” a qual “poucos” homens estão destinados a participar ou mesmo “compreender”, Marx inaugura e condensa com sua noção de “partido” uma forma sistemática e “realista” de abordar a relação entre intelectuais e política. Compreendendo que “[...] o partido comunista não pode tampouco desempenhar o papel do chefe jacobino ou da sociedade conspirativa babovista [...]”, o definindo como uma organização que “[...] não pode se erigir acima das massas e ‘fazer a revolução’ no lugar delas.”, (LÖWY, 2002, p. 209), combate todo tipo de sectarismo político do período já citado.

Assim, Marx busca “[...] ultrapassar a divisão do movimento comunista entre a conspiração e a ‘propaganda pacífica’ através da criação de um partido que não seja nem uma seita artesã limitada nem um pseudo-partido de filósofos pequeno-burgueses.” (LÖWY, 2002, p. 208).

O “comunista” Florestan nunca esperou por um partido “ideal”, como muitos de sua geração, que liderasse de forma “correta” os “de baixo” da sociedade brasileira. Seus

questionamentos sempre foram, no sentido de apontar o histórico “sectarismo” descrito por Marx, dos partidos que compunham a “esquerda” brasileira. Não só como estudioso, mas por experiência própria, criticava a falta de qualquer ligação orgânica desses partidos com o “povo” brasileiro.

A frustração do “comunista” resultava da constatação do “sociólogo” sobre o fato de cada uma das legendas lideradas por indivíduos, em sua maioria de origem “pequeno burguesa”, pretendia fazer sua revolução “particular”, “no lugar das massas”. Observava que a história política do Brasil era marcada muito mais por disputas intra-elites, protagonizadas por grupos que buscavam a “revolução do alto”, sem qualquer participação decisiva da “massa popular” brasileira.

Desde cedo tinha aprendido a lição definitiva do pensamento revolucionário de Marx: revoluções são eventos provocados por movimentos sociais que adquirem uma força histórica e uma dinâmica própria, que independem essencialmente de “partidos” criados por grupos de indivíduos em particular, até mesmo de intelectuais como Marx e Florestan.

Explicamos: não é que a contribuição de Marx e Florestan foi algo “menor”, para o que ocorreu nos principais países da Europa em meados do século XIX, e no Brasil do período “pós-ditadura”, ao contrário. Mas, o que a nosso ver é digno de nota, é que tanto Marx quanto Florestan foram capazes de localizarem seus papéis nas respectivas “totalidades” às quais pertenceram como indivíduos, pois, comunista é aquele que a partir dessa auto-compreensão da função que lhe cabe na “totalidade” da estrutura social a qual pertence, colocando-se como aliado dos movimentos e, ser for necessário, dos partidos que concretamente possuem uma conexão orgânica com uma massa também auto-consciente de sua potencial capacidade de transformação dessa mesma totalidade.

A relação de Florestan com o PT não poderia ter sido outra, foi realista. Pôs em evidência o seu marxismo como uma *Weltanschauung*, onde a dimensão sociológica, que o possibilitou analisar o PT sem “romantismos”, mas precisamente pelo que aquela organização significava naquele momento histórico, reforçou a dimensão política, que o levou a representar a legenda no parlamento.

Florestan entendia que a sua presença no Congresso, naquele momento de elaboração de uma nova Constituição para o país, era a maior contribuição possível que um marxista

brasileiro poderia oferecer aos “de baixo”. Assumia o papel concreto que lhe cabia naquela conjuntura, de “fração mais resoluta” do PT e do movimento nacional que estava por trás dele.

Entendendo o parlamento Constituinte como uma extensão da luta de classes no Brasil, Florestan fez das suas falas, intervenções, e projetos de lei na Câmara um permanente combate em defesa dos excluídos da “democracia” brasileira. E da tribuna explicou em seu discurso de estréia a aparente “contradição” de um marxista declarado em ali estar para colaborar na elaboração de uma Constituição “burguesa”.

Estamos aqui para elaborar uma Constituição para hoje, e para os próximos vinte e cinco ou cinquenta anos. Nós estamos em uma situação extrema, a nossa burguesia ganhou uma oportunidade histórica nova, e **torna-se estranho que eu, marxista, venha aqui defender a validade de uma Constituição burguesa e a renovação de uma Constituição burguesa. Mas esses são os fatos históricos da nossa evolução, e contra fatos inexoráveis, não há como fugir.** (FERNANDES, 2004, grifo nosso)

Como explicar a presença de um declarado marxista, logo como deputado Constituinte, no parlamento? Uma instituição que especialmente no caso brasileiro o cientista social Florestan sempre considerou em essência “conservadora”, “espelho” representativo dos “donos do poder” no Brasil. Afinal, assumindo agora a condição de homem “político”, Florestan não estaria contradizendo o marxismo?

Só observa esse momento de sua trajetória como algo “estranho”, quem faz uma leitura descuidada dos escritos de Marx que dizem respeito particularmente à relação dos “comunistas” com a política instituída. Ao não partilhar do “sectarismo” presente nas outras teorias políticas, Marx propõe que os “comunistas” avaliem o movimento real que constitui a estrutura da sociedade onde vivem, para que conseqüentemente avaliem e localizem o espaço em que podem prestar a sua máxima contribuição à classe trabalhadora. A questão não é “esperar” pela formação de um órgão burocrático de representação política dos trabalhadores, o fundamental está em contribuir para um real fortalecimento político da classe, dentro das possibilidades inscritas na realidade conjuntural, composta pelos “fatos inexoráveis” destacados por Florestan.

Dessa fala podemos extrair mais uma vez a coerência de Florestan com o “realismo” característico da visão marxista sobre os processos que se desenrolam na sociedade e no cenário político. Marx não apregoou nenhuma “fórmula” revolucionária, e o *Manifesto* não é uma “cartilha” política que aponta as táticas e estratégias “corretas” que conduzem à

revolução. Não só a partir desse discurso, mas de um acompanhamento de toda sua trajetória intelectual, percebe-se que Florestan nunca se deixou influenciar pela interpretação simplista e mecânica do “marxismo vulgar”, que interpreta a obra de Marx de forma desconexa com a realidade dos processos sociais, e conseqüentemente contribui para que se atribua à teoria revolucionária de Marx um determinismo que ela essencialmente não tem.

A leitura de Florestan da obra de Marx é embasada na compreensão de que as teses políticas marxianas fundamentais são produtos da participação do intelectual Marx como homem “político”, em movimentos sociais de trabalhadores contemporâneos a ele. Florestan assume a cadeira no parlamento pelo PT por um período de oito anos, tendo como eixo orientador para sua atuação nas comissões que definem a legislação do país, o princípio geral de ação política dos comunistas preconizado pelo *Manifesto*: aliar-se aos partidos que representassem a “vanguarda” concreta do movimento democrático conduzido em sua base por uma massa de trabalhadores.

Sobre a “estranheza” do fato de um comunista encontrar-se na posição de “parlamentar”, defendendo uma Constituição “burguesa”, dizemos o seguinte: a priori, mesmo descrevendo a revolução comunista como um projeto sócio-político da classe trabalhadora que declara a necessidade da “extinção do Estado” como uma das metas para a “sociedade sem classes”, Marx e Engels não rejeitaram o parlamento como se a assembléia fosse um tipo de espaço “dispensável”, “impróprio”, para uma eficiente estratégia política por parte dos comunistas e dos trabalhadores, ao contrário.

A idéia de “revolução democrática” de Florestan abrange a luta parlamentar justamente porque se baseia nos seguintes argumentos do *Manifesto*:

Os comunistas lutam para alcançar os interesses e os objetivos imediatos da classe operária, mas no movimento presente representam ao mesmo tempo o futuro do movimento. [ ] Numa palavra, em todas as partes os comunistas apóiam todo movimento revolucionário contra as condições sociais e políticas existentes. (MARX e ENGELS, 2001, p. 81- 82).

Estar no parlamento significava lutar “contra as condições sociais e políticas existentes” no Brasil, servir a *revolução dentro da ordem*, convertendo-se em canal direto de intervenção política dos trabalhadores. Um “revolucionário” marxista atualiza a sua luta ao quadro e ao tempo presente, rejeitando o isolamento infantil por compreender que essa é a postura do intelectual “idealista”, e que acaba resultando em esterilidade no campo político.

A luta de classes para a teoria revolucionária marxista também inclui o parlamento, como possível espaço de luta da classe trabalhadora a ser alcançado pelo voto, outra instituição fundamental no funcionamento do sistema político “burguês”. Engels já abordava esse ponto importante quando na “Introdução” de 1895 de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, fez um diagnóstico da situação política alemã no final do século XIX, e demonstrou como os operários alemães aprenderam historicamente a se articular com as regras de disputas de poder instituídas.

De acordo com Engels, o que resultou dessa participação dos trabalhadores no “jogo” instituído pelas classes dominantes da Alemanha, foi um evidente crescimento do partido social-democrata, dentro do espaço “legal” de disputa política, que acabou se beneficiando das possibilidades de conseguir o apoio das massas usando os meios “legais” disponibilizados pelo aparato jurídico-político alemão.

Já o *Manifesto comunista* tinha proclamado a luta pelo direito de voto, pela democracia, uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante, e Lassalle retomara esse ponto. Quando Bismarck se viu obrigado a introduzir o direito de voto como único meio de interessar as massas populares pelos seus planos, os nossos operários tomaram imediatamente a coisa a sério e enviaram August Bebel para o primeiro *Reichstag* [Parlamento-alemão] Constituinte. E, desde esse dia, têm utilizado o direito de voto de um modo que lhes tem sido útil de mil maneiras e servido de modelo aos operários de todos os países. Para utilizar as palavras do programa marxista francês, transformaram o direito de voto, “de moyen de duperie qu’il a été jusqu’ici, em instrument d’émancipation” – de **um meio de logro que tinha sido até aqui, em instrumento de emancipação**. E se o sufrágio universal não tivesse oferecido qualquer outro ganho além de nos permitir, de três em três anos, contar quanto somos; de, pelo aumento do número de votos inesperadamente rápido e regularmente constatado, aumentar em igual medida a certeza da vitória dos operários e do pavor dos seus adversários, tornando-se assim no nosso melhor meio de propaganda; a de nos informar com precisão sobre as nossas próprias forças, assim como sobre as de todos os partidos adversários e, desse modo, nos fornecer uma medida sem paralelo para as proporções da nossa ação e nos podermos precaver contra a timidez e a temeridade inoportunas; se fosse essa a única vantagem do sufrágio universal, isso já era mais que suficiente. Mas tem muitas outras. **Na agitação da campanha eleitoral, forneceu-nos um meio ímpar de entrarmos em contato com as massas populares em que elas ainda se encontram distantes de nós e de obrigar todos os partidos a defender perante todo o povo as suas concepções e ações face aos nossos ataques; além disso, abriu aos nossos representantes uma tribuna no *Reichstag*, de onde podiam dirigir-se aos seus adversários no Parlamento e às massas fora dele com uma autoridade e uma liberdade totalmente diferentes das que se tem na imprensa e nos comícios. De que serviu ao governo e à burguesia a sua lei anti-socialista, se a agitação durante a campanha eleitoral e os discursos socialistas no *Reichstag* nela abriam brechas continuamente? Com essa utilização vitoriosa do sufrágio universal, entrara em ação um modo de luta totalmente novo do proletariado, modo de luta esse que rapidamente se desenvolveu. Viu-se que as instituições estatais em que a dominação da burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições estatais. [...] aconteceu que tanto a burguesia quanto o governo vieram a ter mais medo da ação legal do que da ilegal do partido**

**operário, a reccar mais êxitos eleitorais do que os da rebelião.** (2009, p. 51-52, grifo nosso).

Justamente por conceber a possibilidade real de ascensão no Brasil desse “novo modo de luta” da classe trabalhadora descrito por Engels, é que Florestan aceitou o convite dos líderes de um partido organizado em suas bases por trabalhadores e que se mostrava apoiado por uma massa popular capaz de lhe sustentar como organização autônoma, com força suficiente para se fazer ouvir e lutar dentro e contra as “instituições estatais” das classes dominantes que Engels destacou.

É sugestivo que no pronunciamento reafirme sua posição de marxista<sup>50</sup>, reivindicando para si o papel de representar na Câmara ao mesmo tempo, o “presente” e o “futuro” da “revolução democrática”, sem negar o quadro real em que se encontrava o parlamento brasileiro, e fugir das tarefas mais imediatas impostas por essa conjuntura, como defender uma “Constituição burguesa” que beneficiasse de alguma forma os “de baixo”.

Assim, Florestan faz questão de esclarecer desde o primeiro momento de sua apresentação oficial na tribuna, que a constatação de que era preciso lidar com um conjunto de “fatos” mais evidentes, não significava da sua parte um arrefecimento do marxismo, enquanto horizonte ideológico com o qual continuaria não só sustentando a tese de que a questão democrática no Brasil era uma questão “revolucionária” de longo prazo, mas também orientando as ações do “dia a dia” político do deputado Florestan, até o fim de seu mandato.

A “aliança PT/Florestan” foi a realização na prática da estratégia marxista apontada por Engels já nos anos finais do século XIX, como caminho político viável para que os comunistas e as organizações das classes trabalhadoras conferissem uma nova eficácia a sua luta pelo poder político, que os confrontos de “barricadas”<sup>51</sup> mostraram-se incapazes de oferecer.

<sup>50</sup> “Os comunistas recusam-se a ocultar suas opiniões e suas intenções.” (MARX e ENGELS, 2001, p. 82).

<sup>51</sup> “De fato, também aqui as condições de luta tinham se alterado essencialmente. A rebelião de velho estilo, a luta de rua com barricadas, que até 1848 tinha sido decisiva em toda parte, tornou-se consideravelmente antiquada. [ ] Mesmo no período clássico das lutas de rua, a barricada tinha portanto um efeito mais moral do que material. Era um meio de abalar a firmeza da tropa. Se se agüentava até se conseguir esse objetivo, alcançava-se a vitória; se não, era a derrota. É esse o aspecto principal que é preciso ter em conta mesmo quando se estuda as possibilidades das lutas de rua que eventualmente venham a ter lugar.[ ] A barricada tinha perdido o seu encanto; o soldado já não via atrás dela o ‘povo’, mas sim rebeldes, agitadores, saqueadores, partilhadores (*Teiler*), escoria da sociedade; os oficiais, com o correr do tempo, tinham aprendido novas táticas da luta de rua e já não marchavam sempre em frente e a peito descoberto para o improvisado

Sendo o marxismo não apenas ideologia política e uma teoria da história, mas também uma práxis, o que Engels propõe aos comunistas, através da sua análise da evolução histórica da política alemã, é que os mesmos enquanto intelectuais participantes da “política”, se esforcem em apreender as novas formas históricas de combate que surgem, a fim de “repensarem” os meios da luta social dos trabalhadores, criando novos procedimentos de ação e envolvimento com as massas que se aproximem ao máximo da realidade dos seus anseios.

O “recado” que Engels deixou com o seu pequeno “balanço” histórico das lutas revolucionárias dos trabalhadores europeus, particularmente os alemães, é de fundamental importância. Ao ter à revolução proletária como empreendimento histórico permanente, o comunista deve ser capaz de compreender que esta é uma empreitada política que exige concomitantemente uma permanente atitude de “receptividade” da sua parte, para com as diferentes formas históricas que ela venha assumir.

Florestan sempre se manteve atento às mudanças que ocorreram na sociedade brasileira, por isso teve sensibilidade suficiente para perceber o PT como uma oportunidade histórica de constituir com os trabalhadores e as massas populares as novas formas de luta política a que Engels se referia.

Dadas as características da sociedade e da política brasileira, consideramos que o PT de certa forma foi o símbolo político do elo estabelecido entre comunistas brasileiros e os “de baixo”, o que no Brasil acabou sendo o acontecimento político que de alguma forma mais se aproximou concretamente da “atualização” da luta preconizada por Engels. Longe de ser o partido “ideal”, algo que Florestan nunca esperou, mas a possibilidade concreta de inserir-se num projeto que considerava “revolucionário”, e capaz de provocar mudanças estruturais numa sociedade como a brasileira.

Sobre a “Introdução” de Engels para *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, é preciso dizer ainda que quando tece seriamente considerações a respeito das “novas formas” de luta do proletariado, passando a apreciar inclusive o “parlamento” como um espaço recém conquistado onde as classes trabalhadoras poderão conseguir futuramente significativas vitórias, Engels não está propondo algum tipo de “socialismo parlamentar”, uma revolução

---

parapeito, mas antes deslocavam-se por entre os jardins, os pátios e as casas. E isso, com alguma pericia, dava resultado em 90% dos casos.” (ENGELS, 2009, p. 53-54).

democrática das massas que desloque seu centro de gravidade para as “câmaras” e “assembléias”.

Segundo Jacques Texier, é conveniente que tenhamos cuidado na leitura desse texto, para não o considerarmos erroneamente uma “certidão de nascimento do ‘socialismo democrático’” (2005, p. 128). Apesar da autocrítica sobre os erros táticos das lutas de rua com “barricadas”, e dos elogios ao sufrágio universal visto como nova arma na luta das organizações operárias pela democracia, Engels, na avaliação de Texier, em nenhum momento do texto atribui, ao crescimento da presença de políticos ligados as classes trabalhadoras, nas instituições do sistema político representativo, proporcionado pelos votos do também crescente número de eleitores, uma importância determinante para que a revolução da “maioria” aconteça.

Texier esclarece que a reavaliação feita por Engels no final do século XIX, sobre os métodos de luta dos movimentos e partidos operários, e as retificações presentes nas novas edições e reedições do *Manifesto*, não deve ser confundida com o “revisãoismo”<sup>52</sup> social-democrático. Esse projeto de “revisão” mais abrangente do marxismo foi iniciado mesmo por Bernstein.

Contudo, independentemente das retificações ou das revisões, a referência ao *Manifesto* continua sendo um ponto firme para a definição do pensamento marxista e, malgrado a diferença das condições de 1847 e as do final do século, essa continuidade não parece representar um problema para ninguém. Será preciso aguardar a revisão bernsteiniana para que se discuta, pela primeira vez, a necessidade de escrever um novo *Manifesto*. Apesar da importância que Bernstein atribui ao que denomina “testamento” de Engels, ele afirma enfaticamente que uma revisão da doutrina ainda está por ser feita, que é preciso escrever um novo *Manifesto* e que Engels não podia cumprir essa tarefa. Embora se apóie na “Introdução” de 1895 e em alguns outros textos, Bernstein pensa que uma ruptura é necessária, inclusive em relação ao último Engels, para produzir a revisão doutrinária e a nova tática reformista de que a socialdemocracia carece. (TEXIER, 2005, p. 102-103).

Engels não tinha como projeto reelaborar o programa político do socialismo revolucionário de Marx, introduzindo teses que priorizassem “reformas” nas instituições capitalistas, e que abandonassem idéias como a “extinção do Estado”. A reavaliação dos métodos e estratégias políticas da classe trabalhadora sugerido pelo “último” Engels, não é uma tentativa de promover modificações no que foi proposto originariamente por Marx, ao contrário, as recomendações dele ao partido socialdemocrata alemão reafirmam o marxismo

---

<sup>52</sup> O “revisãoismo” iniciado por E. Bernstein (1850-1932) é caracterizado pela separação da obra de Karl Marx em dois momentos: um que seria “científico” e outro “não-científico”.



como teoria social que desenvolve seu programa de ação política a partir de uma compreensão das relações de forças que compõem o quadro político do “momento”.

Engels conhece perfeitamente as condições políticas muito especiais nas quais prepara essa publicação (*As lutas de classes na França de 1848 a 1850*). O partido socialdemocrata está sob ameaça direta de um projeto de lei contra a subversão, que está em debate numa comissão do *Reichstag* e que não se sabe se será votado ou não. Podemos dizer mais: escrevendo a “Introdução”, Engels – consciente dos perigos que ameaçam o partido – tem a intenção de recomendar mais uma vez a tática que lhe permitirá suplantar essas dificuldades. Escreve, portanto, tendo presentes no espírito as circunstâncias e os perigos do momento. (TEXIER, 2005, p. 105-106).

Engels pensou e participou da construção de uma tática política adequada às exigências do momento, que contribuísse concretamente para o aumento da força das organizações das classes trabalhadoras, oferecesse novo “ânimo” aos futuros combates. Essa é a tarefa que o intelectual marxista deve estar ciente de fazer.

Trouxemos para a presente discussão a “Introdução” de Engels, no intuito de evidenciarmos uma “linha” de continuidade e coerência, entre o significado da decisão de Florestan de ingressar no PT e chegar a ocupar uma cadeira no congresso num momento em que se elaborava uma nova Constituição para o país, e os “novos” métodos de ação política elogiados e sugeridos por Engels, aos comunistas e trabalhadores, na intenção de apontar caminhos concretos para uma possível e permanente “renovação” do marxismo na esfera das ideologias políticas modernas.

Engels, apontando no fim do século XIX para uma nova perspectiva de crescimento do movimento revolucionário dos trabalhadores alemães, pensava que por meio do partido socialdemocrata a classe trabalhadora, poderia finalmente exercer uma força representativa considerável, capaz de efetivamente fazer pressão no *Reichstag* e interferir em favor da criação de leis, ainda que “burguesas”, mas mais “democráticas”, no sentido de que alcançassem aqueles que eram excluídos da “legalidade” do Estado alemão.

Florestan também vislumbrou a oportunidade de construir com o PT uma estratégia que “conduzisse” a classe trabalhadora e os “de baixo” ao parlamento, com o objetivo de convertê-lo na medida do possível em um “locus”, no plano da política institucional brasileira, da luta dos “excluídos”, que pudesse ser somado e favorecesse a um projeto de “revolução democrática”, pensado por ele, como o mais amplo e pleno para a sociedade brasileira.

O PT foi o primeiro “espaço” político institucional brasileiro, onde Florestan finalmente pode ter um encontro concreto com os “de baixo”, aqueles a quem dedicou a maior parte de suas análises sociológicas, uma organização que surgiu como oportunidade histórica do comunista brasileiro unir-se e integrar-se à massa de “excluídos”, que ele tão bem conhecia em suas necessidades por “democracia”, aquela democracia descrita por Marx como “social”. Em seus dois mandatos pelo partido, esforçou-se para ser no parlamento justamente a “fração mais resoluta” do que ele percebia como o primeiro movimento sócio-político brasileiro de raízes genuinamente trabalhadoras.

## 5 CONCLUSÃO

Tendo a concepção revolucionária de Marx como “bússola” sociológica e política para pensar o Brasil, Florestan Fernandes projetou, principalmente na década de 1980 do século passado, o início de um possível processo de acirramento na luta social no Brasil (visualizado já na luta política) entre os “deserdados”, os “de baixo” da sociedade brasileira, e a classe burguesa com a sua república “autocrática”. Pode-se dizer que nas décadas que antecederam esse período de declarado “radicalismo” político, o “acadêmico” Florestan já tinha construído sociologicamente esse caminho, produzindo uma obra que lhe proporcionou conhecer e explicar o mundo social do “excluído”, a quem ele iria posteriormente ter a oportunidade de dedicar uma práxis ideológico-política. As palavras da socióloga Mirian Limoeiro (informação verbal)<sup>53</sup> dizem muito a respeito da sociologia de Florestan, que nesse sentido sempre foi “revolucionária”, por trazer para o meio intelectual brasileiro o discurso daqueles que ficavam à margem da “história” do Brasil.

Algo que é comum a essa preocupação, que percorre a obra inteira é o fato de que, sempre ele assumiu um determinado ponto de vista que é o ponto de vista dos dominados, sempre. Sob essa perspectiva, é que ele construía os seus objetos, é que ele encaminhava as suas preocupações, as suas reflexões, os seus aprofundamentos, as suas pesquisas.

A partir dessa observação de Limoeiro, pode-se então dizer que o marxismo como conhecimento social já tinha propiciado a Florestan produzir não só uma sociologia a respeito dos “excluídos”, mas a assumir o ponto de vista deles, uma perspectiva que ele chamou de “revolucionária”, justamente por entender que somente essa mesma perspectiva dos “deserdados” é que poderia ajudá-los a elaborar uma “política” para mudar de alguma forma o “status quo” social do Brasil. Ao conhecer o ponto de vista sociológico dos “de baixo”, encontra a oportunidade de construir com eles uma estratégia “política” revolucionária.

O que significa afirmar que Florestan assumiu essa perspectiva? Significa dizer que, como marxista, o conjunto de atividades desenvolvidas por ele, desde a escrita de um artigo de poucas páginas publicado em jornal, passando por seus estudos mais densos publicados em textos como *A ditadura em questão*, até suas intervenções propriamente políticas no

---

<sup>53</sup> Depoimento dado no documentário **Florestan Fernandes: o mestre**, produzido pela TV Câmara, no ano de 2004.

Congresso Constituinte como parlamentar do PT, é atravessado e orientado por um horizonte de possibilidades mais amplo, um horizonte *revolucionário*.

À medida que o envolvimento de Florestan com os dominados vai se estreitando, o conceito revolucionário marxista, é convertido por ele em categoria “nuclear” que sustentará o seu discurso a respeito da dinâmica das relações que constituíam o campo político no Brasil pós-regime militar.

Sendo esse o núcleo conceitual sobre o qual gravitaram outras idéias políticas de Marx, como “partido” e “democracia”, a “revolução socialista”, delineada como um evento histórico-político conduzindo pela classe trabalhadora junto a uma massa popular com força suficiente para avançar na concretização do ideal democrático, em dado período ganha um relevo evidente na produção intelectual de Florestan.

Gostaríamos de salientar um aspecto que nos parece expressivo dentro do conjunto de textos que buscaram “publicizar” no Brasil o marxismo como teoria política da classe trabalhadora: notadamente a apropriação criativa feita por Florestan do arcabouço teórico marxiano, tinha como objetivo trazer ao “terreno” político brasileiro um “léxico” conceitual mais direto, que fornecesse às classes subalternas condições de formular estratégias organizadas de disputa pelo poder político no país, e permitissem a elas mesmas localizarem o seu papel “revolucionário” dentro do nosso tradicional contexto político conservador.

Paralelamente ao seu envolvimento com os movimentos e organizações classistas, Florestan desenvolveu, apoiado em Marx, a tese da “revolução democrática” no Brasil, que na sua concepção nunca deixou de ser uma tarefa daqueles que dela mais precisavam, os “excluídos” e “deserdados”.

A partir do que Marx definiu como revolução da “maioria”, Florestan empenha-se em desmentir, no debate ideológico brasileiro das últimas décadas do século XX, o discurso dominante sobre o que se convencionou chamar de “transição democrática”.

Percebeu-se ao longo do estudo, que partindo das teses mais “políticas” do marxismo, Florestan constrói uma estratégia de ação e de discurso baseado na idéia de “revolução democrática”, a fim de distinguir e contrapor à democracia “consentida” dos políticos “profissionais”, uma fala que descreve a democracia como algo ainda a ser conquistado no desenrolar de um processo histórico e revolucionário conduzido pela maioria dos “de baixo”.

O conjunto de acontecimentos como, por exemplo, a sua “aposentadoria” imposta pelo regime militar, em que o intelectual se viu envolvido, contribuiu como condicionante histórico para que Florestan retomasse de maneira mais consistente aquele primeiro diálogo mais “profundo” estabelecido pelo “jovem” Florestan, com a *Weltanschauung* marxista.

Constata-se que, para ser observado com justiça, o radicalismo das idéias marxistas de Florestan deve ser situado num contexto de eventos históricos que provocaram cisões políticas radicais entre os intelectuais, onde o marxismo apresentava-se como uma teoria a qual ficava difícil ser indiferente.

Ao sugerirmos como objetivo central desse trabalho uma investigação sobre o significado que a teoria revolucionária de Marx adquiriu em parte da obra de Florestan, pretendia-se verificar quais os pontos em que o pensamento do sociólogo brasileiro mais se aproximava das teses “políticas” de Marx, e se o Florestan “político” foi coerente com as estratégias e métodos recomendados por Marx e Engels.

Posto esses questionamentos, podemos agora colocar que a tentativa de construir uma argumentação que respondesse a eles, fez com que verificássemos uma afinidade com o marxismo que não se resumia ao plano conceitual. A proposta inicial de investigar a importância que determinado conceito marxiano assume no pensamento de outro autor, acabou nos revelando mais claramente que a peculiaridade do tema se encontrava no fato de que esse mesmo autor se dizia, para todos os efeitos, “marxista”.

A princípio pode-se questionar não haver nenhuma originalidade nisso: um marxista brasileiro que se apropria do discurso político-revolucionário de Marx para explicar a política brasileira. Mas, a resposta, que acreditamos ter encontrado através desta pesquisa, para o legítimo questionamento, é a de que no “caso” Florestan o marxismo e sua proposta revolucionária não podem ser reduzidos a essa simples apropriação do marxismo como instrumento teórico-metodológico de análise política.

A relação que Florestan constrói com o legado de Marx, é o que poderíamos chamar, de afinidade “total”, por permitir, que além de sociólogo, ele atuasse, tal como o próprio Marx, como “publicista”, “teórico”, e “político”, enfim, em diversos campos da vida social.

Assim, compreendemos que quando se trata do marxista Florestan, “revolução” deixa de ser somente uma “idéia”, a mais presente em sua vasta produção intelectual, mas uma

possibilidade real que na sua acepção vinha assumindo contornos mais evidentes no Brasil. Ao identificar os “de baixo” como os sujeitos desse processo, empenhou-se em descrever as variáveis que configurariam uma possível “situação” revolucionária, a qual as próprias massas de trabalhadores e suas organizações deveriam ficar atentas, para poder contribuir com elementos que a potencializassem.

O que é nuclear da herança revolucionária de Marx em Florestan, é que a “revolução” não é apenas um conceito que o auxilia no acompanhamento das diversas conjunturas sócio-políticas que constituem a “história” da sociedade brasileira, mas uma “aposta” permanente de que um conjunto de fatores se revele na história concreta revolucionários.

Quando se parte dessa lógica compreende-se mais profundamente o significado que o Partido dos Trabalhadores e a Revolução Cubana assumem dentro dessa “aposta” revolucionária. Avaliamos que as relações estabelecidas por Florestan com esses dois acontecimentos se configuram como os elementos de realidade que melhor expressam e explicam o seu entendimento das possibilidades do que poderia ser uma revolução democrática brasileira.

Nos textos dedicados tanto ao PT quanto a Cuba é que se verifica de modo mais claro a convergência da sociologia e da ideologia revolucionária marxista. Se para Marx, a “Comuna” foi a forma política concreta que mais se aproximou de um sistema de governo “democrático”, para Florestan Cuba não deixa de apresentar-se dessa forma. Já o PT surge para Florestan como a “novidade” política que crescia junto aos movimentos dos “de baixo”.

Extraímos do presente estudo, a compreensão de que o marxismo de Florestan se aproximou ao máximo do legado do próprio Marx, não pelo uso sistemático de uma argumentação “revolucionária”, isso seria manter-se no “cômodo” campo da retórica, e de certa forma negar o marxismo. Na verdade, Florestan foi um “marxista revolucionário”, justamente por ultrapassar esse campo, por colocar-se com sua “sociologia” e sua “política” sempre como intelectual de “vanguarda”, pronto para servir aqueles cuja própria existência social, dependia de uma mudança estrutural sob cujas condições brasileiras se configurava como “revolucionária”.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “Escola Paulista”. In: MICELI, Sergio. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1995. v. 2, p. 107-232.
- AZEVEDO COSTA, Diogo Valença de. **Florestan Fernandes em questão**: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia. Dissertação de mestrado, UFPE, Recife, 2004.
- BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel A. (Orgs.). **História do marxismo no Brasil I**: o impacto das revoluções. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. (Col. Pensamento Político, 17).  
\_\_\_\_\_. **Qual socialismo?** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 1. 13 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- BORON, Atilio A. Teoria política marxista ou teoria marxista da política. In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Florestan Fernandes**: o mestre. Brasília: TV Câmara, 2004. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/tv/materias/DOCUMENTARIOS/162709-FLORESTAN-FERNANDES---O-MESTRE.html> >. Acesso em: 09 jan. 2012.
- COHN, Amélia. (Org.). **Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008. (Col. Encontros).
- DICIONÁRIO. **Langenscheidt Taschenwörterbuch Portugiesisch**. Berlin: Langenscheidt, 2001.
- ENGELS, Friedrich. As guerras camponesas na Alemanha. In, **A revolução antes da revolução**. Vol. I. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (Col. Assim lutam os povos).
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 4 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.  
\_\_\_\_\_. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.  
\_\_\_\_\_. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.  
\_\_\_\_\_. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. 2 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1980.  
\_\_\_\_\_. **O que é revolução?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **Da guerrilha ao socialismo**: a revolução cubana. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e ação**: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **O PT em movimento**: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **A constituição inacabada**: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

\_\_\_\_\_. **Tensões na educação**. Salvador: Sarah Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **A contestação necessária**: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. **Organização social dos Tupinambá**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

\_\_\_\_\_. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. 2 ed. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1970.

FILHO, João Roberto Martins. **Florestan Fernandes**: a força do argumento. São Paulo: EDUFSCar, 1998.

FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. In, **Saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987. p. 163-180.

FURET, François. **Marx e a revolução francesa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

GARCIA, Sylvia Gemignani. **Destino ímpar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: USP/ Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUEDES, André Teles. **Florestan Fernandes e o lugar da USP na história da sociologia do Brasil**, Dissertação de mestrado, UnB, Brasília, 2007.

HILB, Claudia. **Silêncio, Cuba**: a esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

IANNI, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.



KAREPOVS, Dainis; NETO, José Castilho M. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo. REIS FILHO, Daniel A. (orgs.). **História do marxismo no Brasil V: partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

KOSIK, Karol. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Paulo: Unisinos, 2005.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács (1909-1929)**. São Paulo: LECH, 1979.

\_\_\_\_\_. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARTINEZ, Paulo H. (Org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. Crítica ao programa de Gotha. In, **Textos**. Vol. 1. São Paulo: Edições sociais, 1977.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Mensagem do Comitê Central à liga dos Comunistas. In, **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política. In, **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1974 a. (Os pensadores).

MARX, Karl. Prefácio à Crítica da Economia Política. In, **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1974 b. (Os pensadores).

\_\_\_\_\_. Glosas críticas ao artigo “‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”. In, **Luta de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução. In, **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Flama, 1946.

\_\_\_\_\_. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In, **A revolução antes da revolução**. Vol. II. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Col. Assim lutam os povos).

\_\_\_\_\_. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In, **A revolução antes da revolução**. Vol. II. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Col. Assim lutam os povos).

\_\_\_\_\_. A guerra civil na França. In, **A revolução antes da revolução**. Vol. II. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Col. Assim lutam os povos).

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NETTO, José. Paulo. Florestan Fernandes: uma recuperação da categoria *revolução*. In, **Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: 1980. Disponível em: < [www.pt.org.br/arquivos/manifesto.pdf](http://www.pt.org.br/arquivos/manifesto.pdf) >. Acesso em: 22 ago. 2010.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2010.

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes: o militante solitário**. São Paulo: Cortez, 1997.

TEXIER, Jacques. **Revolução e democracia em Marx e Engels**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

TV CULTURA. **Programa Roda Viva**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 1994. Disponível em: < [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia\\_busca/335/florestan/entrevistados/florestan\\_fernandes\\_1994.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/335/florestan/entrevistados/florestan_fernandes_1994.htm) >. Acesso em: 26 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Programa Provoações**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2011. Disponível em: < <http://www.tvcultura.com.br/provocacoes/programas/1544> >. Acesso em: 26 maio 2011.

WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WHEEN, Francis. **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

**ANEXOS**

**ANEXO A – Imagens****Imagem 1**

*Primeira reunião da campanha de Florestan, em maio de 1986, da qual sairia eleito deputado federal constituinte. Ao fundo, Antonio Candido, Lélia Abramo e Octavio Ianni, entre outros.*

Fonte: MARTINEZ, 1998.

**Imagem 2**

*Época da Constituinte, em frente ao Congresso Nacional. Florestan tira a gravata em manifestação de trabalhadores rurais.*

Fonte: MARTINEZ, 1998.

Imagem 3



*Ato organizado pelas tendências de esquerda do PT, em 22/2/1991, que lotou o salão nobre da Faculdade de Direito da USP. Na mesa, da esquerda para a direita: Juarez Guimarães, Florestan, Artur Scavone, o representante do C.A. XI de Agosto, Ronald Rocha e Virgílio Guimarães.*

Fonte: MARTINEZ, , 1998.

**ANEXO B – Resultados eleitorais das candidaturas de Florestan Fernandes (1986 e 1990)**

PODER JUDICIÁRIO – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Apuração da votação do candidato Florestan Fernandes

Cargo: Deputado Federal

Partido: PT

Município	1986	1990
Adamantina	35	8
Adolfo	1	0
Aguai	115	6
Águas da Prata	7	0
Águas de Lindóia	18	0
Águas de S <sup>ta</sup> Bárbara	6	7
Águas de São Pedro	1	1
Agudos	5	6
Alfredo Marcondes	2	0
Altair	0	0
Altinópolis	54	9
Alto Alegre	0	1
Álvares Florence	0	2
Álvares Machado	17	2
Álvaro de Carvalho	0	0
Alvinlândia	2	0
Americana	394	52
Américo Brasiliense	3	5
Américo de Campos	0	0
Amparo	37	20
Analândia	1	2
Andradina	22	6
Angatuba	3	8
Anhembi	0	0
Anhumas	1	0
Aparecida	12	2
Aparecida D'Oeste	3	0
Apiáí	2	3
Araçatuba	49	28
Araçoiaba da Serra	7	7
Aramina	0	0
Arandu	0	0
Araraquara	296	217
Araras	69	20
Arealva	5	1
Areias	1	0
Areiopólis	1	0
Ariranha	6	7
Artur Nogueira	6	1
Arujá	21	15
Assis	137	62
Atibaia	51	37

Município	1986	1990
Auriflama	1	1
Avaí	0	2
Avanhandava	3	1
Avaré	36	26
Bady Bassit	1	3
Balbinos	0	0
Bálsamo	3	0
Bananal	1	0
Barão de Antonina	0	0
Barbosa	0	2
Bariri	7	3
Barra Bonita	16	15
Barra do Turvo	0	0
Barretos	107	40
Barrinha	0	0
Barueri	69	38
Bastos	5	2
Batatais	67	46
Bauru	198	144
Bebedouro	62	27
Bento de Abreu	0	0
Bernardino de Campos	5	6
Bilac	5	1
Birigui	18	8
Biritiba Mirim	2	4
Boa Esperança do Sul	2	1
Bocaina	18	4
Bofete	1	1
Boituva	6	2
Bom Jesus dos Perdões	1	1
Bora	0	1
Boracéia	1	2
Borborema	15	5
Botucatu	154	68
Bragança Paulista	73	18
Brauma	0	0
Brodosqui	5	3
Brotas	56	4
Buri	3	5
Buritama	3	0
Buritizal	0	0
Cabrália Paulista	2	0

Município	1986	1990
Cabreúva	6	12
Caçapava	14	9
Cachoeira Paulista	13	8
Caconde	5	5
Cafelândia	11	12
Caiabu	0	0
Caieiras	34	26
Caiua	0	0
Cajamar	21	20
Cajobi	4	1
Cajuru	37	23
Campinas	1.619	661
Campo Limpo Paulista	15	6
Campos do Jordão	10	3
Campos Novos Paulista	6	0
Cananéia	1	3
Cândido Mota	18	5
Cândido Rodrigues	7	0
Capão Bonito	3	3
Capela do Alto	0	1
Capivari	39	5
Caraguatatuba	31	47
Carapicuíba	119	286
Cardoso	3	0
Casa Branca	15	35
Cássia dos Coqueiros	0	1
Castilho	1	5
Catanduva	97	23
Catigua	0	0
Cedral	10	1
Cerqueira César	16	5
Cerquilha	7	7
Cesário Lange	3	0
Charqueada	2	0
Chavantes	4	9
Clementina	1	3
Colina	8	2
Colômbia	2	0
Conchal	3	2
Conchas	26	5
Cordeirópolis	6	1
Coroados	0	0
Coronel Macedo	2	0
Corumbataí	2	1
Cosmópolis	10	1
Cosmorama	1	0
Cotia	99	81
Cravinhos	16	16
Cristais Paulista	6	2
Cruzália	2	5
Cruzeiro	15	6

Município	1986	1990
Cubatão	25	26
Cunha	1	1
Descalvado	22	23
Diadema	231	255
Divinolândia	4	1
Dobrada	2	0
Dois Córregos	5	10
Dolcinópolis	0	0
Dourado	22	4
Dracena	25	4
Duartina	9	4
Dumont	1	0
Echaporã	1	2
Eldorado	0	1
Elias Fausto	6	2
Embu	50	58
Embu Guaçu	12	2
Espírito Santo do Pinhal	32	11
Estrela D'Oeste	4	0
Estrela do Norte	0	1
Fartura	8	3
Fernando Prestes	1	1
Fernandópolis	28	12
Ferraz de Vasconcelos	46	28
Flora Rica	0	0
Floreal	2	0
Flórida Paulista	8	0
Florinéa	1	1
Franca	212	127
Francisco Morato	12	16
Franco da Rocha	31	50
Gabriel Monteiro	0	0
Gália	5	0
Garça	56	8
Gastão Vidigal	0	1
General Salgado	0	0
Getulina	3	0
Glicério	0	2
Guaiçara	3	0
Guaimbe	4	0
Guaíra	15	2
Guapiaçu	1	1
Guapiara	1	0
Guará	12	12
Guaraçai	0	9
Guaraci	4	0
Guarani D'Oeste	3	1
Guaranta	2	0
Guararapes	18	8
Guararema	10	14
Guaratinguetá	63	22



Município	1986	1990
Guareí	0	1
Guariba	5	14
Guarujá	56	25
Guarulhos	623	515
Guzolândia	1	0
Herculândia	0	0
Iacanga	3	4
Iacri	4	1
Ibaté	3	9
Ibira	2	1
Ibirarema	1	1
Ibitinga	38	24
Ibiúna	18	2
Icem	4	1
Iepe	5	4
Igaraçu do Tietê	0	2
Igarapava	15	9
Igaratá	2	0
Iguape	6	3
Ilhabela	10	42
Indaiatuba	88	24
Indiana	2	0
Indiaporã	2	0
Inubia Paulista	0	1
Ipauçú	2	2
Iperó	1	1
Ipeuna	0	1
Iporanga	2	0
Ipuá	2	1
Iracemápolis	7	4
Irapuã	1	0
Irapuru	3	0
Itabera	1	0
Itaí	0	2
Itajobi	2	2
Itaju	0	0
Itanhaém	25	19
Itapecerica da Serra	48	27
Itapetininga	202	63
Itapeva	25	12
Itapevi	27	35
Itapira	33	31
Itápolis	9	12
Itaporanga	1	0
Itapuí	1	3
Itapura	0	0
Itaquaquecetuba	33	11
Itararé	6	3
Itariri	4	1
Itatiba	54	40
Itatinga	0	1

Município	1986	1990
Itirapina	18	7
Itirapuã	3	6
Itobi	2	0
Itu	46	36
Itupeva	8	0
Ituverava	27	9
Jaborandi	3	3
Jaboticabal	112	56
Jacareí	261	130
Jaci	0	0
Jacupiranga	0	6
Jaguariúna	17	5
Jales	17	5
Jambeiro	1	1
Jandira	7	17
Jardinópolis	24	9
Jarinu	2	0
Jaú	63	31
Jeriquara	6	4
Joanópolis	1	0
João Ramalho	0	0
José Bonifácio	16	1
Júlio Mesquita	3	2
Jundiaí	303	93
Junqueirópolis	18	2
Juquiá	1	2
Juquitiba	3	3
Lagoinha	0	0
Laranjal Paulista	20	4
Lavínia	0	3
Lavrinhas	3	0
Leme	40	26
Lençóis Paulista	29	10
Limeira	81	18
Lindóia	0	1
Lins	52	28
Lorena	44	19
Louveira	1	4
Lucélia	5	0
Lucianópolis	1	0
Luís Antônio	0	0
Luisiânia	0	1
Lupércio	0	1
Lutécia	1	0
Macatuba	5	0
Macaubal	2	2
Macedônia	0	0
Magda	0	0
Mairinque	13	27
Mairiporã	29	13
Manduri	2	0

Município	1986	1990
Marabá Paulista	0	0
Maracaí	2	2
Mariapolis	0	1
Marília	505	123
Marinópolis	0	0
Martinópolis	10	2
Matão	25	23
Mauá	143	153
Mendonça	0	1
Meridiano	2	0
Miguelópolis	1	0
Mineiros do Tietê	8	3
Mira Estrela	0	0
Miracatu	2	4
Mirandópolis	6	1
Mirante Paranapanema	6	1
Mirassol	15	1
Mirassolândia	0	0
Mococa	35	13
Moji das Cruzes	364	415
Moji Guaçu	26	32
Moji Mirim	91	33
Mombuca	3	0
Monções	0	0
Mongaguá	8	3
Monte Alegre do Sul	3	1
Monte Alto	55	21
Monte Aprazível	8	4
Monte Azul Paulista	19	1
Monte Castelo	0	2
Monte Mor	5	5
Monteiro Lobato	0	0
Morro Agudo	6	0
Morungaba	1	1
Murutinga do Sul	0	0
Narandiba	1	0
Natividade da Serra	0	0
Nazaré Paulista	2	6
Neves Paulista	26	5
Nhandeara	1	2
Nipoa	0	0
Nova Aliança	0	3
Nova Europa	9	4
Nova Granada	2	0
Nova Guataporanga	0	0
Nova Independência	0	0
Nova Luzitânia	0	0
Nova Odessa	15	4
Novo Horizonte	23	15
Nuporanga	0	1
Ocaçu	3	1

Município	1986	1990
Oleo	1	0
Olímpia	20	11
Onda Verde	0	0
Oriente	40	4
Orindiuva	0	0
Orlândia	20	31
Osasco	681	528
Oscar Bressane	2	0
Osvaldo Cruz	13	5
Ourinhos	45	141
Ouro Verde	0	0
Pacaembu	6	1
Palestina	4	1
Palmares Paulista	1	0
Palmeira D'Oeste	1	4
Palmital	9	11
Panorama	2	0
Paraguaçu Paulista	10	11
Paraibuna	12	6
Paraíso	5	1
Paranapanema	0	0
Paranapua	0	0
Parapua	7	3
Pardinho	0	0
Pariquera-Açu	3	0
Patrocínio Paulista	5	7
Paulicéia	0	0
Paulínia	5	4
Paulo de Faria	3	0
Pederneiras	9	8
Pedra Bela	0	1
Pedranópolis	0	0
Pedregulho	6	7
Pedreira	6	6
Pedro de Toledo	1	0
Penápolis	32	38
Pereira Barreto	53	18
Pereiras	6	4
Peruíbe	24	9
Piacatu	0	1
Piedade	17	6
Pilar do Sul	5	3
Pindamonhangaba	54	39
Pindorama	0	0
Pinhalzinho	0	4
Piquerobi	1	0
Piquete	8	1
Piracaia	0	0
Piracicaba	299	95
Piraçununga	62	15
Piraju	9	9

Município	1986	1990
Pirajuí	4	3
Pirangi	6	3
Pirapora do Bom Jesus	13	1
Pirapozinho	6	1
Piratininga	6	4
Pitangueiras	13	3
Planalto	0	1
Platina	0	0
Poá	211	283
Poloni	10	1
Pompéia	21	11
Pongai	9	1
Pontal	9	1
Pontes Gestal	3	0
Populina	0	0
Porangaba	5	3
Porto Feliz	8	6
Porto Ferreira	33	27
Potirendaba	10	2
Pradópolis	2	10
Praia Grande	24	36
Presidente Alves	5	5
Presidente Bernardes	12	5
Presidente Epitácio	6	0
Presidente Prudente	155	28
Presidente Venceslau	30	7
Promissão	6	4
Quatá	1	1
Queiroz	0	0
Queluz	1	0
Quintana	0	0
Rafard	3	2
Rancharia	16	20
Redenção da Serra	0	0
Regente Feijó	8	2
Reginópolis	0	0
Registro	25	3
Restinga	2	0
Ribeira	0	3
Ribeirão Bonito	5	6
Ribeirão Branco	0	0
Ribeirão Corrente	0	0
Ribeirão do Sul	5	33
Ribeirão Pires	92	38
Ribeirão Preto	1.325	442
Rifaina	0	0
Rincão	25	8
Rinópolis	1	1
Rio Claro	315	165
Rio das Pedras	4	3
Rio Grande da Serra	14	10

Município	1986	1990
Riolândia	0	0
Riversul	0	0
Roseira	0	0
Rubiaceá	0	0
Rubinéia	0	1
Sabino	0	1
Sagres	0	0
Sales	0	0
Sales de Oliveira	5	2
Salesópolis	2	0
Salmorão	0	0
Salto	46	43
Salto de Pirapora	3	2
Salto Grande	2	4
Sandovalina	0	0
Santa Adélia	12	2
Santa Albertina	1	0
Santa Bárbara D'Oeste	67	10
Santa Branca	20	20
Santa Clara D'Oeste	0	0
S <sup>ta</sup> Cruz da Conceição	4	3
S <sup>ta</sup> Cruz das Palmeiras	2	0
S <sup>ta</sup> Cruz do Rio Pardo	27	21
Santa Ernestina	0	0
Santa Fé do Sul	11	4
Santa Gertrudes	10	0
Santa Isabel	63	39
Santa Lúcia	0	2
Santa Maria da Serra	6	2
Santa Mercedes	1	0
Santa Rita D'Oeste	0	0
S <sup>ta</sup> Rita Passa Quatro	30	11
Santa Rosa de Viterbo	21	19
Santana Ponte Pensa	0	0
Santana de Parnaíba	10	10
Santo Anastácio	28	3
Santo André	1.485	1.204
S <sup>to</sup> Antônio da Alegria	3	0
S <sup>to</sup> Antônio da Posse	4	2
S <sup>to</sup> Antônio do Jardim	3	0
S <sup>to</sup> Antônio do Pinhal	0	2
Santo Expedito	0	1
Santópolis do Aguapeí	0	0
Santos	585	255
São Bento do Sapucaí	2	0
S. Bernardo do Campo	1.268	1.091
São Caetano do Sul	707	686
São Carlos	589	631
São Francisco	0	2
São João da Boa Vista	42	18
S. João das Duas Pontes	0	0

Município	1986	1990
S. João do Pau D'Alho	0	0
São Joaquim da Barra	45	13
São José da Bela Vista	2	4
São José do Barreiro	0	0
São José do Rio Pardo	12	13
São José do Rio Preto	195	76
São José dos Campos	450	166
São Luís do Paraitinga	5	1
São Manuel	25	6
São Miguel Arcanjo	6	1
São Paulo	28.896	14.608
São Pedro	11	4
São Pedro do Turvo	4	5
São Roque	59	18
São Sebastião	16	33
S. Sebastião da Grama	3	0
São Simão	14	11
São Vicente	126	67
Sarapuí	0	0
Sarutaia	1	0
Sebastianópolis do Sul	0	0
Serra Azul	1	0
Serra Negra	10	0
Serrana	5	5
Sertãozinho	41	41
Sete Barras	4	0
Severínia	5	3
Silveiras	1	0
Socorro	10	11
Sorocaba	433	222
Sud Menucci	0	0
Sumaré	19	30
Suzano	133	172
Tabapua	1	0
Tabatinga	9	11
Taboão da Serra	154	93
Taciba	0	0
Taguaí	3	1
Taiapu	18	1
Taiuva	3	5
Tambaú	23	8

Município	1986	1990
Tanabi	16	3
Tapiraí	0	0
Tapiratiba	0	0
Taquaritinga	52	4
Taquarituba	11	1
Tarabaí	4	0
Tatuí	36	21
Taubaté	101	53
Tejupa	0	0
Teodoro Sampaio	5	1
Terra Roxa	4	3
Tietê	9	3
Timburi	0	0
Torrinha	3	6
Tremembé	1	1
Três Fronteiras	0	0
Tupã	20	6
Tupi Paulista	2	0
Turiuba	0	1
Turmalina	4	0
Ubatuba	20	7
Ubirajara	1	0
Uchoa	10	0
União Paulista	0	0
Urânia	7	3
Uru	0	0
Urupês	3	1
Valentim Gentil	0	0
Valinhos	41	16
Valparaíso	18	1
Vargem Grande do Sul	4	6
Vargem Grande Paulista	10	9
Várzea Paulista	6	9
Vera Cruz	10	21
Vinhedo	8	7
Viradouro	3	2
Vista Alegre do Alto	0	1
Votorantim	40	29
Votuporanga	32	10
<b>TOTAL</b>	<b>50.024</b>	<b>27.676</b>

Fonte: MARTINEZ, , 1998.